

EMIGRAÇÃO MADEIRENSE PARA A VENEZUELA (1940-1974)

Joselin da Silva do Nascimento

Dissertação submetida à Universidade da Madeira para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Interculturais – Estudos Luso-Brasileiros.

Orientação científica de: Professor Doutor João Adriano Ribeiro.

Co-orientação de: Prof. Doutora Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli.

**Aos meus pais, António e Celina,
À minha família emigrada na Venezuela.**

Agradecimentos

Queremos agradecer a todas as pessoas que colaboraram para a elaboração deste trabalho, especialmente:

- ao nosso orientador, Professor Doutor João Adriano Ribeiro, por nos ter acompanhado incansavelmente nesta investigação e por nos ter oferecido o livro *A Selva de Memórias*, de Manuel Luís Mendes;

- à nossa co-orientadora, Prof. Doutora Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli, por nos ter orientado para algumas visões na parte da literatura;

- à Dr.^a Celina Cruz, do Centro das Comunidades Madeirenses, que nos forneceu alguns documentos, nomeadamente a grandiosa obra *Epopéia do Emigrante Insular – Subsídios para a sua história. Movimento para a sua consagração*, de Mota de Vasconcelos;

- ao Sr. Olavo Manica, antigo Presidente do Clube Social das Comunidades Madeirenses, que disponibilizou o espaço do clube para poder entrevistar alguns emigrantes, particularmente o Sr. Manuel Bonito, importador de *Harina Pan* para a Ilha da Madeira, a quem, também, agradeço;

- aos Srs. Manuel Luís Mendes, Júlio Luís Mendes, João Romão Mendes, Tito Gouveia Pinto e João Gil de Lima, a quem tive oportunidade de entrevistar. Estes madeirenses são testemunhos da emigração madeirense para a Venezuela nas décadas de 40 a 60;

- ao Dr. António de Abreu Xavier, autor da obra *Con Portugal en la maleta – Historias de vida de los portugueses en Venezuela. Siglo XX*;

- à Dr.^a Fátima Barros, Directora do A.R.M, por nos ter permitido consultar documentação muito útil;

- aos Técnicos Profissionais do A.R.M, Elisabete Góis, Leonardo Pereira, Sónia Correia, Lucília Alves e Vítor Nunes;

- ao Dr. Manuel Luz da Silva, do Consulado General da Venezuela no Funchal, e ao Dr. Victor Liendo, da Embaixada da Venezuela em Lisboa.

A todos o nosso sincero obrigada por terem contribuído para enriquecer este projecto.

Sumário Analítico

Palavras-chave: emigração; trabalho; documentação; remessas; literatura.

A Ilha da Madeira, rodeada pelo Oceano Atlântico, foi sempre um ponto estratégico de passagem de barcos, de diversos países, pelos mais variados motivos. O contacto com os tripulantes originou um crescente desejo de emigrar, de conhecer o que estava para além do vasto mar. Começaram a circular notícias sobre as facilidades de emprego noutros países que se estavam a desenvolver, como Brasil, Curaçau, África do Sul, Venezuela, bem como noutras partes do mundo.

O trabalho na Ilha era árduo. O madeirense, cansado de trabalhar em terrenos de difícil cultivo e de transportar mercadoria às costas por caminhos íngremes e perigosos, deixou-se incentivar por estas notícias, que eram realçadas pelos engajadores. O ilhéu começou a olhar para a emigração como uma possibilidade de melhorar as condições de vida e de trabalho.

As novidades do sucesso de outros conterrâneos na Venezuela motivaram os madeirenses. Depois de obterem a documentação necessária, nomeadamente a autorização consular (*permisso*) e o termo de responsabilidade ou carta de chamada, partiam para este país com o desejo de lucro. Começando, muitas vezes, a trabalhar por conta de outrem, os madeirenses, por serem empreendedores, rapidamente tornavam-se comerciantes. Dominaram e enriqueceram nas mais diversas actividades: padarias, snacks de sandes e sumos (*fuentes de soda*), mercearias (*abastos*), restaurantes, construção civil, agências de viagens, transportes colectivos, entre outras.

A par da documentação histórica, há que considerar o tratamento literário da emigração para a Venezuela: a criação da imagem do país de acolhimento, do “outro”, o venezuelano, e do “eu” emigrante, o português, que se depara com uma situação existencial de diferença. A literatura recorre a aspectos relacionados com o ambiente sócio-cultural e com a época em questão: o casamento por procuração, a partida do homem que deixa a noiva ou a mulher em terra natal, as remessas enviadas pelos emigrados, a viagem no transatlântico *Santa Maria*, um dos mais prestigiosos navios da *Companhia Colonial de Navegação*, entre outros assuntos. Em suma, a literatura funciona como um espelho da realidade da história da emigração.

Summary

Key words: emigration: work, documents, parcels, literature.

Surrounded by the Atlantic Ocean, Madeira Island has always been a strategic port for ships from all around the globe, for different reasons. The contact with the ship crews was the starting point for an increasing desire to emigrate, to get to know a different reality – a reality far beyond the Madeira shores. Soon, there was news about how easy it was to get a job in other countries which were starting to grow, like Brazil, Curacao, South Africa, Venezuela, and other places all around the globe.

The working conditions in the island were hard. The Madeira inhabitants were starting *to get tired* of working in a land which was difficult to harvest and carrying goods through steep and dangerous trails. There were also the ‘*engajadores*’ whose job was to charm others to emigrate. Therefore, the prospect of getting a better job was tempting. The Madeira inhabitants saw emigration as a way of getting a better life and, also, as a way of improving their working conditions.

The success stories of countrymen and women in Venezuela motivated the Madeira inhabitants to go in pursue of a better life overseas. As soon as, they obtained the necessary paperwork, as the visa, called the ‘*permisso*’, and the term of responsibility, they left for Venezuela with the desire to profit. At the beginning, they started to work for a boss, then as ambitious and eager to succeed as they were, they quickly became their own bosses and got profits from their choices. Most of them started businesses in different areas, as bakeries, sandwiches shops, juices bars – *fuentes de soda* –, grocer’s shop – *abastos* –, restaurants, construction work, travel agencies, transports, among others.

Besides the historic documents, there are literary sources about the emigration to Venezuela: the idea of the host country; the image of the *other*, the Venezuelan, and the image of *me*, the emigrant; the portuguese emigrant who is faced with the reality of having different identities. The literature is based upon the reality of the period in question. For example, it talks about marriages by procuration; the departure of the man who leaves his fiancée or wife behind; parcels sent by the emigrated to his family; the journey by the transatlantic ship *Santa Maria* – one of the most prestigious ships of the *Companhia Colonial de Navegação* –, among other topics. In conclusion, literature represents the most typical reality of the history of emigration.

Índice

Índice das Ilustrações	12
Índice dos Anúncios	12
Índice das Tabelas	13
Índice dos Anexos	13
Siglas e Abreviaturas	14
Introdução	17

PARTE I – Contextualização da emigração portuguesa e madeirense

Capítulo I - Breve enquadramento da emigração portuguesa: especial atenção sobre a emigração clandestina	23
1.1. Evolução do conceito de emigrante	25
1.2. Suspensão da emigração portuguesa: a Madeira – um caso de exceção...	26
1.3. Criação da Junta da Emigração, do Secretariado Nacional da Emigração e da Secretaria de Estado da Emigração	28

PARTE II – Emigração madeirense para a Venezuela

Capítulo I - Duas principais fases da emigração madeirense para a Venezuela.....	31
1.1. Primeira fase: 1940 a 1960 – Duas realidades: emigração por necessidade e emigração pelo espírito de aventura	32
1.1.1. Primeiros emigrantes madeirenses para a Venezuela	39
1.1.2. Documentos necessários para emigrar para a Venezuela	41
1.1.2.1. Cartas e cartas de chamada	44
1.1.3. Organização da Emigração para a Venezuela: criação de Legações, Embaixadas e Consulados portugueses, Emigração madeirense dirigida pela Junta da Emigração e Publicação da obra <i>Informaciones útiles para los emigrantes</i>	47

1.1.4. Década de 50: suspensão da emigração para a Venezuela	52
1.1.5. Excursões dirigidas à Ilha da Madeira para madeirenses que residem na Venezuela	55
1.1.6. Protótipo do emigrante da Venezuela: o <i>Tio da Venezuela</i>	60
1.2. Segunda fase: 1961 a 1974 – emigração forçada devido à Guerra Colonial ou Ultramarina em África	62
1.2.1. Pacote português <i>Santa Maria</i>	64
1.2.1.1. 12 de Novembro de 1953: viagem inaugural do pacote <i>Santa Maria</i>	65
1.2.1.2. 22 de Janeiro de 1961: assalto histórico ao <i>Santa Maria</i> – a “Operação Dulcineia”	67
1.2.2. Encerramento provisório do Consulado da Venezuela no Funchal ..	73
Capítulo II - Contributos da emigração madeirense para a Venezuela	77
2.1. Contributos para a Ilha da Madeira	77
2.2. Contributos para a Venezuela	81
Capítulo III - Relação entre Portugal e a Venezuela: acordos entre os dois países e principais Instituições portuguesas criadas na Venezuela nos anos 40 a 70 do século XX	89
Capítulo IV - Dados demográficos e estatísticos	105
4.1. 1940 – 1960	105
4.2. 1961 – 1974	108
Capítulo V - Entrevistas	111
Capítulo VI - Anúncios	121

PARTE III: Emigração para a Venezuela na Literatura

Capítulo I - Tema da emigração para a Venezuela na Literatura: Literatura de Viagens	139
1.1. O <i>Olhar</i> sobre o emigrante e a emigração portuguesa na Venezuela	141
1.1.1. Venezuela, país de emigração portuguesa	142
1.1.2. Histórias comuns de emigrantes madeirenses para a Venezuela ...	149
1.1.3. O <i>Olhar</i> sobre os portugueses	154
1.2. O <i>Olhar</i> sobre a terra, a Venezuela	156
1.2.1. O <i>Olhar</i> sobre o <i>Outro</i>, o venezuelano	160
1.2.2. O <i>Olhar</i> sobre a política	162
Conclusão	165
Bibliografia	173
Anexos	179

Índice das Ilustrações

1- Convívio de emigrantes madeirenses que residem na Venezuela numa excursão à Ilha da Madeira	56
2- Autocarros no Cabo Girão durante uma excursão à Ilha da Madeira de madeirenses que residem na Venezuela	59
3- Transatlântico <i>Santa Maria</i>	64
4- Cais do Funchal: viagem inaugural do transatlântico <i>Santa Maria</i>	65
5- Foto da auto-maca oferecida por Luís Canha	80
6- <i>Abastos OPorto</i> , em Caracas	86
7- Caricatura das personagens Artur e Francisco ao regressar da Venezuela: capa da obra <i>Torna-Viagem</i> , de Horácio Bento de Gouveia	148
8- Imagem da “Santa do Calhau”	153

Índice dos Anúncios

1- Emigração dirigida da Ilha da Madeira para a Venezuela: condições que devem satisfazer os pretensos emigrantes	50
2- Anúncio da “Agência de Viajes Madeirense” em Caracas	57
3- Humberto Nóbrega, importador de bordado madeirense em Caracas	58
4- Exportação de vinhos, bordados e obra de vimes para Caracas	58
5- Exportação de bordados para a Venezuela	58
6- Lista do nome dos madeirenses que embarcaram em La Guayra no <i>Santa Maria</i> a 20 de Janeiro de 1961	69
7- Grupo de madeirenses que chegou à Venezuela pela Agência “Aquila Airways”	123
8- Viagens de barco para a Venezuela	123
9- Viagens de avião para a Venezuela	124
10- Despedidas de madeirenses que embarcaram para a Venezuela	130
11- Casamento por anúncio de comerciantes madeirenses na Venezuela	131
12- Anúncio do filme “Sereia do Mississipi”: casamento por anúncio	132

13- Pedidos de casamento de importantes comerciantes madeirenses na Venezuela a senhoras madeirenses	133
14- Casamentos de importantes comerciantes madeirenses na Venezuela com senhoras madeirenses na Ilha da Madeira	134
15- Convite para a festividade da Virgem de Coromoto, Padroeira da Venezuela, na Igreja Paroquial de Câmara de Lobos	135
16- Festa do Domingo do Senhor, em Câmara de Lobos, promovida pelo importante comerciante madeirense na Venezuela, Sebastião Abreu dos Santos	136
17- Incentivo à compra de propriedades na Ilha da Madeira a emigrantes que regressam da Venezuela	137

Índice das Tabelas

1- Demografia da população madeirense de 1940 a 1989	34
2- Número de emigrantes portugueses (homens e mulheres) para a Venezuela e para o Brasil de 1956 a 1961	105
3- Número de emigrantes madeirenses (homens e mulheres) para a Venezuela e para o Brasil de 1943 a 1961	106
4- Número de emigrantes portugueses (homens e mulheres) para a Venezuela e para o Brasil de 1961 a 1974	108
5- Número de emigrantes madeirenses para a Venezuela e para o Brasil de 1961 a 1974	109
6- Agente, meio de transporte e companhia de 1945 a 1949 para a Venezuela	125
7- Agente, meio de transporte e companhia na década de 50 para a Venezuela	126
8- Agente, meio de transporte e companhia na década de 60 para a Venezuela	129

Índice dos Anexos

1- Primeiros registos dos passaportes de emigrantes madeirenses para a Venezuela: século XX	181
2- Primeiros registos dos passaportes de emigrantes madeirenses, sexo feminino, para a Venezuela: século XX	185

3-Salário mensal dos funcionários das Legações, das Embaixadas e dos Consulados portugueses na Venezuela de 1946 a 1970	189
4-Verba mensal para o pagamento das despesas de material e expediente das Legações, das Embaixadas e dos Consulados portugueses na Venezuela de 1946 a 1970	191
5-Destaque de algumas obras consultadas	193

Siglas e Abreviaturas

Periódicos

DN – *Diário de Notícias*

JM – *Jornal da Madeira*

NM – *Notícias da Madeira*

Arquivos

A.R.M. – Arquivo Regional da Madeira

Outros

Apud – citado por

AVV – autores vários

cf. - confrontar

coord. - coordenação

dir. – direcção

et – e

et al. – *et alii* (e outros autores)

Ibidem – indica que a informação foi extraída da mesma obra e da mesma página citadas na nota imediatamente anterior

Idem – indica que a informação foi extraída do mesmo autor já citado

in – dentro de

op. cit. – *opus citatum* (obra citada)

org. - organização

v. – *vide* (ver)

PÁTRIA DE SONHO

*Venezuela, Pátria mais sonhada,
Por todos os que buscam a grandeza,
Tu tens no solo fértil a riqueza,
Encantadora terra, abençoada.*

*A mão de Deus em ti está bem marcada,
Nas campinas e serras, a beleza
Espalhou-a em abundância a natureza,
Minha segunda Pátria tão amada.*

*Oh, terra encantadora, hospitaleira,
Que eu possa ver-te ainda outra vez,
Sê dentro do meu peito a alma inteira.*

*Acorda em mim talento e altivez,
Para poder cantar-te humildemente,
O teu pequeno servo português.¹*

¹ - António Rodrigues de Oliveira: *Venezuela – Pátria Imortal*, Tipologia Cruz & Cardoso, Figueira da Foz, 195-], p.34.

Introdução

O tema da emigração faz parte da Cultura e da História madeirenses. Países como Brasil, Curaçau, África do Sul e Venezuela, no século XX, foram locais de destino preferidos pelo ilhéu, que sempre emigrou à procura de melhores condições de vida ou pelo espírito de aventura.

A emigração dos madeirenses para a Venezuela é um tema que nos suscitou interesse, não só por sermos naturais deste país, como também por termos realizado um trabalho, com o mesmo assunto, para a disciplina de “Cultura Luso-Brasileira: Migrações”, pertencente à parte curricular do Mestrado em Estudos Interculturais. O fascínio de podermos contribuir para o estudo do tema da emigração madeirense para a nossa terra natal, que até ao momento não tinha sido devidamente explorado, foi o ponto de partida para escolhermos este assunto para a Dissertação de Mestrado.

O nosso trabalho dividir-se-á em três partes: a primeira referente à contextualização sobre a emigração portuguesa, a segunda sobre a emigração madeirense para a Venezuela e a terceira acerca da emigração para a Venezuela na Literatura.

A emigração portuguesa verificou-se desde a época em que os marinheiros portugueses tiveram mobilidade no Atlântico. Porém, não vamos debruçar-nos sobre esses tempos antigos, mas sobre a emigração mais recente, a dos madeirenses para a Venezuela que optámos por dividir em duas fases: de 1940 a 1960 e de 1961 a 1974. Apesar de os poucos estudiosos sobre o tema mencionarem apenas aqueles momentos mais relevantes, esta emigração desenvolveu-se em episódios multifacetados, criando, por um lado, gente rica, por outro, remediada e, ainda, aqueles que viveram no limiar da subsistência. Na vida dos madeirenses estão presentes episódios de aventuras, de fortuna, de árduo trabalho, de casamentos felizes ou de adultérios, de pouca sorte, de burlas, de sucesso e de insucesso.

O conceito de emigrante, inicialmente pejorativo, foi sempre dado àqueles que procuravam noutros países uma forma de ganhar dinheiro para sustentarem uma família, educarem os filhos e terem melhores meios de vida. Contudo, há quem admita que essa emigração não é mais do que a mobilidade de trabalhadores. Na nossa opinião, a emigração para o continente americano não poderá ser apenas uma mobilidade, devido

às muitas milhas que o separam dos países da Europa. Muitos nunca regressaram em toda a sua vida.

A primeira fase da emigração madeirense para a Venezuela, que considerámos ter sido de 1940 a 1960, é marcada pelo excesso demográfico, pelo espírito de aventura e pelo fascínio de muitos que regressaram à Ilha com muito dinheiro.

A Ilha da Madeira foi uma excepção na suspensão emigratória nacional de 29 de Março de 1947, devido ao elevado índice demográfico. De facto, as autoridades, no tempo da ditadura, nunca se interessaram pela emigração. Ao recusarem o *Plano Marshall*, na década de 50, a tecnologia no país quase paralisou, o que levou a que muitos jovens laboriosos portugueses partissem à procura de um país que lhes garantisse melhores condições de emprego, nomeadamente na agricultura e na indústria.

Além do excesso demográfico, especialmente no meio rural, onde a zona arável era mais escassa, um certo espírito de aventura moveu muitos habitantes, em particular os filhos daqueles que eram obrigados a dividir a colheita com o dono da terra. A Ilha tinha uma economia muito débil, situação que piorou com a Segunda Guerra Mundial. Nessa época, um dos países mais aliciantes era a Venezuela, cuja moeda, o bolívar, era forte. Os emigrantes quando trocavam os bolívares ou dólares em escudos faziam fortuna. Essa riqueza durou muitos anos, até a moeda sofrer um golpe fatal aquando da nacionalização do petróleo.

Fomos à procura de dados acerca dos primeiros emigrantes madeirenses para a Venezuela. Para tal, consultámos os *Índices dos passaportes de 1872-1900* e de *1901-1915* e alguns *Registos de passaportes e vistos*. Percebemos que esses emigrantes remontam ao limiar do século XIX, inícios do século XX, embora de forma esporádica, uma vez que em 1910 já a emigração para a África era uma realidade, um destino que hoje tem tantos emigrantes como a Venezuela. O grande recrutamento da emigração madeirense começou na década de 30 para as refinarias de Curaçau, onde estava instalada a *Shell*, uma empresa holandesa próspera que remunerava muito bem os trabalhadores dedicados. Como de Curaçau era visível a costa venezuelana, muitos emigrantes partiram dessa ilha para a Venezuela, nos barcos que traziam fruta, porque a actividade era difícil ou porque tinha acabado o contrato de trabalho.

Para emigrar era necessário uma série de papelada, nomeadamente a carta de chamada – de pais para filhos, de filhos para pais, de maridos para mulheres -, as

certidões, as consultas médicas e os primeiros documentos da Câmara. Seguiam-se as duas chamadas ao Secretariado do Governo Civil, no Palácio de São Lourenço. Qualquer pretensão emigrante do meio rural vinha ao Funchal entre 15 a 20 vezes para tratar dessa documentação. Como a viagem era demorada e feita por caminhos tortuosos, por todo o lado circulavam táxis ou “rancheiras” que transportavam mais passageiros.

A Junta Nacional da Emigração procurava regular as idas para a Venezuela, através de ofícios que fazia circular junto às Câmaras Municipais. Neste último país que referimos, foi publicada, também, a obra *Informaciones útiles para los emigrantes*, de Vincencio Baez Finol, em inícios dos anos 50, para dar conselhos aos recém-chegados ao país, apesar das restrições na emigração para a Venezuela nessa década. Ainda com o objectivo de organizar a emigração, começou-se a criar Legações, Embaixadas e Consulados portugueses na Venezuela, permitindo que se tratasse da melhor forma a documentação necessária para partir.

Como na Venezuela já havia um número considerável de madeirenses na década de 50, e alguns deles já com grandes possibilidades financeiras, o conterrâneo Agostinho de Sousa organizou a primeira excursão de emigrantes madeirenses à Ilha da Madeira, em 1954. Para essas excursões eram precisos amplos autocarros que partiam da Rotunda do Infante e percorriam a Ilha, fazendo paragens para que os emigrantes e os respectivos familiares pudessem tirar fotografias. A título de curiosidade, essas excursões são agora organizadas por um grupo de emigrantes da Freguesia do Faial.

Ao visitar a sua terra natal, o emigrante madeirense procurava evidenciar-se junto aos seus compatriotas. Nessa evidência, estavam associados vários factores, como o dinheiro, a procura de uma noiva e, também, ser respeitado por todos aqueles do meio de onde partiu. Esses emigrantes vinham quase sempre com bigodes fartos, bonés de basebol, camisas coloridas, calças vincadas, cintos, colares e anéis de ouro. Nas mercearias, pagavam várias rodadas de cerveja e vinho a todos os que por ali apareciam.

A segunda fase da emigração madeirense para a Venezuela, a partir da época da Guerra Colonial em África, indica uma emigração que poderemos dizer quase forçada, pelo pavor dos jovens de poderem morrer nos ataques de guerrilha em África. Neste período, de 1961 a 1974, vemos partir para a Venezuela muitos estudantes de famílias rurais que já estavam no Funchal, no Liceu, como é o exemplo de Júlio Mendes, quem

tivemos oportunidade de entrevistar. Nesses anos, chegaram à Venezuela os filhos das principais famílias da Madeira.

Como a ditadura de Salazar estava cada vez mais solidificada no país e as eleições de 1958 foram burladas, o General Humberto Delgado, que se tinha candidatado às eleições presidenciais, foi afastado do poder. Era necessário atrair a opinião mundial para as injustiças que estavam a acontecer em Portugal. Com este objectivo, em Janeiro de 1961, Henrique Galvão, militar de carreira muito culto, liderou o assalto à mão armada do paquete *Santa Maria*, que costumava vir repleto de passageiros. Foi considerado o primeiro desvio de um meio de transporte transatlântico. Depois de ter despertado a opinião pública mundial, Galvão acabou por se entregar às comunidades brasileiras. Apenas por curiosidade, sabemos que foi produzida uma longa-metragem para mostrar ao mundo pormenores desse assalto.

Para emigrar para a Venezuela era necessário o visto do consulado venezuelano, que poderia ser conseguido no Funchal. No entanto, em 1961, esse consulado foi encerrado, o que levou a que muitos pretensos emigrantes se deslocassem a Lisboa, tornando as viagens mais dispendiosas. Mesmo assim, conhecemos vários casos de pessoas que aproveitaram essa viagem para, de táxi, visitar Alcobaça e Fátima. Nesse período, as burlas acentuaram-se, o que fez com que muitos madeirenses se deixassem enganar pelos aliciadores que, desta maneira, granjeavam comissões com o número de pessoas que saía do país sem qualquer documentação.

A chegada dos denominados “venezuelanos” vem incrementar significativamente a economia madeirense. A Ilha da Madeira beneficiou durante várias décadas do dinheiro dos emigrantes vindos da Venezuela, permitindo o aumento das transacções, da construção de casas e apartamentos, do número de estudantes licenciados, da melhoria do comércio e das explorações agrícolas. Em suma, permitiu um maior bem-estar na vida do ilhéu.

Inicialmente, os portugueses na Venezuela ocupavam-se da agricultura ou de negócios de lucro fácil. Numa época posterior, passaram a interessar-se pelas padarias, pelas pequenas mercearias, os ditos *abastos*, e pelos lugares de venda de sandes e sumos, as *fuentes de soda*. Poucos foram os que investiram, imediatamente, em negócios de grande volume. No entanto, isto viria a acontecer com o passar dos tempos. Começaram, assim, a apostar em restaurantes de luxo, discotecas, carreiras de autocarro,

grandes supermercados e até num Banco. Houve uma forte evolução nos anos 50 e 60, épocas em que grupos de madeirenses bem sucedidos angariavam dinheiro para trazer para a sua terra natal.

A Venezuela era um país cheio de potencialidades, mas havia, também, quem necessitasse de apoio social. Nesse sentido, foram criadas associações de beneficência, como as das Damas de Caracas, que fundou um lar de terceira idade à saída da capital. O governo português participava, igualmente, com uma quantia muito baixa para todos os que se inscreviam nos consulados, declarando que estavam a viver em extrema pobreza.

O espírito associativo, considerado como adversário da ditadura, dos portugueses na Venezuela começou a fazer-se sentir em finais dos anos 40. A primeira associação, a *União Ciclista Portugal*, foi criada em 1948, seguindo-se de periódicos, da *Casa da Madeira*, de rádios e de clubes, entre outros. O *Centro Português de Caracas*, implantado numa das colinas da capital, é considerado o melhor centro português do mundo do meio emigrante, com amplos espaços de piscinas, comércio, jardins e salão de jogos. A sua fundação deve-se a Daniel Morais, um verdadeiro conciliador de amizades na comunidade portuguesa, que faleceu recentemente.

A relação entre Portugal e a Venezuela não se fortificou unicamente com a criação de associações desportivas, culturais ou de lazer, mas também com a assinatura de determinados acordos comerciais e de transporte, que permitiram uma maior e melhor afinidade entre ambos os países.

Para melhor autenticar o nosso trabalho, consultámos alguns dados demográficos e estatísticos, bem como fizemos algumas entrevistas, como é usual neste tipo de investigação. Seleccionámos uma freguesia, o Seixal, onde propriamente todas as casas têm emigrantes da Venezuela, para procurar quem soubesse relatar os episódios mais marcantes nesse país. Estes emigrantes estão marcados por um certo espírito de aventura.

A partir da nossa pesquisa na documentação periódica, optámos por incluir um capítulo sobre os anúncios publicados. Numa altura de desenvolvimento da navegação e da aviação, surgem notícias de barcos e de aviões, incluindo o nome das respectivas agências, de forma a motivar o pretense emigrante. As despedidas, o convite para

casamento e as romarias são exemplos de outros anúncios que fizeram parte deste mundo da emigração.

Finalmente, quisemos saber se o tema da emigração para a Venezuela está presente na literatura. Explorámos, principalmente, quatro obras literárias: *Torna-Viagem - O Romance do Emigrante* (1979), de Horácio Bento de Gouveia; *Reflexiones* (1981), de Francisco Gonçalves Jardim; *Viagem à Venezuela* (1998), de José Fernando da Cunha e *Selva de Memórias – Crónicas* (2001), de Manuel Luís Mendes. Nesta última parte da pesquisa, incluímos, ainda, três contos e uma peça de teatro que também tratam da temática da emigração.

Nestes textos são abordados aspectos importantes na vida dos emigrantes madeirenses. Relatam histórias de sucesso e de insucesso, da partida no transatlântico *Santa Maria*, dos bolívares ganhos em terra estrangeira, da descrição da Venezuela e dos venezuelanos, do sentido de poupança e de trabalho do português. A Literatura e a História entrecruzam-se para tornar estas narrativas as mais reais possíveis e poder fazer com que qualquer emigrante se possa identificar com alguma destas aventuras narradas.

Para tornar possível esta investigação, explorámos, sobretudo, fontes primárias, como periódicos, revistas, depoimentos orais, não esquecendo algumas obras teóricas que considerámos uma mais valia para este projecto (no anexo *cinco* destacámos algumas das mais importantes). Para tal, pesquisámos em diversos arquivos, bibliotecas e outras Instituições, principalmente no Arquivo Regional da Madeira, mas, também, na Biblioteca da Assembleia Legislativa da Madeira, na Biblioteca da Universidade da Madeira, na Biblioteca de Culturas Estrangeiras (sala “Simón Bolívar”), na Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian, na Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira, na Biblioteca Municipal do Funchal e na Biblioteca Pública Regional. Estivemos, ainda, no Consulado General da Venezuela no Funchal, no Centro das Comunidades Madeirenses, no Clube Social das Comunidades Madeirenses e na Direcção Regional de Estatísticas.

Grande parte do nosso trabalho fundamenta-se em informações consultadas em diversos periódicos, como *Correio de Caracas*, *Diário de Notícias da Madeira*, *Jornal da Madeira* e *Notícias da Madeira*.

PARTE I: Contextualização da emigração portuguesa e madeirense

Capítulo I - Breve enquadramento da emigração portuguesa: especial atenção sobre a emigração clandestina.

A emigração portuguesa, e também madeirense, foi um fenómeno de todos os tempos. Se, inicialmente, os fluxos migratórios se cingiam ao Brasil, no século XIX os destinos foram variados. No século XX, emigrou-se, principalmente, para vários países, como Brasil, Curaçau, África do Sul e Venezuela.

A emigração é um dos elos mais salientes que prendem Portugal na grande epopeia pelos cinco continentes do Mundo. Através do testemunho de Cassola Ribeiro, podemos fazer uma análise breve ao enquadramento legal da emigração portuguesa ao longo dos anos. Interessa, neste momento, debruçarmo-nos sobre as décadas de 30 a 60, para entendermos que, desde cedo, a emigração foi um assunto que teve especial atenção.

Com o artigo 31º da Constituição Política de 1933, o Estado passou a ter o dever de “desenvolver a povoação dos territórios nacionais, proteger os emigrantes e disciplinar a emigração.”² Apesar das intenções e, digamos, das obrigações por parte do Estado neste sentido, desde sempre existiu emigração clandestina.

Devido às exigências e burocracias para emigrar, muitos optavam por viajar ilegalmente nos chamados “navios-piratas”. Os engajadores exploravam e enganavam todos aqueles que procuravam melhores condições de vida noutra país ou que queriam fugir ao serviço militar, mas que, pela dificuldade de fazê-lo legalmente, decidiam emigrar de forma clandestina. Os aliciadores, com o desejo de lucro, aproveitavam-se das dificuldades e carências dos emigrantes que apenas tinham a esperança de encontrar noutras terras uma melhor condição económica.

Na verdade, a emigração clandestina foi sempre sancionada como crime, mas muitos arriscavam emigrar com os chamados passaportes ordinários que, por lei, deveriam ser utilizados, apenas, para fins turísticos durante um determinado tempo.

² - F. G. Cassola Ribeiro: *Emigração Portuguesa – Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*, série Migrações, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Lisboa, 1986, p.2.

De modo a travar esta ilegalidade, a cedência destes passaportes passou a ser limitada:

*[...] a concessão de passaportes ordinários era objecto de discriminação e [...] os responsáveis pela veracidade das declarações dos impetrantes, no caso destes se servirem dos passaportes para emigrar, caíam na alçada da lei, sendo considerados engajadores e como tais sujeitos às penalidades consignadas no Decreto nº 20 326, de 21 de Setembro de 1931.*³

Com a necessidade de atenuar esta situação, o Decreto-Lei nº 33 918, de 5 de Setembro de 1944, impediu “a concessão de passaportes ordinários a operários de qualquer indústria ou trabalhadores rurais.”⁴ Esta alteração pode dever-se ao facto de estes emigram em maior escala. A lei manteve-se até 15 de Dezembro de 1965, com o Decreto nº 46 748, altura em que passa a ser abrangida “a qualquer pessoa que se julgue ter o propósito de emigrar”⁵, ficando sujeito a cumprir determinadas penas, nomeadamente, prisão até dois anos e multa, em caso da sua utilização para este fim.

Durante várias décadas, os passaportes ordinários foram restringidos, destinando-se, exclusivamente, àqueles que viajavam para fins turísticos. Mas eram processos demorados, uma vez que se investigava se, de facto, não havia a intenção de emigrar com esses documentos. Apenas com o Decreto nº 8, de 14 de Janeiro de 1975, a sua concessão passou a ser livre, podendo, três anos mais tarde, ser utilizados para efeitos de emigração, desde que tivessem o carimbo dos Serviços da Emigração.

A emigração clandestina esteve sempre presente na vida dos emigrantes. Apesar das diversas leis para travá-la, é certo que nunca foi fácil controlar esta situação, porque, constantemente, apareciam engajadores que aliciavam indivíduos a partirem para qualquer país. Eram, assim, considerados como clandestinos todos aqueles que saíam do país por qualquer ponto da fronteira, “habilitados ou não, sem passaporte, com passaporte falso ou passado em nome de outra pessoa, ou ainda aqueles que, tendo por objectivo fixarem-se em país estrangeiro, não estejam munidos do indispensável passaporte que para tal os habilite.”⁶

Foram precisas mais de duas décadas para que a emigração clandestina deixasse de ser vista como crime. Oficialmente, isto viria a acontecer a 19 de Novembro de 1969,

³ - *Ibidem*, p.3.

⁴ - *Ibidem*, p.2.

⁵ - *Ibidem*.

⁶ - *Ibidem*, Decreto-Lei nº 39 749, de 9 de Agosto de 1954, p.3.

com a publicação do Decreto-Lei nº 49 400: “a emigração clandestina deixaria de ser considerada crime para passar a constituir contravenção punível com multa, salvo se, por parte daquele que saísse do país, houvesse o propósito de se subtrair ao serviço militar.”⁷ De igual forma, os actos de incitamento e auxílio a este tipo de emigração começaram, juridicamente, a ser punidos com maior severidade.

1.1. Evolução do conceito de emigrante.

O conceito de emigrante foi sofrendo alterações ao longo dos anos, consoante o contexto histórico e conjuntural.

Inicialmente, tinha um significado pejorativo, deprimente. Com a publicação do 1.º artigo do Decreto-Lei nº 19 029, de 13 de Novembro de 1930, consideravam-se emigrantes todos os passageiros que viajavam “em 3ª classe ou equivalente, ou em classes intermediárias até à 2ª classe, inclusive”⁸, estando, apenas estes, submetidos a serem analisados pelas autoridades sanitárias aquando da sua chegada a um determinado porto. Definiam-se, portanto, os emigrantes segundo a classe do meio de transporte que utilizavam. Os passageiros que viajavam na 1ª classe não eram sujeitos a este tipo de análise.

Passados cerca de 15 anos, esta noção foi alterada. A categoria de emigrante passou a ter uma perspectiva mais positiva desde 1944, com o Decreto nº 34 330, de 27 de Dezembro. O estigma pejorativo inicial deste conceito deixou de existir. A partir de então, passam a ser emigrantes:

- a) Os portugueses que pretendem sair do território nacional para trabalharem em país estrangeiro;*
- b) As mulheres que acompanhem ou vão juntar-se ao marido emigrante;*
- c) Os parentes por consanguinidade em qualquer grau da linha recta ou até ao 3º grau da linha transversal de qualquer emigrante quando pretendam acompanhá-lo ou se lhes vão juntar.*⁹

Anos depois, com o Decreto-Lei nº 44 428, de 29 de Junho de 1962, é acrescentada mais uma alínea sobre a definição de emigrante:

⁷ - *Ibidem*, p.4.

⁸ - *Ibidem*, p.10.

⁹ - *Ibidem*, p.11.

*d) Os portugueses que transfiram a sua residência para país estrangeiro em que beneficiem da qualidade de imigrante ou equivalente.*¹⁰

Ainda neste último Decreto-Lei, são definidos os três tipos de emigração: *temporária*, quando o emigrante se ausentava do país por um período inferior a um ano, *anónima*, sempre que o recrutamento fosse processado através da Junta da Emigração, ou *nominativa*, se o trabalhador possuísse um contrato de trabalho ou uma carta de chamada obtidos por conta própria do emigrante.

1.2. Suspensão da emigração portuguesa: a Madeira – um caso de excepção.

A Ilha da Madeira, devido ao seu constante excesso demográfico, foi sempre uma excepção no que se refere a suspensões emigratórias.

De modo a regulamentar a emigração portuguesa e a proteger os emigrantes e os interesses económicos do país, o Governo, com o Decreto-Lei nº 36 199, de 29 de Março de 1947, suspendeu a emigração, “excepto quando feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países ou regiões de destino.”¹¹ Esta suspensão teve como principal objectivo definir os princípios da protecção do emigrante. Todavia, aqueles que, até então, já tinham a documentação concluída puderam embarcar, desde que tivessem feito “um requerimento explicando as condições em que partem e se de facto têm trabalho assegurado no estrangeiro.”¹²

Era extremamente urgente esta suspensão, uma vez que se emigrava sem condições para um país estranho:

A forma desordenada como estava a fazer-se a saída de emigrantes do País, a ignorância em que abandonavam a sua terra natal, o desconhecimento em que iam relativamente à possibilidade de angariar trabalho nas terras de destino, fizeram com que o Governo português suspendesse temporariamente a emigração.

*Estão neste momento em curso negociações com governos estrangeiros tendentes a formular as regras a que deve obedecer a emigração nacional, por forma a exigir dos emigrantes determinados requisitos e a assegurar-lhes condições mínimas de trabalho e de protecção nos locais onde desejam fixar-se.*¹³

¹⁰ - *Ibidem*, p.33.

¹¹ - *Ibidem*, p.14.

¹² - *DN*, 03-04-1947, p.1.

¹³ - *DN*, 14-05-1948, p.1.

Esta decisão teve, igualmente, por função proteger os emigrantes da ganância dos exploradores ou engajadores que “sem alma corriam as aldeias e bairros pobres, seduzindo em especial os trabalhadores do campo [...]”¹⁴ que, para poderem emigrar, vendiam ou empenhavam os míseros bens que dispunham.

Apesar desta suspensão nacional, na Ilha da Madeira isso não se verificou. Foi autorizada a emigração dos madeirenses para o estrangeiro, já que não iria causar prejuízos na economia da Ilha. O Decreto-Lei nº 36 819, de 6 de Abril de 1948, anunciou, portanto, a possibilidade de emigrarem trabalhadores e famílias madeirenses, desde que tivessem garantias de trabalho no país de destino:

*[...] é autorizada a emigração de trabalhadores portugueses naturais e residentes no arquipélago da Madeira, bem como de suas famílias, desde que provem ter trabalho assegurado por contrato e convenientemente remunerado nos países a que se destinem.*¹⁵

Esta lei foi deveras muito importante, na medida em que pretendia atenuar o elevado aumento demográfico da população na Ilha. Incentivava-se, mesmo, aos residentes para emigrarem para muitos países, nomeadamente para Curaçau, Austrália, Brasil, África do Sul e Venezuela. É por isso que se diz que “[...] o emigrante madeirense foi o que, entre os emigrantes portugueses de todas as origens, maior número de destinos conheceu.”¹⁶ Teve sempre facilidades neste sentido.

O Governo autorizou o recrutamento de madeirenses para diversos países, tendo prioridade os trabalhadores casados com maior número de filhos. Perante esta situação, os madeirenses começaram a querer ter mais filhos, de forma a serem seleccionados para emigrar. Podemos, então, dizer que “o remédio para atenuar os excedentes demográficos da região acabou por ser, paradoxalmente também, uma das razões do seu próprio aumento.”¹⁷

A não suspensão da emigração para madeirenses foi, também, publicada num artigo, assinado pelo Coronel Lobo da Costa, Governador do Distrito Autónomo da Madeira na referida altura, em que se dizia que “uma determinação do Excelentíssimo

¹⁴ - *O Jornal*, 27-03-1947, p.1.

¹⁵ - F. G. Cassola Ribeiro: *Emigração Portuguesa*, op. cit., p.25.

¹⁶ - *Ibidem*, p.26.

¹⁷ - *Ibidem*, p.25.

Ministro do Interior [...] autoriza a saída de emigrantes da Madeira, com carta de chamada, escrituras ou contratos legais, emitidos desde o dia 1 de Janeiro de 1948.”¹⁸

É dito, ainda, neste artigo, que se estabelece as condições para que o embarque se torne viável, segundo as disposições legais.

1.3. Criação da Junta da Emigração, do Secretariado Nacional da Emigração e da Secretaria de Estado da Emigração.

Apesar da suspensão acima referida, houve necessidade de institucionalizar a emigração, para permitir um maior e melhor controlo em todos os aspectos relacionados com o embarque dos emigrantes.

Com o intuito de definir os princípios para a protecção do emigrante, o Decreto-Lei nº 36 558, de 28 de Outubro de 1947, criou a Junta da Emigração, departamento que tratava de “todas as diligências e formalidades preparatórias de embarque de qualquer emigrante e da formação do seu processo.”¹⁹ A Junta pretendia, principalmente, proteger o emigrante dos engajadores, resolvendo toda a documentação necessária para a sua partida e garantir o conforto do mesmo nas empresas de navegação.

O periódico *Diário de Notícias* faz referência a este assunto, pelo qual passamos a transcrever o 1.º artigo que resume o papel fulcral da Junta da Emigração:

*a) Estudar e propor superiormente as providências relativas à emigração; b) submeter à apreciação do Governo os princípios gerais do carácter técnico a observar nas negociações destinadas à celebração de acordos internacionais sobre emigração; c) definir as bases dos contratos de trabalho, com o objectivo não só de assegurar a defesa dos interesses dos emigrantes, a duração de período de duração de contrato, a repatriação, a previdência, indemnizações por doença e acidentes de trabalho, como também de garantir a remessa pelos emigrantes, ou o pagamento em Portugal, de parte dos seus salários; d) fixar os contingentes de emigrantes autorizados a sair para cada país; e) determinar em cada região a profissão e número de trabalhadores autorizados a emigrar.*²⁰

A Junta, apesar de ter tido um papel importante, não conseguiu definir de forma eficaz todos os processos necessários da emigração em Portugal, dado que a sua tarefa se reduziu, basicamente, à apreciação dos pedidos de passaporte do emigrante e ao recrutamento de trabalhadores para o estrangeiro. O emigrante mais carenciado ao

¹⁸ - DN, 13-03-1949, p.1.

¹⁹ - F. G. Cassola Ribeiro: *Emigração Portuguesa, op. cit.*, p. 17.

²⁰ - DN, 14-10-1947, p.1.

chegar em terra estranha não tinha os apoios necessários para poder seguir uma vida melhor.

Sendo mais uma tentativa para organizar a emigração, foi criado, a 22 de Agosto de 1970, com o Decreto-Lei nº 402, o Secretariado Nacional da Emigração que teve como principais objectivos:

*[...] encarar os fenómenos da emigração na perspectiva dos problemas sociais e no enquadramento da política nacional de emprego*²¹; *“disciplinar e canalizar as correntes migratórias, nomeadamente para as províncias ultramarinas, e a estabelecer toda uma rede de apoios aos emigrantes, aonde quer que se encontrem”*; *“combater a clandestinidade libertando o emigrante português duma condição que, além de mais, afecta na sua dignidade*²²

Ao longo de vários anos, houve intenções de melhorar estes aspectos da emigração portuguesa, de forma a proteger o emigrante, quer através da suspensão emigratória, quer com a criação de instituições.

Com a instauração da democracia e com o fim da ditadura, a 25 de Abril de 1974, a questão da emigração passou a ter particular atenção. Os resultados positivos começaram a surgir com a criação da Secretaria de Estado da Emigração, com o Decreto-Lei nº 235, de 3 de Junho de 1974, que passou a controlar a Direcção-Geral da Emigração e o Instituto da Emigração.

A Direcção-Geral da Emigração tinha a função de “estabelecer a orientação, coordenação e informação de todos os assuntos relativos à emigração”²³ e promover “a integração do emigrante na realidade nacional, através de uma ampla campanha de informação, que lhe permita escolher o destino dos seus investimentos no país.”²⁴ Por sua vez, o Instituto da Emigração responsabilizava-se por apoiar as comunidades portuguesas no estrangeiro,

*[...] defendendo no plano internacional a dignidade laboral, social e cultural do trabalhador português; criar um corpo de delegados da Secretaria de Estado da Emigração efectivamente actuantes no dia-a-dia do emigrante; fomentar o desenvolvimento de associações ou de centros de portugueses que se dediquem à promoção sócio-cultural do emigrante [...]*²⁵

²¹ - Vanda Santos: *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*, Edição Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), Lisboa, 2004, p.36.

²² - *Ibidem*.

²³ - *Ibidem*, p.41.

²⁴ - *Ibidem*, pp.41,42.

²⁵ - *Ibidem*, p.41.

Em suma, a Direcção-Geral da Emigração passou a tratar os assuntos relacionados com a partida do emigrante e o Instituto da Emigração do acompanhamento após a chegada do mesmo no país receptor. O emigrante começou a ter mais apoio na sua terra natal e no local de destino.

PARTE II – Emigração madeirense para a Venezuela

Capítulo I - Duas principais fases da emigração madeirense para a Venezuela.

Com a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, fechou-se a porta à emigração, o que provocou o congestionamento da população na Ilha da Madeira, particularmente com o retorno de centenas de emigrantes sem trabalho. Em consequência desta situação, a economia da região entrou em crise, na medida em que acabaram as fontes de receita em moeda estrangeira que, anteriormente, permitiam a compra de terrenos, a construção de casas e a realização de festas religiosas.

Entre 1937 e 1940, diversos madeirenses emigraram para o Curaçau. A exploração mineral, empreendida por empresas holandesas nessa ilha, foi um incentivo à emigração. Muitos madeirenses trabalharam na *Shell*, mas, devido aos fracos salários ou ao fim do contrato, optaram por partir para a Venezuela. Aqueles que quiseram e conseguiram regressaram à terra natal. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, esta companhia petrolífera despediu alguns trabalhadores, nomeadamente o nosso avô materno, José Alves Pita, que decidiu voltar para a Ilha da Madeira.

Apesar de haver madeirenses na Venezuela nas décadas de 20 e 30, foi a partir de 1945, e ao longo da década de 50, que se verificou o mais forte aumento emigratório para esse país, que passou a ser o *El Dorado*, devido à moeda forte, às facilidades de investimento em negócios e aos proventos do petróleo.

A nossa pesquisa centra-se nas duas principais fases da emigração madeirense para a Venezuela. A primeira, de 1940 a 1960, corresponde, por um lado, a uma emigração por necessidade, devido ao excesso demográfico, e, por outro, a uma emigração pela aventura e pelo desejo de enriquecer com negócios próprios. A segunda, de 1961 a 1974, está relacionada com a fase da Guerra Colonial em África, altura em que muitos jovens partiram para não serem obrigados a exercer serviço militar. Poderemos considerá-la como uma emigração forçada.

A emigração para a Venezuela nem sempre teve uma especial atenção. Será importante referir que a primeira *Ley de Etranjeros* foi promulgada em 1903 por

Cipriano Castro que, juntamente com as leis do regime de Juan Vicente Gomez (1908-1935), tinha por objectivo, não propriamente favorecer à emigração, mas controlar as actividades dos estrangeiros e desenvolver o comércio venezuelano, permitindo a exportação de diversos produtos. Foi durante o seu Governo que se iniciou a exploração das jazidas de petróleo do país, em 1922.

Com Eleazar Lopes Contreras (1936-1941), a emigração fez parte do seu programa para modernizar o país, sobretudo a europeia que permitiu o aumento da povoação, bem como a introdução de melhores costumes. Nessa altura, em 1936, foi promulgada uma nova *Ley de Inmigración y Colonización*, que excluía todos aqueles que não fossem de raça branca. No ano seguinte, estabeleceu-se o *Instituto Técnico de Inmigración y Colonización* e uma nova *Ley de Extranjeros*. Este Instituto foi responsável pela vinda de alguns portugueses que trabalhavam na *Royal Dutch Shell*, no Curaçau, para explorarem o petróleo na Venezuela, nomeadamente Joaquim Rocha e Manuel Ribeiro.

Quando Rómulo Gallegos estava no poder, em finais da década de 40, houve um “divórcio” entre a política da altura e o *Instituto Técnico de Inmigración y Colonización*. O Presidente Marcos Pérez Jiménez, já nos anos 50, disponibilizou mão-de-obra barata para as grandes obras de infra-estruturas que visavam modernizar o país. Espanhóis, italianos e portugueses ocuparam os três primeiros lugares.

1.1. Primeira fase: 1940 a 1960 – Duas realidades: emigração por necessidade e emigração pelo espírito de aventura.

O estudo da emigração madeirense é um fenómeno histórico cuja evolução tem de ser relacionada com as condições de insularidade da Ilha.

A Madeira foi, e continua a ser, um sítio de duplo encanto para os madeirenses. Para além de ser a terra da naturalidade, a Ilha é sinónimo de beleza incomparável pela sua paisagem inebriante. O amor à terra natal esteve sempre presente em todos os madeirenses, contudo o excesso demográfico e uma certa pobreza na década de 40 levaram a que muitos fossem obrigados a procurar outras fontes de rendimentos noutros países:

[...] nota-se presentemente entre as camadas populares desta ilha um grande desejo de emigrarem. A população cresceu extraordinariamente em proporções que não estão em relação nem com os meios de vida nem com os meios de trabalho. E tendo a madeira se ressentido desde a primeira hora com a eclosão da guerra, com a paralisação do seu turismo e com uma diminuição notável no seu movimento de exportação logo aflorou e se tornou mais palpável o problema instante e gravíssimo do excesso demográfico da ilha [...].

*O problema é grave e delicado, com a sua falta de indústrias e a natureza já tão intensiva da sua agricultura, não pode sustentar uma população tão densa e numerosa como a que conta actualmente.*²⁶

Diversas notícias davam conta deste aumento populacional da Madeira, sobretudo no meio rural, onde viviam as famílias mais numerosas. Para além desta situação, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) levou à diminuição do turismo e da exportação do vinho, o que veio a agravar a situação de pobreza na Ilha:

*Desapareceu o turismo, fonte de riqueza, valiosíssima, deixaram de aqui passar centenas de grandes transatlânticos, cuja escala era uma fonte constante de rendimento para tantas actividades locais, cessou quase a exportação de vinhos generosos que nos países do norte europeu tinham o seu melhor e mais importante mercado.*²⁷

Todavia, o desaparecimento do turismo foi, em grande parte, compensado pela permanência de cerca de 2.000 gibraltinos que o governo inglês transferiu para a Madeira, a fim de escaparem à ameaça de invasão alemã:

*Gibraltar, o Rochedo no sul de Espanha, era um ponto geoestratégico cobiçado pelos alemães. Se o conquistassem, dominariam o Mar Mediterrâneo. O governo inglês, temendo pela segurança dos cidadãos, organizou uma evacuação em massa da população do Rochedo. Muitos foram para Inglaterra, outros para a Jamaica e cerca de dois mil vieram para a Madeira.*²⁸

A classe mais afectada pela Guerra foi, evidentemente, a dos empregados da indústria hoteleira que viu encerrar as portas dos estabelecimentos onde trabalhava. Porém, esta situação melhorou, precisamente, com a chegada dos evacuados de Gibraltar, em 1940, que permitiu “a reabertura dos hotéis e conseqüentemente o regresso dos empregados às suas antigas ocupações [...]”²⁹ Uma vez que os gibraltinos não viajavam para grandes dispêndios, os donos dos hotéis tiveram de reduzir o preço das diárias.

²⁶ - DN, 13-02-1940, p.1.

²⁷ - DN, 28-03-1943, p.1.

²⁸ - NM, 18-11-2000, secção “Destaque”, p.15.

²⁹ - DN, 28-09-1941, p.1.

A chegada dos gibraltinos trouxe benefícios para a economia da Região e melhorou a situação dos empregados da indústria hoteleira, mas não acabou com a pobreza das famílias mais numerosas. Cada vez mais olhava-se para a emigração como a única solução para a melhoria das condições de vida e de trabalho. O aumento demográfico e a elevada emigração continuavam evidentes na década de 50, levando à formação de fortes contingentes migratórios, sobretudo do sexo masculino:

*[...] os nossos recursos de ordem material não permitem o mínimo de bem estar legítimo à maioria de quantos vivem no nosso arquipélago, extraordinariamente superlotado. / Resultado: as prementes necessidades materiais fazem quase de cada madeirense um emigrante de facto ou, pelo menos, de desejo e, conseqüentemente, o êxodo contínuo, para o estrangeiro. Posto que a emigração é feita com carácter particular, é natural que a leva de emigrantes seja, na sua quase totalidade, de homens e rapazes [...].*³⁰

Nunca é demais referir que, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística lançados em 1951, em 10 anos a população da Madeira passou de 249.439 habitantes para 269.769, como podemos ver através da seguinte tabela:

Tabela 1

Concelhos	Anos				
	1940-1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989
Calheta	24.255	24.078	21.799	15.505	12.954
Câmara de Lobos	24.130	27.420	29.759	31.810	31.035
Funchal	86.490	93.983	98.113	101.810	112.746
Machico	19.673	22.218	21.606	21.010	22.126
Ponta do Sol	14.984	15.735	13.829	10.945	9.149
Porto Moniz	6.175	6.422	5.917	4.480	3.963
Porto Santo	2.709	3.017	3.505	3.760	4.376
Ribeira Brava	19.382	20.762	19.793	15.960	13.480
Santa Cruz	26.129	28.070	29.042	22.940	23.261
Santana	14.038	15.543	13.971	12.850	11.253
São Vicente	11.474	12.521	11.603	10.065	8.501
Total	249.439	269.769	268.937	251.135	252.844

Demografia da população madeirense de 1940 a 1989.

Fonte: Ângela Borges Gonçalves et Rui Sotero Nunes: *Ilhas de Zargo – Adenda*, Edição da Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1990.

³⁰ - JM, 04-09-1953, p.1.

As principais culturas da Ilha eram a banana, a cana-de-açúcar, o milho, as frutas e os produtos hortícolas, que não eram suficientes para o sustento da família. Grande parte da população madeirense dedicava-se à agricultura. A propriedade estava excessivamente dividida, sendo difícil a um agregado familiar numeroso, proprietário ou rendeiro, de viver do seu rendimento.

Perante esta triste realidade, é aceitável que se desejasse emigrar, principalmente os mais jovens que queriam outra vida melhor: “Em cada adolescente há o sonho de embarcar para longe – pelo espírito de aventura, natural da sua idade, da sua raça, e da sua condição de insulano, mas muito, também, pela aspiração de ser mais que o *vilão* e o pescador da sua ilha.”³¹

Todos os historiadores, cronistas e jornalistas abordam a pobreza e o excesso demográfico da Ilha como as principais causas para o elevado surto emigratório por necessidade nas décadas de 40 e 50, nomeadamente para o Brasil, Curaçau e Venezuela, o que, de facto, é verdade. No entanto, não podemos deixar de referir que, nessa altura, emigraram madeirenses com algumas posses, sobretudo da Freguesia do Seixal, e alguns, inclusive, tinham os chamados moços que os ajudavam nas mais diversas tarefas. Apesar de terem grandes rendimentos, provenientes das terras que os pais possuíam, estes últimos partiram pelo espírito de aventura e pelo desejo de enriquecerem mais facilmente, como foi o caso de Tito Gouveia Pinto, de José Lima e de José Nascimento, naturais do Seixal, este último pai do nosso orientador.

Sabemos que no Porto Moniz e em São Vicente, muitos emigrantes partiram porque na Madeira o trabalho era árduo. Muitos deles tinham de carregar cargas às costas por caminhos íngremes e perigosos. Foi, exactamente, esta a situação de João Lima que emigrou para a Venezuela, na década de 50, porque estava cansado de transportar um “caçarolo” (vasilha própria de Folha-de-flandres) com a nata do leite, às costas do Seixal a São Vicente, para a Fábrica da Cooperativa de lacticínios do Norte, nas Feiteiras, onde se fazia a manteiga. Este emigrante possuía uma bicicleta, considerada um luxo, numa época em que apenas um madeirense tinha um carro no Seixal.

António Joaquim, de São Vicente, é outro exemplo de um emigrante que embarcou para a Venezuela, apesar de na Madeira ter sido empresário e dono dos

³¹ - Maria Lamas: “Arquipélago da Madeira-Maravilha Atlântica” in Mota de Vasconcelos: *Epopéia do Emigrante Insular*, op. cit., p.121.

primeiros carros desta Freguesia (Chevrolet, Austin), nos anos 30. Emigrou pelo desejo de aventura e pelas facilidades de negócio na Venezuela. Foi, igualmente, proprietário de uma companhia de autocarros, na Ilha e na terra dos bolívares.

Egídeo Teixeira, natural do Arco da Calheta, teve um dos primeiros carros deste local, um *Dodge* pesado, em 1936. Na altura, tinha grandes rendimentos na criação de vacas do Porto Santo, que eram mais dóceis. Contudo, emigrou para a Venezuela, onde se dedicou ao negócio numa fábrica de plásticos.

Alfredo Caldeira, apesar de negociar lenha no Seixal e de ter vários terrenos, decidiu emigrar para a Venezuela. O criado, José Henrique Câmara, dos Canhas, partiu algum tempo depois. Por ironia do destino, o primeiro montou um negócio, sem conseguir grandes lucros. Em contrapartida, o seu antigo criado, que não sabia ler nem escrever, por ter investido numa companhia de autocarros, conseguiu enriquecer. O expatão, quando se via em apuros, pedia-lhe dinheiro emprestado.

A Ilha da Madeira, no meio do Atlântico, tinha um terreno arável de difícil cultivo. Desde o século XVI, muitos barcos, de diversos locais, começaram a atracar na pontinha pelos mais variados motivos, permitindo, desde essa altura, que o madeirense tivesse uma forte vontade de conhecer o que estava para além do mar que visualizava. O ilhéu queria ir além da linha do horizonte, queria conhecer o “Mundo” para lá do mar.

Já no século XIX, a emigração passou a ser incentivada pelos aliciadores que enganavam todos com promessas de trabalho noutra país. Os boatos corriam pela população, motivando-a a partir para países que se desenvolveram depois da Madeira, como a Venezuela. Todavia, da Ilha não emigraram os mestres de ofício (carpinteiros, pedreiros), o que permitiu a sua constante evolução.

Uma das principais causas pela qual o madeirense emigrou para a Venezuela foi o facto de, nesse país, haver facilidades em comprar negócios com pouco dinheiro, cuja entrada podia ser a poupança do salário como empregado de um ou dois anos de trabalho. O restante pagamento era feito às prestações, que no país era conhecido por *giros*. Esta ideia, transmitida por familiares ou amigos que já estavam neste país, tornava-se aliciante.

A Venezuela, com um território de 912.050 km², tinha ricos solos, mas carecia de gente. Portugal tinha, identicamente, espaços por ocupar, por desenvolver. Tinha um

grande Império Colonial, com uma área superior a 2.166.000 km², mas Salazar não soube ou não quis desenvolver o país.

A Europa, devastada pela Segunda Guerra Mundial, enfrentava cada vez mais manifestações de contestação aos governos constituídos. Os E.U.A. analisaram a crise europeia e concluíram que ela punha em risco o futuro do capitalismo, dando espaço à expansão do comunismo. É neste sentido que, em 1947, surge o *Plano Marshall*, conhecido oficialmente como programa de recuperação europeia. Foi o principal plano dos E.U.A. para a reconstrução dos países aliados da Europa, nos anos seguintes à guerra. Este país investiu cerca de 13 biliões de dólares em assistência técnica e económica, para a compra de alimentos, matérias-primas, combustíveis, e fertilizantes.

Assim, os americanos deixaram de fabricar material bélico para apostarem em tractores e outras máquinas agrícolas e industriais. Foi aberta uma linha de crédito e tais maquinarias, que poderiam ser pagas num período alargado, foram postas ao dispor dos países da Europa que estavam numa grande crise, devido aos bombardeamentos alemães. Os países envolvidos obtiveram um incrível crescimento económico: a produção industrial e agrícola cresceram consideravelmente. Estas condições foram oferecidas a Portugal, em 1950, contudo Salazar recusou, por ter mantido a neutralidade na guerra. Desta forma, a tecnologia do país praticamente paralisou, provocando a elevada emigração dos portugueses e madeirenses, que se viram obrigados a ir à procura de emprego.

Portugal, na altura da última Guerra Mundial, vendia volfrâmio e rádio à Alemanha para material bélico. O pagamento era feito em ouro, uma vez que a moeda alemã, o marco, desvalorizou com o início da Guerra, o que fez com que Portugal fosse engrossando a reserva de ouro que passou a estar na Casa da Moeda. O escudo tornou-se cada vez mais numa moeda sustentável.

Apesar de ter ouro no Rio Orinoco, a Venezuela não se interessou em ter reserva de ouro do Estado, porque a moeda, o bolívar, era protegido pelo dólar dos E.U.A. que tinham a exclusividade da exploração do Petróleo na Venezuela, até à sua nacionalização, com o Presidente Carlos Andrés Pérez. Tenha-se em conta que no caso do México, bem próximo da Venezuela, a reserva de ouro do Estado para a protecção da moeda, o peso, era em ouro e em prata.

Esta situação fez com que muitos portugueses vissem o bolívar como uma moeda forte, o que, de facto, era verdade, na medida em que 4,30 bolívares equivaliam a um dólar. Trocando os bolívares em escudos, o emigrante madeirense poderia adquirir bens consideráveis na Madeira, circunstância que aliciava.

A Venezuela foi sempre um dos países possíveis, pois estava em expansão. Para além dos grandes espaços para cultivar, este país dispunha dos lucros da exploração do petróleo:

*[...] os Estados Unidos da América do Norte formam, no presente, o mais poderoso império pois dispõem, em grandes quantidades do potencial humano e ouro [...]. Mas, um outro país e neste continente sul-americano, a Venezuela, pode classificar-se entre os países mais ricos da actualidade pelas suas inesgotáveis jazidas de petróleo [...].*³²

Neste contexto, é importante referir que desde que, em 1922, de um modesto poço nas margens do Lago Maracaibo, irrompeu um caudal de 100.000 barris de petróleo por dia, a produção de *ouro negro* aumentou, notavelmente, neste país. Em 1926, o petróleo ocupava o primeiro lugar das exportações venezuelanas e durante várias décadas o país figurou como terceiro produtor mundial e primeiro exportador. Na década de 60, a produção passou para 2.770.000 barris por dia. Todavia, nem sempre o petróleo foi visto como um aspecto positivo, uma vez que provocou o abandono das terras nos meios rurais:

*O petróleo, se deu a um reduzido número de venezuelanos assombrosa prosperidade, trouxe também na sua esteira grande miséria. Atraídas pelo engodo dos salários elevados, as populações rurais desertaram dos campos para as cidades. A lavoura entrou por esse motivo em decadência [...].*³³

É por esta razão que nos anos 60, o Governo do Presidente Bettencourt teve como objectivo principal diminuir a excessiva dependência da economia venezuelana em relação ao petróleo, fomentando o aproveitamento de outras fontes de riqueza, como os recursos hidráulicos e o minério de ferro.

³² - DN, 24-12-1948, p.1.

³³ - DN, 15-06-1962, p.6.

1.1.1. Primeiros emigrantes madeirenses para a Venezuela.

A Venezuela foi um dos países mais escolhidos pelos portugueses e madeirenses para emigrar. Apesar de se dizer que nem sempre foi possível, pois a emigração para este país esteve interdita, por força da lei, até 1931, veremos que já anteriormente havia êxodo de emigrantes para esse país.

Pelas informações que fomos recolhendo nos periódicos e nas estatísticas, diríamos que foi em 1945 que os primeiros emigrantes madeirenses viajaram directamente da Ilha da Madeira para a Venezuela. Nessa data, começam a surgir os primeiros anúncios nos periódicos da partida de emigrantes madeirenses da Ilha para este país. No entanto, ao consultar no A.R.M. os *Índices dos passaportes de 1872-1900 e de 1901-1915*³⁴, para comprovar que antes de 1945 não tinha havido emigração madeirense para a Venezuela, apercebemo-nos de que estávamos errados.

Encontrámos o registo de um emigrante, Domingos Vieira Baptista, casado com Maria Augusta Quevedo, que, apesar de ser natural de Canárias, partiu da Ilha para a Venezuela em 1874.³⁵ Para a nossa curiosidade, em 1897, o madeirense João Machado Lima requisitou o passaporte para três criadas, Helena Juliana da Costa, Maria do Amparo e Maria José, de São Miguel (Açores), com destino a Venezuela.³⁶

Para dar continuidade à pesquisa, vimos os livros número 9 a 18 dos *Registos de passaportes e vistos*, do Governo Civil do Funchal. Este material foi útil para a elaboração de uma tabela com os primeiros 50 emigrantes madeirenses que chegaram a Venezuela no século XX, que está no anexo *um*. O primeiro foi Joaquim de Pontes Junior, solteiro, com 20 anos. Era natural do Funchal, de Santa Luzia. O registo do seu passaporte, nº 768, está datado de 04-11-1926. Este madeirense trabalhava no comércio, sabia ler e era a primeira vez que emigrava. Os seguintes seis emigrantes partiram em 1930, todos naturais da Calheta.

Fizemos, também, uma tabela com os primeiros emigrantes madeirenses do sexo feminino que emigraram para a terra dos bolívares (anexo *dois*). Encontrámos, nos

³⁴ - cf. *Índices dos passaportes 1872-1900 e 1901-1915*, Arquivo Histórico da Madeira, Edição Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Arquivo Regional da Madeira, Funchal, 2000 e 2005.

³⁵ - *Índices dos passaportes 1872-1900*, Série Índices dos passaportes 1, Arquivo Histórico da Madeira, Edição Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Arquivo Regional da Madeira, Funchal, 2000, p.109.

³⁶ - *Ibidem*, pp. 477, 510 e 512.

ficheiros dos passaportes do A.R.M., a informação de que em 1899 foi registado o passaporte nº 3 a Maria José Cabral, casada, com 50 anos. Emigrou para a Venezuela com duas filhas, Celestina Cabral, com 16 anos, e Amália Cabral, com 17, para se juntar ao marido, Juan Pereira Cabral. Foi, possivelmente, a pioneira na reconstituição do núcleo familiar neste país. Encontrámos, somente, o próximo registo a 23-06-1945, que corresponde ao passaporte nº 1777, de Virgínia da Graça Raiz Rocha, 35 anos, casada, doméstica, natural do Funchal. Há, portanto, um espaço de 45 anos sem qualquer registo de emigração feminina para a Venezuela.

A emigração madeirense para o país em questão está fortemente relacionada com a emigração para Curaçau. De facto, muitos madeirenses chegaram a Venezuela procedentes dessa ilha, nos finais dos anos 30 e início dos anos 40, logo que terminou o período de trabalho estabelecido por contrato:

Foi no período compreendido entre 1937 e 1940 que se observou a saída [...] para as refinarias do Curaçau, donde, decorridos que foram alguns anos, e terminados os contratos que lá os tinham levado, muitos preferiram não voltar mas sim procurar outro país mais promissor do que a sua pequena ilha, indo então para a vizinha Venezuela.³⁷

O importante comerciante madeirense João Rodrigues de Aguiar, fundador da *Casa da Madeira*, em Caracas, foi um desses exemplos: “Estava no Curaçau. Um dia olhei para o mapa e vi como a Venezuela, ali mesmo ao lado, era grande. Filho de uma ilha pequena, pensei então que um país tão grande era necessariamente um país rico. Por isso vim.”³⁸ Quando chegou a Caracas, em Dezembro de 1938, estavam registados no consulado apenas sete portugueses. João Rodrigues de Aguiar é um dos comerciantes mais antigos de Caracas, “ardente e entusiasta propagandista de Portugal e dos portugueses nas terras altas daquele país.”³⁹

Muitos outros madeirenses optaram por emigrar, primeiramente, para o Brasil, devido às facilidades de emprego, mas com o desejo de mais tarde viajarem para a Venezuela: “[...] as saídas para Venezuela foram ainda incentivadas através de ligações

³⁷ - DN, 01-07-1971, p.5.

³⁸ - JM, 10-02-1959, p.1.

³⁹ - DN, 11-11-1948, p.4.

com o Brasil, em virtude da maior facilidade de obtenção de contratos de trabalho [...].”⁴⁰

Foram estes primeiros emigrantes que mais contribuíram para a ocupação e para o desenvolvimento do país dos bolívares:

*Lutaram imenso, pois, nessa altura, o país era ainda atrasado, tinha um subsolo riquíssimo, mas carecia de gente, de braços, para se desenvolver, mas começaram desde logo a vislumbrar o que representaria num futuro muito próximo aquele país e daí, começaram a chamar familiares e amigos.*⁴¹

Como imaginamos, muitos chegavam à Venezuela com poucas condições financeiras e necessitavam de ajuda até que conseguissem angariar dinheiro suficiente para o seu sustento. João Nascimento, comerciante em Macuto, perto de La Guayra, teve um papel fulcral na vida desses emigrantes. Era conhecido como “aquele que emprestava a primeira cama e os primeiros dinheiros aos madeirenses desembarcados no vizinho porto de La Guayra. Foi ele o conselheiro, o orientador, o pai de tantos e tantos emigrantes que por ele têm hoje verdadeira amizade [...].”⁴² Foi, digamos, um banqueiro dos conterrâneos para poupar o dinheiro ganho na terra estrangeira, numa época em que muitos se depararam com pensões pequenas, sem ventilação, onde dormiam cerca de quatro ou cinco pessoas, sujeitos às mais diversas doenças. É curioso o facto de se dizer que os portugueses foram os pioneiros na introdução de lições de higiene na Venezuela.

1.1.2. Documentos necessários para emigrar para a Venezuela.

Todo o emigrante antes de embarcar precisava de dispensar muitos escudos, antiga moeda portuguesa, a fim de tratar da documentação necessária para a obtenção do passaporte. Os emigrantes do meio rural tinham de deslocar-se ao Funchal entre 15 a 20 vezes.

⁴⁰ - Jorge Carvalho Arroiteia: *A Emigração portuguesa – suas origens e distribuição*, 1ª ed., série História, vol. 79, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, s/l, 1983, p.37.

⁴¹ - *DN*, 01-07-1971, p.5.

⁴² - *Ibidem*.

Segundo o Decreto-Lei nº 33 918⁴³, de 5 de Setembro de 1944, os passaportes portugueses eram de cinco tipos: *diplomático, especial, ordinário, para emigrantes e para estrangeiros em situação irregular*. O Decreto-Lei 39 794⁴⁴, de 28 de Agosto de 1954, acrescenta, ainda, o *certificado colectivo de identidade e viagem*.

Em relação ao passaporte destinado a emigrantes,

*“é passado em impresso de passaporte ordinário, levando aposta na parte superior da primeira página e do lado direito, por baixo da numeração da série, em carimbo de tinta de óleo preta, a palavra “Emigrante”, com as dimensões de 40 milímetros por 10 milímetros.”*⁴⁵

Como já referimos, os anos 50 são marcados pelo aumento do número de emigrantes. Os numerosos pedidos de esclarecimento de pessoas que desejavam emigrar, muitos dos quais desnecessários, fizeram com que, em inícios de 1950, a Junta da Emigração publicasse um comunicado. Realçando que a proibição de 29 de Março de 1947 apenas seria consentida em casos especiais, a Junta elucidou as dúvidas destes emigrantes. Apesar de ser extenso, transcrevemos esse comunicado, porque nos permite entender a forma como se analisavam os processos dos pretensos emigrantes:

1) – *Todas as câmaras municipais possuem um folheto publicado pela Junta, com instruções acerca do serviço de emigração; e ser-lhes-á prestada facilmente qualquer informação que solicitem deste organismo. Os interessados podem ali obter os elementos de que necessitem, inclusive sobre a situação em que se encontra o seu processo. Torna-se, portanto, desnecessária a sua deslocação a Lisboa ou ao Porto, assim como ao recurso a quaisquer intermediários, que não obterão mais do que pode conseguir o próprio emigrante sem favor ou com o incómodo mínimo, na sede do seu Concelho.*

2) – *Os pretensos emigrantes que se encontrem na cidade de Lisboa ou Porto, terão idênticas facilidades nas administrações dos bairros [...].*

3) – *Além dos retornados, a quem são concedidos as maiores facilidades, mesmo quando se façam acompanhar por pessoas de famílias que emigram pela primeira vez [...], foi superiormente estabelecida prioridade para o estudo dos processos que a seguir se indicam: de mulheres chamadas pelos maridos; e filhos menores pelos pais; de filhas solteiras pelos pais; de pais idosos pelos filhos; de indivíduos com dupla nacionalidade; de pessoas que se dirigem a países de imigração reduzida, que lhes ofereçam excepcionais facilidades de vida [...].*

4) – *Dos processos sem direito a prioridade estão agora a ser considerados os que entraram no mês de Agosto último.*

5) – *Como é da mais elementar Justiça, os processos são estudados por ordem de entrada, tanto nos casos de prioridade, como fora deles [...].*

6) – *Até que seja comunicado à Câmara Municipal, para conhecimento do interessado, o despacho que teve o seu requerimento, o pretense emigrante não deve tomar*

⁴³ - *Diário do Governo*, I série, p.874.

⁴⁴ - *Ibidem*, p. 942.

⁴⁵ - *Diário do Governo*, I série, Decreto-Lei nº 33 918, 05 de Setembro de 1944, p.876.

quaisquer disposições para a partida. Só depois disso, quando convidado a apresentar a documentação para o visto consular, é que o deve fazer e terá tempo bastante dizendo a data em que deseja partir, o meio de transporte, o porto de embarque, indicações que a Junta respeitará.

7) – Os portugueses que pretendem seguir para a Venezuela têm que juntar ao seu processo a autorização de entrada exigida por aquele país.

8) – Todos os serviços a cargo da Junta são gratuitos com excepção da inspecção médica, pela qual cada emigrante continua [...] a pagar 40\$00 – receita do Estado.

9) – A fim de o emigrante dispor, nos portos de embarque, de alojamento e alimentação nas melhores condições sob todos os pontos de vista, encontra-se a funcionar em Lisboa, na Junqueira, a Casa do Emigrante; e no Porto, em Leixões, a partir de Março próximo, igual instituição passará a acolher também os emigrantes [...].⁴⁶

Este esclarecimento de dúvidas demonstra que, perante a quantidade de processos, houve necessidade de definir prioridades: retornados, mulheres chamadas pelos maridos, filhos menores chamados pelos pais e pais idosos chamados pelos filhos.

Tivemos curiosidade em saber quais os documentos que eram precisos para emigrar, para além do passaporte. Pesquisámos os registos dos passaportes, no A.R.M., de quatro emigrantes madeirenses que partiram para a Venezuela. Os processos são de 1899, 1930, 1956 e 1972, estes dois últimos do nosso pai e da nossa mãe, respectivamente.

Em 1899, Maria José Cabral, de quem já falámos, embarcou para a Venezuela com duas filhas, sendo apenas necessário um papel, escrito à mão, com o seu nome e o das filhas que a acompanhavam, idade, destino e o nº do passaporte.

Em 1930, notámos que o processo de Policarpo Rodrigues, natural do Paul do Mar, está muito mais completo do que o anterior. Nessa altura, exigia-se o requerimento ao Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal para a autorização do passaporte, o documento do Serviço da República a autorizar a partida, o registo criminal, o registo policial e o atestado médico.

Em 1956, o nosso pai, António da Silva Ganança, natural da Ponta do Sol, teve a autorização para embarcar, porém, para tal, foram necessários os seguintes documentos: o requerimento ao Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal para a concessão do passaporte, o recenseamento/documento militar, o registo criminal, o atestado médico, a certidão de diploma (conclusão do ensino primário elementar), o requerimento para a obtenção do “visa de ingreso” ou “permissão” na Venezuela, o termo de responsabilidade de quem enviou a carta de chamada, com a obrigação de

⁴⁶ - *O Jornal*, 01-02-1950, pp. 1,2.

pagar ao nosso pai 300 bolívares por mês durante dois anos, bem como a alimentação, e o boletim de informação da Junta da Emigração. No total, para a obtenção destes documentos, incluindo os selos, o nosso pai teve de dispensar a grande quantia de 1.663\$20.

Em 1972, a nossa mãe, Celina do Nascimento Alves Pita Ganança, necessitou dos seguintes documentos para embarcar com o nosso pai que tinha regressado da Venezuela para casar: o requerimento ao Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal para averbar o estado de casado ao passaporte do nosso pai, o requerimento ao Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal para a autorização do embarque de ambos, assim como a concessão do passaporte competente, o atestado médico, o registo de casamento, a declaração consular a aprovar a entrada na Venezuela (o “visa de entrada” ou “permissão”) e o boletim de informação da Junta da Emigração.

A título de curiosidade, neste último boletim constam os dados pessoais do requerente, as pessoas que acompanham o emigrante, o meio de transporte desejado, as habilitações literárias e profissionais, as condições económicas de trabalho no país e a razão da pretensão, o nome das pessoas da família a seu cargo que fica no país e a informação se a emigração é feita com carta de chamada, contrato de trabalho ou termo de responsabilidade.

Vemos, portanto, que começou a haver um maior controlo nos processos dos emigrantes, particularmente, a partir de meados do século XX. Neste sentido, a Junta da Emigração, criada em 1947, passou a ter um papel fulcral.

1.1.2.1. Cartas e cartas de chamada.

Para os pais, mulheres e namoradas, a emigração dos homens é vista como vantajosa para o seu futuro. Sendo o homem o principal responsável pela família, era ele que deveria lutar e trabalhar para poder dar uma vida melhor à sua esposa e aos seus filhos. Enquanto estivesse ausente, não havia outra solução senão esperar por boas notícias.

Encontrámos uma carta, em verso, de um emigrante madeirense na Venezuela a anunciar o seu regresso à Ilha da Madeira, em 1953. Com um certo humor à mistura, relata as saudades que tem da terra natal, bem como da comida da sua esposa:

*Minha querida mulher
Repara bem nesta carta
Que da alegria que tenho
Nem sequer lhe ponho a data.*

*Pois vendi o meu relógio
E vou-me embora prá Madeira
Só falta ver o que é nosso
Dentro da minha algibeira.*

*Estou louco de contente
Que nem me cabe um feijão
Para ver a minha gente
Querida do meu terrão.*

*Vou matar os meus desejos
Dos anos que não te vi
Quero abraços e beijos
Quando chegue ao pé de ti.*

*Já comprei uma gravata
Daquelas da moda antiga
Pra levá-la no pescoço
Pra me tapar a barriga.*

*Também te comprei um vestido
Com pintas cor de rosa
Tão bonito que até faz
Sofrer a muita invejosa.*

*Pois podes ter a certeza
Que vou antes do Natal
Quero chegar de surpresa
Não me deites no jornal.*

*Se não mataste o porco
Deixa pra quando eu chegar
Que tenho ganas de vê-lo
Nas minhas mãos a guinchar.*

*Tenho saudades Maria
Das coisinhas da Madeira
Do peixinho e do milhinho
E do vinhinho da parreira.*

*Vai-me lavando esse Gal
E pondo granzinhos de molho
Pra eu matar uma fraqueza
Quando coma o teu frangolho.*

*Quero pão do meu forninho
E carninha de vinho-e-alhos
E prá panela um galinho*

Pra se chupar até os galhos.

*E quando fores à cidade
Fazer as compras da Festa
Compra cordas prá viola
Que as que tem já não presta.*

*E diz ao compadre João
Que vá afinando a garganta
Pra se cantar uma charamba
Como nas festas se canta.*

*Quero cantar e bailar
Na Festa uma noite inteira
Pra viver e recordar
As tradições da Madeira.⁴⁷*

Se actualmente recebemos cartas com frequência, há alguns anos atrás era muito diferente. As cartas começaram a ser entregues depois da Missa, nos Domingos e dias santos. Eram nesses dias que se esperavam notícias dos emigrantes do Brasil, Curaçau, E.U.A., África do Sul e Venezuela, especialmente as mulheres que vestiam os melhores trajes.

A encarregada da “casa do correio” nomeava os destinatários dos sobrescritos, entregando-os aos próprios ou a quem tivesse sido mandado para tal. As cartas eram lidas em casa, “mas basta o tacto para se avaliar se serão só notícias que elas trazem.”⁴⁸

A nossa mãe recorda-se que na Lombada, Freguesia da Ponta do Sol, nos anos 50, o carteiro deixava as cartas numa mercearia. Por vezes, o mesmo entregava pessoalmente aos moradores que viviam perto da estrada. Ao ouvirem a “buzina” do carteiro, sabiam que ele estava por perto.

Como vimos, um dos documentos necessários para emigrar para a Venezuela era a carta de chamada ou o termo de responsabilidade. Tinha de haver alguém, de preferência com algum destaque nesse país, que se responsabilizasse pelo pretense emigrante. Desta forma, para além do dinheiro, ansiava-se que nos envelopes recebidos estivesse a carta de chamada do marido ou do noivo que, por vezes, tardava a chegar:

Quem espera mais tempo – às vezes a vida inteira! – são as mulheres, porque não se trata de garantir um emprego e responsabilizar-se, por escrito, pela manutenção de uma pessoa, em caso de necessidade: é preciso que as condições de vida permitam a deslocação

⁴⁷ - Revista Luso-venezolana *Saudade*, nº 8, Dezembro 1990-Janeiro 1991, p.13.

⁴⁸ - Mota de Vasconcelos: *Epopéia do Emigrante Insular*, op. cit., p.119.

duma família e o seu sustento, lá onde quer que o marido esteja. Este é, na Madeira, o verdadeiro drama da emigração: o desmembramento familiar e a situação de casada sem marido [...].

1.1.3. Organização da Emigração para a Venezuela: criação de Legações, Embaixadas e Consulados portugueses, Emigração madeirense dirigida pela Junta da Emigração e Publicação da obra *Informaciones útiles para los emigrantes*.

Um dos factores pelo qual a emigração se fez, muitas vezes, de forma descontrolada, teve relacionado com a não existência de consulados no país de acolhimento, embora tal não tivesse acontecido no Curaçau, onde havia um desde 1931. No entanto, consultando os *Registos de correspondência de entrada do Governo Civil*, encontrámos a referência de que a 29 de Novembro de 1943 o “Consulado de Portugal em Curaçau se retirou daquela ilha para Venezuela.”⁴⁹

Com a Segunda Grande Guerra, a ilha de Curaçau começou a ser vista como um ponto estratégico de assalto, uma vez que possuía refinarias de petróleo. O consulado português, receando que isto viesse a acontecer, saiu dessa ilha para um lugar seguro, neste caso, para a Venezuela. Consequentemente, muitos portugueses em Curaçau, com medo que o local do seu trabalho fosse bombardeado, começaram a partir para o interior da Venezuela, a fim de se dedicarem a serviços agrícolas. A título de curiosidade, soubemos que, em 1943, o Governador da Madeira recebeu um telegrama do Consulado de Portugal, ainda em Curaçau, afirmando que um senhor de apelido Gonçalves se retirara daquela ilha para a Venezuela.⁵⁰

A partir da recolha de informação, conseguida pelas pesquisas à I série do *Diário do Governo*, registámos que, pelo menos, a partir de 1946 havia em Caracas uma Legação de 2ª classe. Esta mesma é elevada à categoria de 1ª classe, em 1955.

Em 1947, o Decreto-Lei nº 36 247 extingue o vice-consulado de Portugal em Ciudad Bolívar.⁵¹ Em contrapartida, no ano seguinte, através de um Despacho Ministerial, é criada uma secção consular na Legação de Portugal em Caracas e extinto o Consulado de 4ª classe existente naquela cidade.⁵² Nesse mesmo ano, é extinto,

⁴⁹ - *Governo Civil*, livro 393, p.53v.

⁵⁰ - *Ibidem*.

⁵¹ - *Diário do Governo*, I série, 24-04-1947, p.350.

⁵² - *Ibidem*, 16-10-1948, pp.1067, 1068.

também, o Consulado de Portugal em El Callao.⁵³ Em Puerto la Cruz, é criado um Vice-Consulado de Portugal, em 1949.⁵⁴

O Decreto-Lei nº 40 403, de 1955, cria o Consulado de Portugal de 1ª classe em Caracas.⁵⁵ Quatro anos depois, a missão diplomática de Portugal em Caracas (Legação de 1ª classe) é elevada à categoria de Embaixada.⁵⁶

Em 1968, a portaria 23 232⁵⁷, de 1968, aprova uma lista dos distritos consulares portugueses no estrangeiro. Interessa-nos a correspondente a Caracas: Secção consular da Embaixada de Caracas, Consulado honorário em La Guayra – Cidade de La Guayra e Consulado honorário em Maracaibo – Estado de Zulia.

Não podemos deixar de salientar que a presença de um consulado ou de uma embaixada no estrangeiro é de extrema importância para os emigrantes, pois evita determinadas situações de burlas e permite um melhor tratamento da documentação necessária para emigrar. Anexámos duas tabelas referentes aos salários mensais dos funcionários das legações e dos consulados, bem como as verbas mensais para o pagamento das despesas de material e expediente, que recolhemos a partir do *Diário do Governo* (v. anexos *três e quatro*).

Ainda no sentido de organizar a emigração para a Venezuela, a Junta Nacional da Emigração proporcionava emigrações dirigidas da Ilha da Madeira a vários lugares, como, por exemplo, ao Curaçau, em 1948, de forma a combater o excesso demográfico. O contrato com as refinarias de petróleo incluía horário de trabalho fixo, pagamento de horas extras, férias para gozo na Madeira, seguro contra acidentes e mensalidade obrigatória para a família que ficava na Ilha, “variando entre 800\$00 e 1.200\$00 mensais.”⁵⁸ Permitiu, também, a emigração dirigida de pescadores madeirenses para a União Sul-Africana, em 1951, e o recrutamento de famílias da Madeira para o Estado de São Paulo e Panamá, em 1952, com o intuito de trabalharem em fazendas previamente visitadas por um inspetor da Junta.

⁵³ - *Ibidem*, Decreto-lei 37 124, 29-10-1948, p.1204.

⁵⁴ - *Ibidem*, Despacho Ministerial, 09-03-1949, p.149.

⁵⁵ - *Ibidem*, 24-11-1955, p.1057.

⁵⁶ - *Ibidem*, Decreto-lei 42 141, 06-02-1959, p.143.

⁵⁷ - *Ibidem*, 20-02-1968, p.248.

⁵⁸ - *DN*, 29-02-1968, p.6.

Em Junho de 1954, foi lançada a notícia que se aceitariam inscrições na Ilha da Madeira “de trabalhadores de qualquer profissão, de 22 a 40 anos de idade”⁵⁹, para partir para a Venezuela, desde que satisfizessem algumas condições. Há uma discrepância na informação, porque, mais à frente, nessas mesmas condições, é exigido que o interessado seja um trabalhador agrícola.

Para serem seleccionados, os trabalhadores, desde que soubessem ler e escrever correctamente, tinham de se deslocar pessoalmente a uma Secretaria da Câmara Municipal, não necessitando de apresentar o *permisso* individual.

A Junta da Emigração distinguia as pessoas para o recrutamento através de listas, pedindo a comparência das mesmas na Secretaria do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, como o exemplo que transcrevemos:

Avisam-se todos os indivíduos da lista B de que deverão comparecer nesta Secretaria na próxima segunda-feira, dia 10, a fim de serem esclarecidos sobre o visto consular e o próximo embarque.

Previnem-se todos os indivíduos constantes das listas C e D que em breve serão chamados a este Governo do Distrito para o mesmo fim.

*Secretaria do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, aos 4 de Janeiro de 1955.*⁶⁰

Nestes comparecimentos, os indivíduos escolhidos entregavam, também, uma caução bancária para garantir o seu possível regresso, como podemos ver através do seguinte anúncio:

⁵⁹ - *DN*, 14-06-1954, p.2.

⁶⁰ - *JM*, 05-01-1955, p.4.

Governo do Distrito Autónomo do Funchal

EMIGRAÇÃO DIRIGIDA DA ILHA DA MADEIRA PARA A VENEZUELA

Para conhecimento dos interessados se publica que, nos dias 15 a 22 do corrente se aceitarão nas Secretarias das Câmaras Municipais inscrições de trabalhadores de qualquer profissão, de 22 a 40 anos de idade, que satisfaçam às condições constantes do boletim abaixo transcrito e pretendam emigrar para VENEZUELA com dispensa de contratos de trabalho e de «permisso» individual de entrada, sob a orientação dos serviços da Junta de Emigração.

Acentua-se que são inteiramente inúteis pedidos ou quaisquer interferências de terceiros, visto que:

a) — se aceitarão inscrições de **TODOS** aqueles que estejam nas condições estabelecidas;

b) — que, não estando nestas condições, se inscrever, só a si próprio se ilude, pois terá que declarar nos boletins de inscrição que «tem conhecimento de que SERÁ impedido de emigrar se se verificar que as suas declarações não são verdadeiras»;

c) — a selecção obedecerá a critérios objectivos que serão mantidos com todo o rigor.

Todos aqueles que não possuam bilhete de identidade, deverão adquiri-lo logo a seguir à inscrição.

Esclarece-se que a importância depositada para garantia do regresso pode ser levantada pelo emigrante ou seu bastante procurador, no prazo de um ano a contar da data do embarque.

Governo do Distrito Autónomo do Funchal,
aos 12 de Junho de 1954.

O Governador do Distrito,
João I. Camacho de Freitas
Cap. de Mar-e-guerra

S. R.
Ministério do Interior
Junta da Emigração

Concelho de.....

Emigração dirigida da Ilha da Madeira para Venezuela

Nome, Filiação, Idade, Naturalidade, Freguesia, Concelho, Residência, Freguesia; Concelho; Profissão; Habilitações literárias (sujeito a exame pelos Serviços da Junta)

Estado Civil — solteiro, casado, viúvo, divorçado. Familiares a seu cargo, N.º de Bilhete de Identidade (a obter imediatamente, no caso de o não ter já).....

1.º — Como consegue o dinheiro para a passagem e depósito para o regresso? (cerca de 15.000\$00; a) — Dinheiro próprio; b) — Dinheiro emprestado; c) — Alienação de bens.

2.º — Como fica assegurada a manutenção da família; 3.º — Tem parentes ou pessoas conhecidas na Venezuela? Sim, não. Em que local? Que grau de parentesco tem com eles? Em que se ocupam?

4.º — Propondo-se emigrar para a Venezuela, na hipótese de o não conseguir, está interessado em emigrar nas mesmas condições para outros países? Sim, não. Qual.

N O T A

Condições a que devem satisfazer os pretensos emigrantes

a) — Ausência de defeitos físicos ou doenças infecto-contagiosas; b) — Ausência de condenações (certificado de registo criminal limpo); c) — Idade: 22 a 40 anos; d) — Profissão: trabalhador agrícola (sua confirmação pelo Bilhete de Identidade); e) — Habilitações literárias: exame de 3.ª classe ou comprovação de o interessado saber ler e escrever correctamente; f) — Estado Civil; g) — Importância necessária ao pagamento da viagem e depósito que garanta o possível regresso (15.000\$00).

Assumo a responsabilidade pelas declarações prestadas e declaro que tomei conhecimento de que será impedido de emigrar se se verificar que estas declarações não são verdadeiras.

Funchal..... de..... 1954.

O Declarante, Visto
O Chefe da Secretaria.

Emigração dirigida da Ilha da Madeira para a Venezuela: condições que devem satisfazer os pretensos emigrantes *in DN*, 14-06-1954, p.2.

A preocupação em tentar orientar a emigração, levou à publicação da obra *Venezuela – Informaciones útiles para los emigrantes*, de Vincencio Baez Finol, nos inícios dos anos 50, em Caracas, que permitiu aos emigrantes de obterem as informações necessárias quando chegassem a este país, no sentido de evitar que fossem enganados por terceiros. O livro pretende que o recém-chegado não se deixe enganar por “personas inescrupulosas [...] que tratarán ilegalmente de sacar algún provecho de su desconocimiento del País.”⁶¹

Segundo Vincencio, os emigrantes podiam chegar à Venezuela, na época atrás referida, com um destes três estatutos: “La Ley de Inmigración y Colonización, la de Extranjeros y la de Turismo”⁶², sendo o primeiro o mais vantajoso de todos, uma vez que é o único que fornece o chamado “Visa de Inmigrante”, ou seja, o *permiso*, que considera emigrante

*[...] todos aquellos extranjeros de antecedentes limpios y buena conducta, que con oficio fijo, como agricultores, criadores, artesanos, industriales, mecánicos, etc., tengan o nó con que subvenir a sus necesidades y llegasen a Venezuela o quisieran trasladarse a ella, con el propósito de arraigarse en el país, fundar una familia e incorporarse definitivamente a la masa de la población.*⁶³

Para além de gozar de todos os direitos da Constituição e das leis concedidas ao estrangeiro, aquele que entrasse no país com este “visa” gozava de outras vantagens, caso se nacionalizasse, como a isenção ao serviço militar, excepto em caso de guerra. Poderia ter, identicamente, alojamento e alimentação por conta do Estado, bem como atendimento hospitalar, em caso de doença, até resolver todas as diligências da sua nova residência.

De forma a se obter esse “visa”, era necessário que o emigrante passasse por um processo de selecção, a cargo das chamadas “Misiones”. Na obra de Vincencio, havia na Europa, nos anos 50, três Missões: uma na Alemanha, uma na Espanha e outra na Itália. Basicamente, além do boletim de saúde, solicitavam ao emigrante o passaporte, assim como alguns certificados de nascimento, estado civil e autorização militar.

Quando o emigrante, por falta de condições financeiras, não conseguia fazer-se acompanhar pela sua família, que teve de ficar em terra natal, podia solicitar ao *Instituto*

⁶¹ - Vincencio Baez Finol: *Venezuela – Informaciones útiles para los emigrantes*, op. cit., p.4.

⁶² - *Ibidem*.

⁶³ - *Ibidem*, p.29.

Agrário Nacional que disponibilizasse meios para a viagem gratuita da mesma. Para tal, tinha, somente, de preencher um documento semelhante ao que referimos abaixo:

*Ciudadano
Presidente del instituto Agrário Nacional
Presente*

Yo, _____ de nacionalidad _____ ante Ud. respetuosamente ocurro para manifestarle que en actualidad no poseo medios económicos suficientes para traer los familiares que más abajo menciono y por lo tanto ruego al Instituto a su digno cargo gestione el traslado de los mismos a Venezuela. Para su conocimiento le manifiesto que ellos ingresarán com Visa de Inmigrante, y por lo tanto deberán someterse a los requisitos de selección establecidos.

Es gracia: _____ de _____ de 195 _____
(Firma)

DATOS COMPLEMENTARIOS DEL SOLICITANTE

Profesión _____ Pasaporte N° _____ Cédula N° _____
Ficha de la solicitud de ingreso de sus familiares _____
Si tiene familiares en Venezuela
Indique el parentesco que le une con ellos _____
Nombre del patrono y dirección de su trabajo _____
Medios económicos de que dispone _____
Dirección donde habita _____
Tiempo de residencia en el País _____
Teléfono _____

DATOS DE LOS SOLICITADOS

<i>Nombre</i>	<i>Sexo</i>	<i>Edad</i>	<i>Profesion</i>	<i>Parentesco</i>

País de residencia _____
Dirección actual _____⁶⁴

Depois de analisado, o documento era ou não aprovado, consoante as necessidades da família.

1.1.4. Década de 50: suspensão da emigração para a Venezuela.

A emigração foi sempre um meio para resolver o aumento excessivo da população da Ilha. A Venezuela foi um dos países mais escolhidos pelo ilhéu, mas, segundo o que fomos lendo, no ano de 1950, o Governo venezuelano começou a proibir

⁶⁴ - *Ibidem*, p.50.

a entrada de alguns emigrantes nesse país, à exceção dos filhos que são chamados pelos seus pais ou mulheres pelos maridos:

*[...] as autoridades venezuelanas têm proibido a entrada de emigrantes que não saibam ler e escrever correctamente, seja qual for a sua idade, e o respectivo consulado exige provas como condição à concessão de vistos nos passaportes, excluindo apenas os menores que vão reunir-se aos pais e às mulheres chamadas pelos maridos.*⁶⁵

Apesar destas proibições, houve sempre emigração portuguesa, principalmente madeirense, para a Venezuela. Um depoimento de um venezuelano, José Gonzales, comprova que, em 1954, já havia muitas famílias madeirenses a viver neste país, apesar da recente proibição:

*Já vêm famílias inteiras e as que já residem cá completam com novos familiares os seus lares, evitando, assim, as críticas acerca da emigração só constituída por homens. / Limitada a emigração até há poucos meses aos insulares dos Açores e da Madeira, hoje vão-se ampliando, contando-se já por milhares as famílias peninsulares sãs, robustas, austeras, trabalhadoras de autêntica cepa camponesa, dispostas a vir.*⁶⁶

O Governo venezuelano decidiu suspender, novamente, a entrada de contingentes migratórios no país a 18 de Julho de 1958. O Almirante Larrazábal, Presidente da Junta do Governo da Venezuela na referida época, explicou que a grande razão para esta suspensão esteve relacionado com o forte desemprego que proliferava no país:

*[...] esta medida, que abrange os imigrantes de todas as nacionalidades, manter-se-á até que seja vencida a crise de trabalho que fez já muitos milhares de desempregados. No entanto, não será negada a entrada na Venezuela às esposas e aos filhos menores dos estrangeiros já ali residentes, e aos operários especializados que apresentem contratos de trabalho com fábricas venezuelanas, autenticados pelas autoridades daquele país.*⁶⁷

Com esta cessação, procura-se a fixação definitiva de famílias, em vez da individual, que era a grande tendência na altura. Interessava incentivar os estrangeiros a se dedicarem à agricultura:

Essa suspensão denota [...] o propósito de [...] substituir a imigração individual e temporária por uma familiar e definitiva. E, mais ainda, procura-se também que o imigrante em

⁶⁵ - DN, 28-09-1950, p.1.

⁶⁶ - DN, 29-07-1954, p.3.

⁶⁷ - DN, 22-07-1958, p.1.

*vez de ficar nos grandes centros urbanos e se dedique ao comércio se fixe, de preferência, nos campos e empregue a sua actividade na agricultura.*⁶⁸

Nessa época, o Cônsul da Venezuela na Madeira, Gonzalo Carrillo, numa entrevista ao *Eco do Funchal*, esclareceu quais os indivíduos que podiam emigrar para a Venezuela:

*Esposas, pais e filhos menores de emigrantes, bastando apenas apresentarem o passaporte e a carta de chamada para obterem o necessário visto consular. Também podem entrar na Venezuela os irmãos, cunhados e genros desde que apresentem, além do passaporte e carta de chamada, o permiso de entrada naquele país.*⁶⁹

Esta situação causou transtornos aos madeirenses, uma vez que muitos “já tinham na Madeira parte dos seus documentos e [...] haviam feito despesas avultadas, para seguirem para aquele país”⁷⁰, ficando, à partida, impossibilitados de emigrar. Contudo, para que muitos madeirenses pobres e humildes não ficassem prejudicados, o Governo do Distrito do Funchal e a Junta Nacional da Emigração decidiram que esta suspensão não seria imposta àqueles cuja documentação estava em fase final para a obtenção do passaporte. Apesar das maiúsculas, transcrevemos a declaração que vem assinada por João de Gouveia, Governador substituto do Funchal, a 4 de Agosto de 1958:

Para efeitos de estudo em curso, avisam-se todos os pretensos emigrantes para Venezuela, abrangidos pelas recentes medidas restritivas da entrada naquele país, decretadas pelo Governo Venezuelano, e que em 28 DE JULHO FINDO JÁ POSSUÍAM PARTE DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À OBTENÇÃO DOS PASSAPORTES, a, no seu próprio interesse, comparecerem, munidos desses documentos, nas Secretarias das Câmaras Municipais dos respectivos Concelhos, nos dias 7 a 15 do corrente mês.

*A fim de não efectuarem despesas inúteis ficam, todos, desde já bem cientes de que, SEM INSTRUÇÕES OFICIAIS EM CONTRÁRIO, não deverão tratar da obtenção de mais documentos, visto que a sua entrada na Venezuela é bastante problemática, pelo menos nos tempos mais próximos.*⁷¹

Gonzalo Carrillo realçou a riqueza deste país, sobretudo devido ao Petróleo, que permitia empregar facilmente o emigrante, especialmente o português que “é muito considerado na Venezuela, pelo seu feitio correcto, pacífico e trabalhador.”⁷² Referiu, ainda, que quando o emigrante se fixa tem os mesmos direitos dos venezuelanos, à

⁶⁸ - DN, 01-06-1959, p.1.

⁶⁹ - cf. Mota de Vasconcelos: *Epopéia do Emigrante Insular*, op. cit., p.74.

⁷⁰ - DN, 01-08-1958, p.1.

⁷¹ - DN, 07-08-1958, p.4.

⁷² - cf. Mota de Vasconcelos: *Epopéia do Emigrante Insular*, op. cit., p.74.

excepção do voto e dos cargos públicos. O português, e o emigrante em geral, não era discriminado, facto que podemos comprovar com um anúncio da Embaixada de Portugal na Venezuela de 1960:

*Não há discriminação contra os trabalhadores portugueses residentes na Venezuela – segundo afirma um comunicado distribuído pela Embaixada de Portugal nesta cidade. A embaixada aconselha os portugueses que à Venezuela vierem para trabalhar, que diligenciem cumprir todas as disposições legais do país.*⁷³

Acreditando que os portugueses não foram discriminados, é provável que se deparassem com um problema: “É dramática a situação das venezuelanas casadas com portugueses que são perseguidos agora por serem estrangeiros e terão que abandonar este país para regressarem a Portugal ou a outras terras onde possam trabalhar.”⁷⁴ Não sabemos o porquê desta situação. Todavia, apercebemo-nos de que, por vezes, o emigrante foi visto como um intruso, possivelmente por estar bem colocado na Venezuela:

*[...] el comerciante [...] oye y repite que las ventas bojan porque los extranjeros ahorran mucho y gastan poco. O [...] cree que los dólares escasean porque los inmigrantes los adquieren en grandes cantidades para enviarlos a sus familiares en el país de origen/ Todos estos prejuicios van envenenando el ambiente y creando un sórdido sentimiento de hostilidad hacia el inmigrante.*⁷⁵

1.1.5. Excursões dirigidas à Ilha da Madeira para madeirenses que residem na Venezuela.

O madeirense emigra à procura de melhores e de novas oportunidades, mas, sempre que pode, vem à Ilha para visitar os seus familiares e amigos, onde é recebido em euforia:

*O madeirense [...] vem em excursões de saudade à Madeira e a sua chegada é anunciada com fogo estridente, como nos melhores e mais característicos arraiais da terra; desembarca ao som das filarmónicas; chora de alegria ao reencontrar os entes queridos.*⁷⁶

⁷³ - DN, 18-03-1960, p.1.

⁷⁴ - DN, 17-03-1960, p.1.

⁷⁵ - Arturo Uslar Pietri: *Médio Milénio de Venezuela*, 2ª ed., Monte Ávila Ediciones, Caracas, 1992, p.415.

⁷⁶ - DN, 12-12-1959, p.1.

Na década de 50, as agências começaram a organizar excursões à Ilha da Madeira para emigrantes madeirenses que estavam na Venezuela, possibilitando aos mesmos e aos seus familiares de conviverem todos juntos em passeios, sobretudo ao Norte da Ilha, considerado o local mais atractivo. Temos uma imagem onde podemos ver um exemplo desses mesmos convívios:

Ilustração 1



Convívio de emigrantes madeirenses que residem na Venezuela numa excursão à Ilha da Madeira in DN, 10-09-1956, p.2.

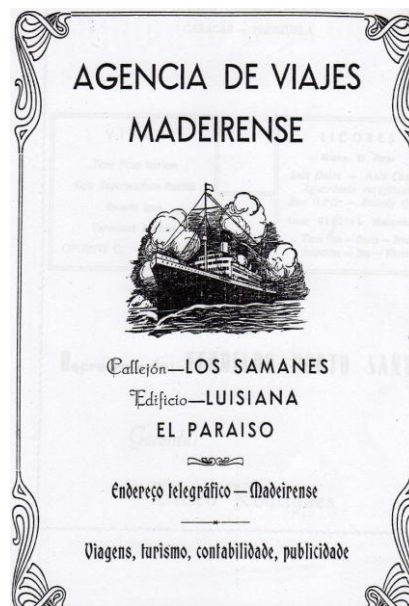
A primeira excursão de madeirenses à Ilha, dirigida pelo conterrâneo Agostinho de Sousa, proprietário da *Agência de Viagens Interoceânica* de Caracas, foi em Julho de 1954. No vapor *Carvalho Araújo*, 58 conterrâneos regressaram à Madeira, em viagem de recreio, onde “foram recebidos carinhosamente nesta cidade, aguardando-os, no cais-molhe da Pontinha, numerosas pessoas de suas famílias e amigos.”⁷⁷ Através de um concurso da rádio na Venezuela, possivelmente um destes excursionistas teve a passagem paga: “Uma das maiores Indústrias venezuelanas oferece uma passagem na excursão que se realizará à Ilha da Madeira, em colaboração com a *Voz da Madeira*, num interessante concurso [...]”⁷⁸ Era uma forma de fazer publicidade.

No ano seguinte, 138 madeirenses embarcaram em La Guayra no *Vera Cruz* para usufruírem de mais uma grandiosa excursão organizada pela *Agência de Viajes Madeirense*, situada no El Paraíso, em Caracas, como podemos ver através do próximo anúncio:

⁷⁷ - DN, 28-07-1954, p.1.

⁷⁸ - JM, 08-05-1954, p.4.

Anúncio 2



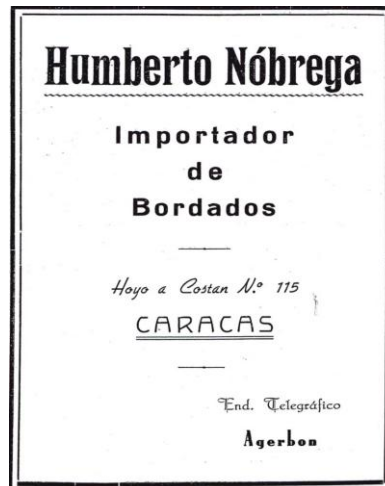
Anúncio da “Agência de Viajes Madeirense” em Caracas in *Almanaque da Madeira*, 1956, p.134.

Dos excursionistas de 1955, o periódico *Jornal da Madeira* destacou Humberto Nóbrega, que desembarcou no porto de La Guayra muito jovem, com muitas ilusões como todos os emigrantes. Humberto Nóbrega foi um dos mais prestigiosos importadores de bordados da Ilha para o estrangeiro, “bem patente na credencial nas estatísticas do Grémio dos Bordados da Madeira.”⁷⁹

A Venezuela era um dos principais países para onde Humberto Nóbrega importava bordados:

⁷⁹ - *JM*, 08-06-1955, p.2.

Anúncio 3



Humberto Nóbrega, importador de bordado madeirense em Caracas in *Almanaque da Madeira*, 1956, p.144.

Caracas era, de facto, uma das cidades comerciais de maior destaque, não apenas no que se refere a bordados, como, também, a vinhos, pelo que não é de estranhar que se publicassem informações para atrair os comerciantes a exportar:

Anúncio 4



Exportação de vinhos, bordados e obra de vimes para Caracas in *DN*, 21-01-1945, p.4.

Anúncio 5



Exportação de bordados para a Venezuela in *DN*, 22-10-1949, p.3.

António Camacho, Gabriel Correia e Carlos Inácio da Silva, proprietários e directores da *Agência de Viajes Madeirense*, organizaram, identicamente, em 1956, outro passeio para 80 madeirenses, que regressaram à Ilha no *Santa Maria*. O barco entrou no cais, embandeirado em arco, sendo recebido por uma salva de morteiros e uma banda de música.⁸⁰

⁸⁰ - *DN*, 05-06-1956, p.2.

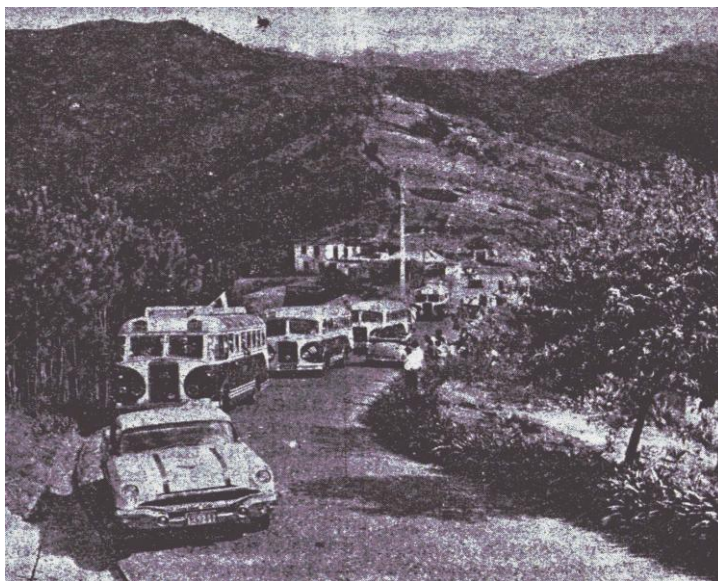
De 17 a 19 de Agosto desse mesmo ano, houve uma nova excursão, neste caso orientada pela *Agência de Viagens Interoceânica*:

*Avisam-se todas as pessoas que fizeram parte da Grande Excursão de Venezuela, organizada pela Agência de viagens INTEROCEÂNICA, que deverão apresentar-se no dia 17 do corrente, na Praça do Infante, às 8 horas da manhã, para tomarem parte do grande passeio à volta da ilha.*⁸¹

Para este passeio, preparado pelo conterrâneo Agostinho de Sousa, sócio da agência acima referida, foram necessários quatro amplos autocarros para “150 madeirenses, que estão trabalhando na Venezuela, e presentemente se encontram entre nós no gozo de férias.”⁸² A excursão incluiu almoços e diversas festas, não faltando, a tradicional “espetada” regional, normalmente nos Prazeres. Pernoitavam em hotéis, quando necessário.

Mostramos uma foto dos autocarros, no Cabo Girão, que eram utilizados nestes passeios pela Ilha:

Ilustração 2



Autocarros no Cabo Girão durante uma excursão à Ilha da Madeira de madeirenses que residem na Venezuela in DN, 10-09-1956, p.2.

Habitualmente, os autocarros saíam da Rotunda do Infante e dirigiam-se para o Cabo Girão, a fim de os excursionistas tomarem o pequeno-almoço e tirarem algumas fotografias. A partir daqui, percorria-se a Ribeira Brava, os Canhas, os Prazeres, a Ponta

⁸¹ - DN, 15-08-1956, p.2.

⁸² - DN, 18-08-1956, p.2.

do Pargo e o Porto Moniz. No dia seguinte, passeavam pelo Seixal, São Vicente, Ponta Delgada e Boaventura, Santana, Porto da Cruz, Portela, Santo da Serra, Camacha, para, logo depois, regressarem ao Funchal.

Cerca de 100 madeirenses vieram à Ilha para gozar de mais uma excursão, em Abril de 1957, sob a direcção de Arnaldo Teixeira Branco. Para transmitir a ansiedade da chegada, é curioso o facto de os excursionistas enviarem um radiograma de saudação durante a viagem no barco: “Embora viagem *Santa Maria* decorra magnificamente aproximando-se nossa querida Madeira saudades invadem corações todos excursionistas *Agência Interoceânica* que saúdam suas famílias e amigos.”⁸³

Em Junho de 1958, Julho de 1959 e Abril de 1960 houve novos passeios organizados pela *Agência Interoceânica* para madeirenses de visita aos seus familiares.

Notámos, portanto, que, a partir de 1954 e até 1960, estas excursões eram anunciadas nos periódicos *Diário de Notícias* e *Jornal da Madeira* uma ou duas vezes por ano. De facto, estas viagens tiveram bastante incremento na Venezuela, pelo que não é de estranhar que o número de excursionistas rondasse os 100 ou 150. Apenas por curiosidade, estas excursões são, actualmente, planeadas por um grupo de emigrantes da Freguesia do Faial.

1.1.6. Protótipo do emigrante da Venezuela – O Tio da Venezuela.

Depois de um certo tempo a angariar dinheiro em país estrangeiro, com anos e anos de trabalho, o emigrante madeirense regressa à sua Ilha natal para visitar os familiares que o aguardam fervorosamente:

*Vinham quase sempre no verão ou no Natal, traziam malas enormes, apertadas com cordas [...]. A sua chegada comparava-se às tolerâncias de ponto de hoje, porque todos queriam estar presentes à chegada e inventavam uma desculpa para fugir ao serviço. Até havia verdadeiras excursões ao aeroporto, ou à pontinha, onde o *Santa Maria* terminava uma viagem que ligava os dois lados do Atlântico.*⁸⁴

⁸³ - *DN*, 24-04-1957, p.4.

⁸⁴ - Revista “O tio emigrante – O tio da Venezuela”, p. 8, in *DN*, 04-09-2005.

A chegada de um emigrante, nomeadamente da Venezuela, era um facto importante na Ilha, não só para os familiares, como também para as jovens solteiras que pretendiam casar:

*As jovens nos domingos seguintes apareciam com os seus melhores trajes na missa dominical, onde estavam também os emigrantes, que durante a estadia em terra estrangeira talvez não tivessem cumprido esse preceito exigido pela religião católica, pois os seus negócios não lhes deixavam tempo livre [...].*⁸⁵

Com o protótipo de serem quase todos morenos, gordos, de bigodes, com camisas coloridas e, alguns, com bonés de basebol com a marca do Panamá, os *tios*, forma como eram apelidados, eram conhecidos por trazerem malas grandes de madeira cheias de roupa e de *regalos* para a família.

Muitas das prendas trazidas da Venezuela, sobretudo na década de 50, eram novidade na Madeira, porque, nessa altura, não havia na Ilha grande evolução:

*A maioria dos miúdos daquele tempo, que hoje andam na casa dos 40, viu o seu primeiro carro a pilhas na mão de um tio da Venezuela ou do Curaçau. Eram quase todos vermelhos e de modelos norte-americanos [...]./Para as raparigas ainda era mais espectacular. As bonecas falavam, cantavam, abriam e fechavam os olhos e até havia bebés que choravam [...].*⁸⁶

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento da Ilha, os *regalos* foram diminuindo, porque, facilmente, se comprava na Madeira tudo o que se queria.

Para além de trazerem lembranças para a família, uma situação curiosa é que, ao regressar à Ilha, muitos madeirenses faziam questão de mostrar aos seus compatriotas a riqueza obtida na Venezuela. Uma das formas de impressionar era percorrendo a terra natal com belos carros:

*E os espadas formidáveis, que mal cabem nalgumas ruas da cidade, com a chapa de matrícula a comprovar a proveniência e o nível de vida dos emigrantes felizes em terras de Venezuela! Diz-se à boca pequena que não é tanto assim... E que aqueles carros de proporções avantajadas e linhas modernas são alugados mediante um depósito ou simples caução, exclusivamente para serem exibidos na ilha. Há até quem suponha que o próprio Governo venezuelano estimula e facilita essa vaidade, óptima propaganda da emigração para aquele país [...].*⁸⁷

⁸⁵ - Maria Elisa de França Brazão: *Namoro, noivado e casamento – Lombo do Atouguia*, Edição da Câmara Municipal da Calheta, Calheta, 1991, pp. 19,20.

⁸⁶ - *Ibidem*, p. 9.

⁸⁷ - Mota de Vasconcelos: *Epopéia do Emigrante Insular*, op. cit., p.120.

Os *espadas*, forma como eram apelidados estes carros americanos de largas dimensões, absorviam rios de gasolina, mas era a maneira de os emigrantes mostrarem a sua grandeza de novos-ricos. Quem não regressasse da Venezuela com um destes carros, estava sujeito a ser inferiorizado pela esposa: “[...] as próprias mulheres destes emigrados, que cá ficam, metem a ridículo os próprios maridos, escarnecendo-os por nem terem ganho para trazer uma daquelas *espadas*!”⁸⁸ Grande parte desses carros circulava na Freguesia do Campanário.

Na Venezuela, nos tempos passados, o carro era, igualmente, um símbolo de luxo. António de Abreu Xavier, na obra *Con Portugal en la maleta*, refere que o carro do “português” foi objecto de sátiras sociais, por alguns não conhecerem as leis de trânsito ou por não terem perícia para conduzir: “[...] algunas personas [...] a todo mal conductor, sin importar la nacionalidad, lo insultaban llamándolo *Português* ó simplemente con el mote de *portu*.”⁸⁹

A verdade é que depois de Pérez Jiménez ter traçado a via rápida de Caracas a Valência, o país foi esquecendo as redes de caminhos-de-ferro para dar prioridade aos automóveis. A política dos anos 50 para movimentar a Venezuela era a dos gastos financeiros, ou seja, a do incentivo à compra de uma viatura, para dar prestígio ao país.

1.2. Segunda fase: 1961 a 1974 – emigração forçada devido à Guerra Colonial ou Ultramarina em África.

Como vimos, considerámos a primeira fase da emigração dos madeirenses para a Venezuela, de 1940 a 1960, como emigração por necessidade, devido à agricultura pouco remunerada, ao excesso demográfico na Ilha e ao espírito de aventura.

A segunda fase, que coincide com a época da Guerra Colonial em África, de 1961 a 1974, poderá ser denominada por emigração forçada. Nessa fase, muitos jovens partiram com receio de terem de cumprir serviço militar, como é o caso do nosso tio materno, Samuel Pita. Se não embarcasse, seria chamado para se apresentar na “Junta”, a fim de fazer os exames habituais para o serviço militar.

⁸⁸ - JM, 09-09-1960, p.1.

⁸⁹ - António de Abreu Xavier: *Con Portugal en la Maleta – Historias de vida de los portugueses en Venezuela. Siglo XX*, col. Trópicos 72, Editorial Alfa, Caracas, 2007, p.208.

Esta guerra, período de confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas decorreu de 4 de Fevereiro de 1961 a 25 de Abril de 1974.

As colónias portuguesas, que depois foram designadas por províncias ultramarinas, eram as seguintes em 1960: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, no Oceano Atlântico; Guiné e Angola, na costa ocidental africana; Moçambique, na costa oriental de África; Estado da Índia, constituído pelos territórios de Goa, Damão e Diu; Macau e metade da ilha de Timor, na Oceânia.

Os conflitos “terroristas” iniciaram-se em Angola em 1960, continuando na Guiné em 1963 e em Moçambique em 1964. Os territórios africanos, após 13 anos de guerra, tornaram-se independentes em 1975. Macau foi entregue à China em 1999 e Timor Leste, ocupado pela Indonésia desde 1975, tornou-se independente.

A guerra das colónias não foi um combate aberto. Os ataques eram sempre feitos de surpresa, o que causava mais mortos. Embora a rádio transmitisse a bravura dos portugueses no programa *Crónicas de Angola*, de Ferreira da Costa, a verdade é que muitos morreram em combate. As notícias da morte de amigos e familiares assustavam os jovens, que brevemente poderiam ser chamados para a guerra. Era habitual a publicação dos comunicados das Forças Armadas do falecimento desses portugueses.

Com o evoluir dos conflitos nas colónias portuguesas, era necessário recrutar jovens para o serviço militar, o que justifica a elevada emigração na década de 60. Para não serem obrigados a cumprir serviço na guerra, muitos adolescentes, entre os quais madeirenses, emigraram para países como Venezuela, Brasil e França. Foi a Guerra das Colónias que provocou o maior surto de emigração para estes países.

Houve algumas imposições para impedir a emigração dos jovens que aos 20 ou 21 anos seriam chamados para cumprir serviço militar. O Governo português lançou uma legislação em que proibia a saída de rapazes a partir dos 18 anos e, mesmo, a partir dos 16 anos. Isto fez com que saíssem do país com 15 anos ou menos.

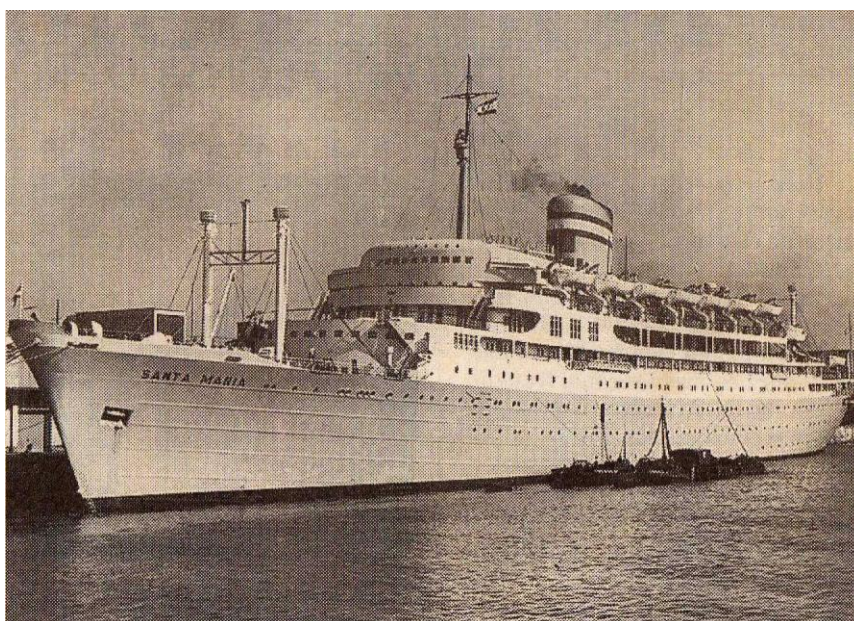
Entretanto, a realidade na Venezuela era diferente, porque, se em Portugal se tentava evitar a emigração dos jovens, as autoridades deste primeiro país começaram a incentivar os emigrantes europeus a adoptarem a cidadania venezuelana nos anos 60. Em troca, concediam-lhes facilidades administrativas para a abertura das suas empresas e acesso a créditos bancários ou subsídios. Era um incentivo à integração e à fixação da

população.⁹⁰ Muitos foram os casos em que os emigrantes adquiriram a cidadania venezuelana, acreditando que seria uma forma de protegerem os seus investimentos nessa terra. Só a partir de 1981 é que Portugal passou a reconhecer a dupla nacionalidade.⁹¹

1.2.1. Pacote português *Santa Maria*.

A *Companhia Colonial de Navegação* foi uma das mais prestigiosas companhias de sempre. De todos os seus navios, como o *Vera Cruz*, o *Pátria*, o *Serpa Pinto*, não podemos deixar de destacar o *Santa Maria*, pelo que dedicámos umas páginas a este transatlântico que transportou milhares e milhares de emigrantes para muitos países da América, como a Venezuela.

Ilustração 3



Transatlântico *Santa Maria* in Revista DN, 26-01-1997, p.5.

O *Santa Maria* foi sempre um dos transatlânticos que os madeirenses mais confiaram, pela segurança e comodidade. As viagens neste transatlântico, em particular para a Venezuela, eram feitas num ambiente perfeitamente português:

⁹⁰ - José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.121.

⁹¹ - *Ibidem*, Lei n° 37/81 de 3 de Outubro.

[...] O *Santa Maria* era um elo de ligação importante entre a Madeira e os madeirenses que vivem em Venezuela. Os nossos conterrâneos sentiam-se a bordo como se estivessem na sua ilha. A mesma língua, a mesma gente, os mesmos hábitos [...]. O navio português era um elemento que contribuía para que não se fixassem definitivamente em Venezuela. Em poucos dias iam e voltavam, o *Santa Maria* era a ponte entre a terra da sua naturalidade e o país onde viviam.⁹²

1.2.1.1. 12 de Novembro de 1953: viagem inaugural do paquete *Santa Maria*.

Ilustração 4



Cais do Funchal: viagem inaugural do transatlântico *Santa Maria* in *DN*, 25-01-1961, p.1.

O paquete *Santa Maria* transportou passageiros para todas as comunidades nacionais da América Central e do Sul, desde a década de 50. Foi construído nos estaleiros de Hoboken, na Bélgica, sendo lançado ao mar a 20 de Setembro de 1952, onde se fizeram testes com êxito, “pois na experiência de velocidade o navio desenvolveu a marcha de 23 nós, que excede as cláusulas do contrato.”⁹³ No lançamento ao mar, a madrinha deste novo paquete, Maria Amélia Seguíer Pinto da Costa Leite, quebrou na roda da proa uma garrafa de vinho velho do Porto, pronunciando “Dou a este navio o nome de *Santa Maria* e peço a Deus que o proteja sempre e a quantos nele navegarem.”⁹⁴

⁹² - *DN*, 29-01-1961, p.1.

⁹³ - *DN*, 14-10-1953, p. 4.

⁹⁴ - *JM*, 26-09-1952, p.1.

Com alojamentos para 1188 passageiros e com uma tripulação de 340 pessoas, este transatlântico, que custou, na moeda antiga, “meio milhão de contos [...]”⁹⁵, entrou no Tejo, pela primeira vez, a 25 de Outubro de 1953.

No dia 12 de Novembro de 1953, o *Santa Maria* partiu do cais da Estação Marítima da Rocha de Conde de Óbidos para a sua viagem inaugural à América do Sul, onde seguiram o Ministro da Marinha, o Almirante Américo Tomás, com a esposa e os filhos, entre outros convidados da Companhia Colonial de Navegação.⁹⁶ Perante aproximadamente 2.000 pessoas,

*[...] os passageiros apinhados nos decks lançaram coloridas serpentinas para o cais, donde a multidão retribuía com acenos, até às 12:25 horas, a sereia de bordo apitou o último sinal./ As pontes foram retiradas e, lentamente, o luxuoso paquete [...] afasta-se com rumo à barra, enquanto em terra se adivinha, nos lábios daquela imensa mole de gente, um muito sincero voto de boa viagem e, do coração, ainda mais terno que Deus te acompanhe.*⁹⁷

No dia seguinte, às 13:35, o transatlântico “fundeava na nossa baía em frente do cais da entrada da cidade.”⁹⁸ Entrou no nosso porto “embandeirado em arco e trazia no topo do mastro principal o distintivo ministerial.”⁹⁹ O paquete trouxe 54 passageiros para a Ilha da Madeira e conduziu 1149 para Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e Buenos Aires.

Após um passeio pelo Funchal e a recepção no Palácio de São Lourenço, o Ministro da Marinha e a família partiram às 20:10 rumo ao Brasil. A bordo, o Ministro declarou as suas impressões sobre a Ilha:

*[...] as impressões com que partimos excedem em muito a optimista expectativa em que demandámos a ilha. As maravilhosas belezas da ilha, os seus progressos bem viáveis e a simpatia da sua gente cativam completamente. Bem haja, pois, a terra, os seus habitantes e quem os governa, pelas agradabilíssimas horas que nos proporcionaram.*¹⁰⁰

No dia 16 de Novembro, realizou-se uma cerimónia onde foi lido um poema da poetisa Nita Lupi, “[...] ouvido, comovidamente, enquanto as senhoras, ao longo da

⁹⁵ - DN, 26-08-1971, p.1.

⁹⁶ - DN, 12-11-1953, p.1.

⁹⁷ - DN, 13-11-1953, p.1.

⁹⁸ - DN, 14-11-1953, p.1.

⁹⁹ - *Ibidem*.

¹⁰⁰ - DN, 15-11-1953, p.3.

amurada, deixavam cair as flores no Atlântico, túmulo de tantos portugueses.”¹⁰¹ Ainda neste artigo, é dito que, no dia seguinte, o *Santa Maria* e o *Vera Cruz* se cruzaram, sendo de referir que, nessa época, eram os dois maiores paquetes portugueses.

Uma notícia de 1971¹⁰², dizia que o navio estava à venda. Contaram-nos que o *Santa Maria* foi vendido ao Japão para sucata.

1.2.1.2. 22 de Janeiro de 1961: assalto histórico ao *Santa Maria* - a “Operação Dulcineia”.

Portugal, nas décadas de 40 e 50, distinguia-se, negativamente, pelo seu atraso, com uma indústria muito incipiente, uma agricultura pouco produtiva, salários e rendimentos baixíssimos, um quase inexistente sistema de saúde, uma mortalidade infantil elevada e um forte analfabetismo.

Em 1958, o General Craveiro Lopes terminou o seu mandato presidencial. Salazar, por considerá-lo com conotações de esquerda, decidiu não promover a sua reeleição, escolhendo, para o seu lugar, o Almirante Américo Tomás. Nesse mesmo ano, o General Humberto Delgado apresentou a sua candidatura às eleições presidenciais, como candidato independente, sem qualquer compromisso partidário. Delgado propôs a reintegração dos funcionários afastados do serviço por motivo político, amnistia a todos os presos políticos, liberdade de expressão e de associação, eleições gerais e livres a curto prazo e moralização dos costumes políticos e da administração pública.

O movimento popular de apoio a Delgado surpreendeu tudo e todos, inclusive o próprio Salazar. Por toda a parte de Portugal, realizaram-se manifestações de cooperação a Humberto Delgado, confiando que este general poderia trazer a liberdade ao país, numa altura em que se respirava medo. Foi a primeira vez, desde o início da ditadura, que se soube existir uma opinião de grande dimensão contrária a Salazar.

Por fraude eleitoral, montada pelo regime salazarista, o Almirante Américo Tomás venceu as eleições. No entanto, o choque da campanha de Delgado foi de tal dimensão que Salazar, logo a seguir, procedeu a uma revisão da Constituição e das leis

¹⁰¹ - *DN*, 17-11-1953, p.4.

¹⁰² - cf. *DN*, 26-08-1971, p.2.

eleitorais a fim de consagrar, posteriormente, a eleição indirecta do Presidente da República.

Humberto Delgado ficou conhecido como o “General sem medo” e o “General sem juízo”, pela sua coragem de dizer em público palavras pouco respeitosas e agressivas contra Salazar. Foi demitido das Forças Armadas, forçado ao exílio e chegou a participar no plano de assalto ao barco *Santa Maria*. Em 1965, numa emboscada em Espanha, foi assassinado por agentes da Política Internacional de defesa do Estado (PIDE).

O ano de 1961, data do início da Guerra das Colónias em África, é, também, marcado pelo assalto à mão armada ao vapor *Santa Maria* no mar das Caraíbas, sob orientação dos capitães Henrique Galvão e Jorge Sottomayor. Este episódio tratou-se, tal como a candidatura de Humberto Delgado, de uma questão política contra o regime ditador em Portugal de Salazar e na Espanha de Franco. Foi uma formidável acção de propaganda anti-salazarista e anti-franquista, utilizada como tema para a publicação de uma banda desenhada, por uma editora latino-americana, onde Galvão é a figura central e o herói positivo: “Aventuras de la vida real: El buque rebelde – Galvão y la persecución del *Santa Maria*.”

Sendo o orgulho de todos os que viajavam neste transatlântico, o *Santa Maria* privilegiava pela comodidade e segurança. A notícia do assalto abalou a população:

O Santa Maria é navio nosso, um próprio pedaço da terra portuguesa que sobre os mares estabelece permanente e regularmente contacto com as comunidades nacionais da América Central. Todos nós nos orgulhamos sempre de vê-lo entrar na nossa baía, com suas linhas modernas e majestosas, para tomar os madeirenses que vão ganhar a vida em terra estranha ou desembarcar aqueles que voltam de novo ou aqui vêm avivar lembranças ou matar saudades.

Como acontece nos nossos navios há ali aquela atmosfera de calma e hospitalidade que são expressão do ambiente português.

*Foi nesse ambiente de confiança, em que toda a tripulação, desde o comandante e oficiais até os empregados mais humildes, olha e vela pela segurança e bem estar dos passageiros, que um grupo de verdadeiros criminosos veio lançar o alarme, o pânico e a morte.*¹⁰³

O assalto a esta embarcação, dupla bandeira da *Companhia Colonial de Navegação* e da ditadura de António Salazar, ficou conhecido por “Operação Dulcineia”, em honra à dama pela qual lutou o famoso cavaleiro da literatura espanhola,

¹⁰³ - DN, 25-01-1961, p.1.

D. Quixote de La Mancha. A dama representa, metaforicamente, a liberdade tão esperada pelos portugueses.

O paquete, rebaptizado por Henrique Galvão de “Santa Liberdade”, partiu de Lisboa no dia 9 de Janeiro de 1961, passando pelo Funchal a 12 e por Tenerife a 13 de Janeiro. Mário Simões da Maia era o comandante.

A notícia do embarque no Funchal do *Santa Maria* a 12 de Janeiro de 1961 era normal: “Procedente de Lisboa, com escala por Vigo, esteve ontem no nosso porto o vapor português *Santa Maria*, que seguiu para Canárias, Curaçau, Venezuela e Miami. Trouxe 58 passageiros para esta ilha e conduz 406 em trânsito.”¹⁰⁴

O barco chegou a La Guayra no dia 20, de onde saiu com 509 passageiros, e no dia seguinte, já com 20 assaltantes, membros da Direcção Revolucionária Ibérica de Libertação (DRIL), a bordo, partiu para Curaçau, onde embarcou o Capitão Henrique Galvão, exilado na Venezuela desde 1959. Em Curaçau, embarcaram mais 50 portugueses, dos quais 45 iam para Lisboa, 2 para Miami e 13 para o Funchal.

Através do periódico *Diário de Notícias*, sabemos o nome dos madeirenses que embarcaram em La Guayra no dia 20 de Janeiro:

Anúncio 6

Madeirenses que embarcaram em La Guayra (Venezuela) e que estão a bordo do “SANTA MARIA”

LISBOA, 27. — Sabe-se terem embarcado no «Santa Maria», em La Guayra (Venezuela), com destino ao Funchal os seguintes passageiros:

José Abreu Passos;
M. Leontina Jardim Canha Passos;
M. Leontina Canha Passos;
Ana Rita Canha Passos;
Manuel Ramos;
Eva Gonçalves;
Jorge Luís Ramos (venezuelano).
Maria Eva Ramos (venezuelana);
José Pita;
Maria Rita Sousa Ferreira;
Rosa Maria Pita de Sousa (venezuelana);
José Luís Pita Ferreira (venezuelano);
Quintino Araújo Barradas;
José Florentino Caldeira;
António Cândido Jardim;
José Correia;
Maria Jesus Correia;
Fernando Silva Frade;
Carlos Abreu dos Santos;
Maria Paixão Mendes;
Maria Luísa Abreu dos Santos (brasileira);
Carlos Fermim Abreu (venezuelano);
Orlando José Abreu (venezuelano);
António de Freitas;
Carlos Freitas Gonçalves;
João de Freitas Ornelas;
Manuel Gouveia;
António Gouveia Pedras;
Alzira Neves Gonçalves;
Maria Ester (venezuelana);
João de Ponte Leça;
Manuel de Sousa;
Maria de Sousa Amaral Freitas;
José Pedro Sousa Pereira;
Manuel Sousa Pereira;
António Dias Sousa;
Agostinho Ramos;
Agostinho Reis;
Augusto Fernandes;
João de Freitas;
Coelho de Freitas;
João Gomes;
Manuel Gomes;
André Gomes Fernetá;
José Gomes Quartilho;
Eusébio Gonçalves;
João Gonçalves;
José Gonçalves;
Manuel Gonçalves;
Manuel Gonçalves Ferregil;
Carlos Gonçalves Pestana;
Avelino Gonçalves Telo;
João José Henriques;
Manuel Jardim Costa;
Manuel Leça Dacanoela;
Vicente Marcelino Gomes;
António Martins Pereira;
António Mendes;
Domingos Pereira;
Elias Pereira Xavier;
José Pestana Abreu;
José Pires;
António Rodrigues;
Manuel Rodrigues Bangoelino;
Manuel Rodrigues Freitas;
Alfredo Sardinha Freitas;
Alfredo Sousa Agrela;
Carlos Teles Carvalho;
João Figueira da Silva;
Jaime Gil Ribeiro;
Sebastião Gonçalves Rocha;
José Virgílio Fernandes Capelo; e
Lino V. Ramon Veto Peres (venezuelano). — (Correspondente).

¹⁰⁴ - DN, 13-01-1961, p.6.

Lista do nome dos madeirenses que embarcaram em La Guayra no Santa Maria a 20 de Janeiro de 1961 in DN, 28-01-1961, p.1.

Os 24 assaltantes¹⁰⁵, de nacionalidade portuguesa, espanhola e venezuelana, tinham um plano bem elaborado. A sua intenção era desviar o barco para Luanda, de forma a iniciar, nesse local, um movimento contra a ditadura:

*A ideia inicial era regular 100 homens, mas só embarcaram 24 operacionais [...]./ O plano seria capturar o “Santa Maria” em águas internacionais, navegar secretamente pelo Atlântico do Sul e rumar para a ilha africana de Fernando Pó. Depois fariam dessa ilha o “quartel-general” para atacar a capital angolana, Luanda.*¹⁰⁶

Para tornarem este plano eficaz, introduziram, clandestinamente, armas nas suas bagagens, com o intuito de se apoderarem do *Santa Maria*. No navio, estavam 612 passageiros e 350 tripulantes.

O assalto deu-se às 1:45 horas da madrugada do dia 22 de Janeiro.¹⁰⁷ Vestidos de caquis, os invasores dividiram-se em dois grupos. Sotomayor foi para a torre de comando e Galvão para o camarote do comandante do paquete, Simões Maia.

Após alguns desentendimentos, foi assassinado o 3º piloto, João José do Nascimento Costa. Foi, também, necessário desembarcar feridos na ilha de Santa Lúcia no dia 23 de Janeiro. Brasileiros e venezuelanos colaboraram com os ingleses, americanos e holandeses na perseguição ao navio.

No dia 24 de Janeiro, Galvão anunciou a mudança de rumo para a África, em vez de Miami¹⁰⁸, altura em que os jornais começaram a divulgar notícias do assalto. A partir dessa data, eram, diariamente, publicadas as informações mais recentes sobre este acontecimento. Na Ilha da Madeira, acompanhavam-se, com ansiedade, as novidades, desejando o fim desta insólita proeza:

*Temos a esperança confiante que o belo barco português voltará dentro em breve à sua carreira normal. Mas se não voltasse era um prejuízo gravíssimo para as suas relações da Madeira com a comunidade madeirense na América Central com importantíssimos reflexos na vida e na economia local.*¹⁰⁹

¹⁰⁵ - cf. Revista *DN*, 26-01-1997, p.16. Desses assaltantes um deles era madeirense, Jorge Pestana de Barros.

¹⁰⁶ - *Ibidem*.

¹⁰⁷ - Revista *DN* de 27-02-2005 a 05-03-2005, p.18.

¹⁰⁸ - Revista *DN*, 26-01-1997, p.16.

¹⁰⁹ - *Ibidem*.

O desaparecimento do barco português começou, identicamente, a ser transmitido na Venezuela, a partir de 24 de Janeiro de 1961, pelos principais jornais venezuelanos. Publicando opiniões de simpatia por Galvão e de crítica em relação a Salazar, e à sua política ultramarina, o *El Nacional* expressou surpresa pelo acontecimento e via-o como uma luta pela liberdade. De igual forma, a *Junta Patriótica Portuguesa* emitiu um comunicado de apoio aos assaltantes e de condenação ao regime português. Um grupo de políticos venezuelanos fez declarações em defesa de Henrique Galvão e dos seus seguidores.

Galvão decidiu, depois, dirigir-se para o porto de Recife, por falta de combustível, prometendo que faria desembarcar a população a 31 de Janeiro, facto que só viria a acontecer no dia 2 de Fevereiro: “Depois de vários dias de incerteza, angústia, inquietação e pavor dos passageiros do *Santa Maria* foram libertados das garras do pirata Galvão e seus sequazes.”¹¹⁰

Por decreto do Presidente do Brasil, na referida altura, Jânio Quadros, o paquete foi entregue à *Companhia Colonial de Navegação*, na noite de 2 de Fevereiro. Cinco dias depois, iniciou a sua viagem de regresso ao Tejo, onde chegou a 16 de Fevereiro.

No dia 5 de Fevereiro, chegaram ao Funchal nove dos passageiros madeirenses que viveram estes dias dramáticos no *Santa Maria*. A sua chegada foi recebida com salvas de morteiros e com música de diversas bandas. No dia 11 desse mesmo mês, desembarcaram do *Vera Cruz* outros 74 madeirenses. No cais, uma multidão aguardava a vinda dos seus familiares e amigos.

Apenas por curiosidade, gostaria de mencionar a Fé dos desembarcados que se viram na obrigação de ir até à Catedral para agradecer à Virgem Maria o seu regresso: “[...] uma senhora madeirense [...] cumprindo a sua promessa, foi de joelhos do cais da cidade até à Catedral, em cujo templo esteve a orar demoradamente.”¹¹¹

A primeira viagem do *Santa Maria*, após o assalto, foi a 23 de Março para a Venezuela e para o Curaçau: “Largou, às 18 horas da Estação Marítima da Rocha do Conde de Óbidos, para a sua primeira viagem após o assalto de que foi vítima, com 304 passageiros a bordo, para os portos de Venezuela [...] e Curaçau [...]”¹¹²

¹¹⁰ - *DN*, 03-02-1961, p.1.

¹¹¹ - *DN*, 12-02-1961, p.6.

¹¹² - *DN*, 24-03-1961, p.1.

Foi na condição de refugiado político no Brasil que o capitão Henrique Galvão combateu o salazarismo, a oligarquia e o partido único, até falecer em 1971. Este mentor da “Operação Dulcineia” escreveu um livro onde relata os acontecimentos do ataque: *The Santa Maria – My Crusade for Portugal*, editado em 1961 pela Editora Weidenfeld and Nicolson, em Londres.

Dedica a sua obra, sobretudo, aos portugueses:

*To my Portuguese brothers [...] and who for more than thirty years have suffered from hunger, injustice, and the loss of their dignity as a free people. To those companions who through their bravery, spirit of sacrifice, ideological conscience, and personal dignity contributed the most to the political success of Operation DULCINEA.*¹¹³

Galvão, nesta obra, explica que estiveram durante 14 meses a preparar o assalto. O luxuoso *Santa Maria* foi o barco eleito para esta proeza, de forma a chamar a atenção de todos:

*Among the ships that came to la Guaira and could be considered for the operation, the Santa Maria, because of its prestige as a luxury liner and because of its speed and other resources, was by far the best candidate. We would not obtain the same effect on world opinion and the same operational results with a small, slow, and less impressive ship. The Santa Maria, then, would be the ship for the operation, which we called DULCINEA because we were romantics fighting for our lady, liberty.*¹¹⁴

O seu grande objectivo era alertar as consciências da tirania política de Salazar, em Portugal, e de Franco, na Espanha: “We [...] expected that world opinion, free and aware, would regard us for what we really were: political rebels fighting legitimately for the liberty of our enslaved countries.”¹¹⁵ De acordo com Galvão, Portugal tinha voltado aos tempos do absolutismo pombalino e Salazar era um déspota émulo de Luis XIV: “Salazar could well repeat the words of Louis XIV: *L'état c'est moi!*”¹¹⁶

No assalto ao *Santa Maria*, participaram 13 portugueses, 1 venezuelano e 10 espanhóis, militantes do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL). Para além de Henrique Galvão, estiveram envolvidos os portugueses Camilo Tavares Mortágua (locutor de “Ecos de Portugal”), António de Almeida Frutuoso, Jorge Pestana de Barros, Felipe Aleixo Viegas, Graciano Marques Esparrinha, Júlio Ferreira de

¹¹³ - Henrique Galvão: *The Santa Maria - My Crusade for Portugal*, Weidenfeld & Nicolson, Londres, 1961, p.4.

¹¹⁴ - *Ibidem*, p.108.

¹¹⁵ - *Ibidem*, p.113.

¹¹⁶ - *Ibidem*, p.18.

Andrade, Joaquim da Silva Paiva, José da Cunha Ramos, José Frias de Oliveira, Júlio Rodrigues, Leonardo e Luís Mota de Oliveira.¹¹⁷

Para Galvão, o assalto ao *Santa Maria* foi “the first liberated portion of portuguese territory”¹¹⁸, porque até então, Salazar “tinha conseguido o país com panos quentes, adormecendo o povo com a velha máxima *Deus, Pátria e Família* e uma ajuda da polícia política.”¹¹⁹

Apesar do assalto, os emigrantes continuaram a preferir este pacote, pois embarcavam com a certeza de que seriam bem recebidos a bordo do *Santa Maria*. E se, inicialmente, tinham alguns inconvenientes no desembarque em La Guayra, porto da Venezuela, logo viram a situação resolvida, pois passou a ser muito mais rápido quando a *Companhia Colonial de Navegação* requisitou, em 1964, o envio a Tenerife de um representante da *Oficina de Identificación de Venezuela*. Este elemento embarcava com destino a La Guayra para revisar todos os documentos dos passageiros durante a viagem:

Essa experiência resultou num autêntico sucesso, tendo os passageiros a facilidade de desembarcarem imediatamente após a atracação do navio no porto de La Guayra.

*O Santa Maria é o único navio que adopta este sistema de simplificação das medidas burocráticas de desembarque na Venezuela.*¹²⁰

1.2.2. Encerramento provisório do Consulado da Venezuela no Funchal.

Para a obtenção do visto consular, todos os emigrantes tinham de se deslocar ao consulado do respectivo país para onde queriam embarcar.

O Consulado da Venezuela no Funchal foi encerrado a 31 de Março de 1961, devido a medidas de austeridade levadas a cabo pelo Governo da Venezuela, “que compreende o encerramento de alguns consulados, assim como trocas de pessoal e a um reajustamento económico.”¹²¹ Embora de carácter transitório, os passaportes e demais documentos necessários para emigrar passaram a ser ultimados no Consulado da Venezuela em Lisboa.

¹¹⁷ - *Ibidem*, p.119.

¹¹⁸ - *Ibidem*, p.144.

¹¹⁹ - Revista *DN* de 17-02-2002 a 23-02-2002, p.30.

¹²⁰ - *DN*, 30-05-1964, p.3.

¹²¹ - *DN*, 05-04-1961, p.1.

Perante a situação do encerramento do Consulado no Funchal, foram simplificadas as burocracias para a emigração para a Venezuela:

1- O Consulado da Venezuela em Lisboa não exige que saibam ler e escrever os indivíduos que, pela lei portuguesa, estejam dispensados de possuir exame de instrução primária, a saber:

a) indivíduos com menos de 14 ou com mais de 35 anos de idade;

b) mulheres casadas que acompanhem os maridos ou por estes sejam chamadas (não é necessário, pois, que dos respectivos permisos conste a expressão não obstante ser analfabeto).

2- As esposas e filhos, menores de 18 anos que viajem juntamente com o marido ou o pai não carecem de permissão, desde que este seja retornado com permissão de reingresso válido.

3- Para a esposa e filhos menores não se fixam, para efeitos de concessão do visto consular, números relativos a peso e estatura mínima, exigindo-se apenas que possuam uma boa e harmónica conformação física.¹²²

Porém, Hugo Sardi, Cônsul-Geral da Venezuela na capital portuguesa daquela época, lançou o alerta aos emigrantes para que não se deixassem enganar por terceiros:

O que é necessário [...] é que os emigrantes não aceitem os serviços de intermediários. Isso só os prejudicará, não só porque tais agentes exigem remunerações exorbitantes e fraudulentas, como também pelo facto de a documentação que chega ao Consulado-Geral por tais meios não recebem despacho favorável [...].

Sei [...] que muitos desses intermediários se dizem cônsules honorários da Venezuela o que não é verdade, pois ninguém actualmente tem essas funções na Madeira.¹²³

Entendemos a importância deste aviso, porque, desde sempre, houve engajadores que, a troco de elevadas quantias, incentivavam os emigrantes a viajarem de forma ilegal. Muitos destes casos devem ter acontecido sem que tivéssemos tido conhecimento, todavia sabe-se que em 1948 houve, em Lisboa, um caso de emigração clandestina para a Venezuela. Os respectivos aliciadores, que vendiam passaportes falsos, foram presos:

A polícia acaba de descobrir um dos mais importantes casos de emigração clandestina e falsificação de documentos. Um tal Hermenegildo Soares, de cumplicidade com um terceiro oficial da Junta Nacional de Emigração de nome Eduardo Joaquim Príncipe, vendia passaportes falsos por trinta contos, cada.

Os pobres emigrantes ainda tinham de pagar a viagem de avião para Venezuela, pois era para este país que estavam sendo canalizados.¹²⁴

¹²² - DN, 03-10-1961, p.6.

¹²³ - DN, 23-05-1961, p.6.

¹²⁴ - DN, 14-10-1948, p.4.

Este assunto, de grande interesse, foi devidamente tratado, tendo sido confirmada a saída de algumas dezenas de trabalhadores para as terras venezuelanas pela via clandestina. O principal responsável, Hermenegildo Soares, tinha agentes no estrangeiro e, até mesmo, em Portugal, como é o caso do proprietário da *Agência Internacional de Viagens*, em Lisboa, Mário Antunes.

A situação era preocupante, porque havia exemplos comprovados de portugueses que emigravam para a Venezuela, clandestinamente, e que, ao chegar a esse país, passavam por péssimas situações: “Também se apurou que, uma vez chegados à Venezuela, os emigrantes passavam uma vida espinhosa, tendo de permanecer alojados em autênticos pardieiros.”¹²⁵

Por diversas vezes foram lançadas notícias em que se alertava para a cautela com angariadores desconhecidos que estavam a prometer trabalho na Venezuela. Serve de exemplo outro caso, em 1954, no Hotel Avenida Palace, em Lisboa, de um hóspede, de nome Ernest Townasend, que se dizia proveniente de Caracas, juntamente com três portugueses e um estrangeiro, que recebeu várias pessoas que pretendiam emigrar:

*Ernest pretendia arranjar entre 600 a 1.000 operários especializados, para trabalharem numa refinaria de petróleo, na Venezuela, oferecendo o salário de 400 dólares mensais. Foram burladas mais de 300 pessoas que depositaram nas mãos do suposto engenheiro de minas 800 escudos cada.*¹²⁶

Ernest Townasend conseguiu fugir com o dinheiro roubado, enganando, assim, vários emigrantes com promessas de emprego inexistente.

Estas situações podem ter diminuído aquando da reabertura do Consulado no Funchal a 27 de Maio de 1962, na Rua do Aljube, “desde segundas a sextas-feiras das 9 horas às 14”¹²⁷, pois, a partir de então, deixou de ser necessário que os madeirenses se deslocassem a Lisboa.

¹²⁵ - *DN*, 17-10-1948, p.4.

¹²⁶ - *DN*, 27-10-1954, p.4.

¹²⁷ - *DN*, 27-05-1962, p.3.

Capítulo II - Contributos da emigração madeirense para a Venezuela.

A emigração para a Venezuela trouxe benefícios para a Ilha e deu, também, contributos ao país dos bolívares. Dedicamos este capítulo a este assunto, para vermos que ambos os países, a Venezuela e Portugal, beneficiaram da emigração dos portugueses, especialmente dos madeirenses.

Embora já houvesse presença de muitos portugueses nos anos 40 na Venezuela, foi na década seguinte que se deu um maior fluxo migratório para esse país que “ofrece a quienes vienen a dedicarse com entusiasmo al trabajo, las mejores perspectivas y el más espléndido futuro [...]. El país está en período de expansión industrial, por lo que llegan en oportunidad propicia.”¹²⁸ De acordo com os números oficiais divulgados no boletim da Junta da Emigração, ao longo dos anos 50 emigraram legalmente para a Venezuela 36.236 portugueses.¹²⁹

Esse período corresponde à época da recessão económica que Portugal atravessava devido aos efeitos da Segunda Guerra Mundial. Portugal era um país extremamente conservador, que resistia às mudanças e à modernização. Dominado pela censura e pela ausência de liberdade, o povo português via, similarmente, na emigração uma alternativa ao *statu quo*, ou seja, ao estado actual das coisas.

A propaganda da emigração para a Venezuela era transmitida pela divulgação nos periódicos. Muitos anúncios surgiam para incentivar os emigrantes a viajarem por avião ou por barco. Dedicaremos, mais à frente, um capítulo sobre os anúncios em questão, para entendermos que os anos 50 são marcados pelo desenvolvimento da navegação e da aviação. Nessa altura, a concorrência entre as companhias passou a ser mais forte.

2.1. Contributos para a Ilha da Madeira.

Depois de alguns anos de trabalho, quem emigra sente necessidade de enviar dinheiro para os familiares e, por vezes, para os amigos que deixou na sua terra natal.

¹²⁸ - Vincencio Baez Finol: *Venezuela –Informaciones útiles para los emigrantes*, Ingrana, Caracas, 195-], p.3.

¹²⁹ - Estatísticas mencionadas por M. Luís Marinho Antunes in José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela*, Editorial Ex Libris, Caracas, 1998, p.18.

Ao longo do século XX, muitas remessas entraram na Ilha, favorecendo ao seu desenvolvimento:

*[...] a emigração para outros países resultou em enormes remessas de capital dos embarcados, significando, durante muito tempo, uma indispensável fonte de receita para as famílias residentes. / Duas razões de forte importância condicionaram a relevância destas remessas: o fluxo emigratório, a motivação para emigrar e a evolução etária dos emigrantes e, por outro lado, a situação económica e social dos países de destino dessas mesmas pessoas.*¹³⁰

É de referir que o dinheiro vindo de diversos emigrantes espalhados pelo Mundo, em especial da Venezuela, teve uma grande importância na melhoria da alimentação e do vestuário, no desenvolvimento da agricultura e do comércio e no incremento da construção urbana e no melhoramento rústico na Madeira, sobretudo nas décadas de 40 a 60:

*A Emigração para Venezuela tem sido factor importante de progresso económico na vida da Madeira nos últimos anos. Muitos madeirenses que para ali emigraram fizeram fortuna, arrecadaram dinheiros e capitais que depois investiram, sob diversas modalidades, na sua ilha natal. Muitas regiões e localidades da nossa terra experimentaram um grande surto de desenvolvimento no comércio, na construção, no arroteamento agrícola, mercê do dinheiro vindo de Venezuela [...].*¹³¹

Essas economias permitiram a construção de belas casas, a título de exemplo, na rua Pedro José de Ornelas, no Cascalho e no Bairro dos Moinhos: “neste bairro, a maior parte das construções foi feita com dinheiro enviado da Venezuela.”¹³²

Uma notícia de 1965, explicou “o valor das remessas dos Emigrantes na Balança de pagamentos do país”¹³³ das comunidades portuguesas. Esses valores eram provenientes dos emigrantes nos E.U.A., Venezuela, Brasil, África do Sul, onde a percentagem de madeirenses era mais numerosa. As transferências correspondiam, principalmente, a pensões e rendas estabelecidas a favor dos residentes, a salários e outras remunerações e a subsídios de auxílio familiar.

O artigo acima referido expôs que em 1960 Portugal obteve, na moeda antiga, 1868 milhões de escudos, em 1961 houve um decréscimo para 1489 milhões, em 1962 recebeu 1704 milhões e em 1963 aumentou para 2000 milhões de escudos.

¹³⁰ - Cláudia Câmara Vasconcelos *et al.*: *Madeira – Reflexos sobre o seu desenvolvimento*, 1ª ed., s/ed., s/1, 2005, p.293.

¹³¹ - *DN*, 09-10-1964, p.1.

¹³² - Mota de Vasconcelos: *Epopéia do Emigrante Insular*, *op. cit.*, pp. 189,190.

¹³³ - *DN*, 25-07-1965, pp. 3 e 7.

As remessas enviadas eram, também, destinadas ao pagamento de Missas e Festas nos arraiais da Ilha da Madeira. Dedicaremos um capítulo a anúncios encontrados nos periódicos *Diário de Notícias* e *Jornal da Madeira*, entre os quais de festeiros madeirenses que viviam na Venezuela. O emigrante regressava, sobretudo, de Abril a Agosto, para visitar os seus familiares e organizar os arraiais.

Há casos particulares de emigrantes madeirenses na Venezuela que muito contribuíram para o desenvolvimento da Ilha, através de determinadas ofertas, inclusive à Igreja, como forma de agradecimento a Deus pela melhoria de vida no país latino-americano.

Em 1956, alguns emigrantes, naturais do Curral das Freiras, ofereceram à Igreja Paroquial uma imagem nova de Nossa Senhora de Fátima. Presentearam, igualmente, a Paróquia com um rosário trabalhado em puro ouro, que foi posto sobre o pescoço da Santa, e uma coroa em prata, colocada sobre a imagem: “A coroa é uma notável obra artística, de ourivesaria venezuelana, que esteve [...] numa montra do Funchal à Rua de Fernão de Ornelas, admirada por quantos tiveram ocasião de a examinar convenientemente.”¹³⁴

Outro exemplo marcante é o de João Gonçalves Brito, natural de Câmara de Lobos que, com apenas 19 anos, emigrou clandestinamente num barco rumo à Venezuela, sem qualquer documentação. Expôs a sua situação a um sacerdote de Caracas que o ajudou a legalizar os documentos, permitindo que se tornasse cidadão venezuelano e que arranjasse uma boa colocação comercial: “Estava assim lançada a vida desse rapaz que, embora pobre de haveres, era rico de sentimentos cristãos.”¹³⁵ Em seis anos, estabeleceu-se em negócios de mercearia, frutaria e carniçaria em Caracas, onde foi sempre estimado: “o seu comércio tem sido próspero graças ao método simpático de atender a sua numerosa e selecta clientela.”¹³⁶

Ao regressar à Ilha, em Dezembro de 1958, ofereceu um Sacrário para o culto de Nossa Senhora da Conceição, na Capela junto ao mar da vila de Câmara de Lobos, como forma de gratidão por ter melhorado as suas condições de vida e de trabalho.

¹³⁴ - *JM*, 25-08-1957, p.1.

¹³⁵ - *DN*, 25-01-1959, p.6.

¹³⁶ - *Ibidem*.

Queríamos, ainda, fazer alusão a Luís Gonçalves Canha, natural da Ponta do Sol, que, em 1960, ofereceu uma auto-maca, de marca *Volkswagen*, aos Bombeiros do seu Concelho:

Ilustração 5

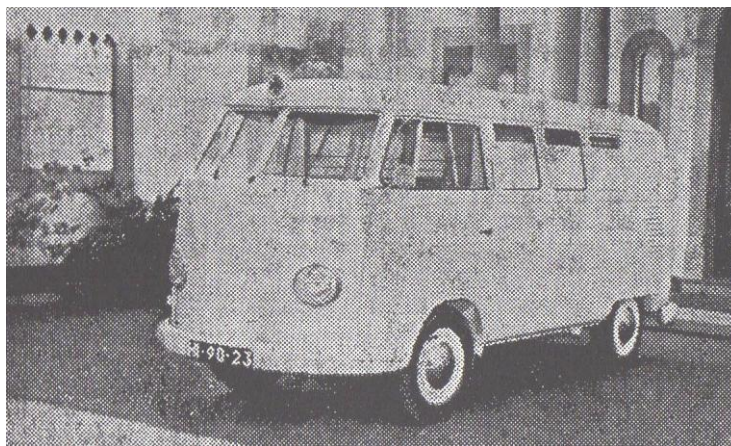


Foto da auto-maca oferecida por Luís Canha *in DN*, 17-03-1960, p.3.

Esta oferta vem comprovar que, por ter sido um caso de sucesso no país americano, Luís Canha quis ajudar os seus conterrâneos:

*Não esqueceu o Sr. Luís Gonçalves de Canha nem a sua terra natal, nem os seus conterrâneos menos bafejados pela fortuna [...] e a comprová-lo está o facto de se anunciar, nas vésperas do seu regresso da Venezuela, o propósito [...] de [...] oferecer aos seu concelho natal uma moderna auto-maca – donativo da maior utilidade, que vem suprir uma falta há tanto verificada na Ponta do Sol.*¹³⁷

É crença geral que todo aquele que vem da Venezuela é portador de bolívares em abundância. Na vida prática, tal nem sempre acontece e esse foi, exactamente, o caso de Domingos Ferreira, morador no Estreito da Calheta: “Chegou como fora, pobre de bens materiais, possuindo unicamente a mesma vontade de trabalhar sem canseiras.”¹³⁸

Outro exemplo é o percurso de Fernando Guerra, um dos mais abastados do Seixal. Este madeirense, que era instruído e sabia falar a língua inglesa, partiu para a Venezuela, onde trabalhou em hotéis de luxo, chegando a ter um automóvel de marca *Mercedes*. Todavia, como sempre trabalhou como empregado, não conseguiu poupar, acabando por falecer na miséria.

¹³⁷ - *DN*, 17-03-1960, p.3.

¹³⁸ - *DN*, 15-04-1963, p.6.

2.2. Contributos para a Venezuela.

Se é certo que a Madeira deve muito à Venezuela, não é menos certo que a Venezuela deve, igualmente, muito à Madeira: “A Madeira, pequena ilha do Atlântico, foi das regiões que mais contribuiu para o progresso deste país, ofereceu-lhe o seu sangue, as suas gentes [...]”¹³⁹

Apesar de o nosso trabalho se centrar nas décadas de 40 a 70, queremos fazer menção à obra *Historia de los Portugueses en Venezuela*¹⁴⁰, de Miguel Acosta Saignes, que aborda a presença dos portugueses na Venezuela, desde o século XVI, nos episódios de navegação, conquista, colonização e fundação de terras nesse país. Notámos, desde essa época, o espírito aventureiro dos portugueses em enfrentar os mares desconhecidos, a começar pelo piloto Juan Vizcaíno que viajou com o descobridor da costa da Venezuela, Alonso de Ojeda:

*Hemos visto a los portugueses, pues, batallar desde los tiempos mismos del descubrimiento: fueron navegantes, pilotos, guerreros, colonizadores, comerciantes, artífices, agricultores, artesanos, artistas, gobernantes. No hubo actividad que no desempeñasen durante la colonia.*¹⁴¹

Mas, para além da aventura, houve, de facto, outras razões para abandonarem o país, principalmente, a pobreza:

*Desde el principio [...] fuimos compelidos a recorrer los mares. Por que la tierra, mal regada y pobre y de relieve ingrátísimo en la mitad septentrional nunca nos daría suficiencia agrícola, ni materias primas de cabal importancia con que lográsemos mantener una grande industria.*¹⁴²

Na formação e consolidação da Venezuela, ao longo do século XVI, teve muita importância o mito do *El Dorado*, o maior sonho de riqueza que o homem podia imaginar: a existência da cidade do ouro, poderoso íman que provocou a chegada ao país de inúmeros portugueses. O mito fez com que se reconhecesse e se percorresse o território da futura Venezuela com grande rapidez.

¹³⁹ - DN, 01-07-1971, p.5.

¹⁴⁰ -cf. Miguel Acosta Saignes: *Historia de los Portugueses en Venezuela*, Centro Português de Caracas, Caracas, 1993.

¹⁴¹ - Miguel Acosta Saignes: *Historia de los Portugueses en Venezuela*, op. cit., p. 106.

¹⁴² - *Ibidem*.

Há exemplos de alguns portugueses que se destacaram nesse país, como Bello Cabreira que, em 1528, assinou um acordo para colonizar a Venezuela com 50 compatriotas. No entanto, nunca houve possibilidade de o acordo entrar em vigor. Em 1542, outro português, Diogo Boiça, esteve como governador em exercício na Venezuela, durante a ausência do Bispo Bastidas.

Parece que o português Cortes Rico prestou valiosos serviços ao venezuelano Francisco Fajardo, porque, em 1558, este último “fundou uma cidade a que deu o nome de El Valle de Cortes Rico.”¹⁴³ O fundador da cidade de Guanare, João Fernandes de Leão, é, também, português.

Os portugueses estiveram presentes em importantes conquistas, como a de Orinoco; as expedições pelo rio de Huyapari; o povoamento, a colonização e o desenvolvimento na terra de Santa Marta¹⁴⁴; as expedições de los Welser no interior do país e de Federman e as expedições para a fundação de várias cidades, como Caracas, Barquisimeto e Guanare (Estado Portuguesa).

O Estado Portuguesa está localizado nos *Llanos*¹⁴⁵ ocidentais venezuelanos. Segundo uma lenda, uma formosa jovem portuguesa, na época colonial, afogou-se no rio Guanaguanare, o rio principal daquela região, que passou a ser chamado, a partir de então, de Rio Da Portuguesa, reduzindo-se, depois, a Rio Portuguesa. A atribuição deste nome a todo o Estado foi, também, uma forma de homenagear a colônia portuguesa presente na Venezuela.

Apesar de haver referência da sua presença desde o século XVI, diz-se que a primeira comunidade portuguesa apenas se fixou no início do século seguinte. Filipe II de Espanha, país que então ocupava Portugal (1580-1640), permitiu em 1601 que os cristãos-novos portugueses (judeus que se haviam convertido ao cristianismo) se estabelecessem nas suas colônias na América, incluindo a Venezuela.

Por diversas vezes, ordenou-se a expulsão dos portugueses da Venezuela, acusados de estarem no país sem licença e de trocarem comércio ilegalmente com os navios ingleses, todavia os mesmos não deixaram de afluir naquele país.

Com o passar dos anos, o papel dos portugueses na Venezuela foi aumentando:

¹⁴³ - DN, 09-11-1967, p.3.

¹⁴⁴ - Foi dirigido pelo português Sebastián de Bello Cabrera.

¹⁴⁵ - *Llanos* significa *planície*.

[...] quedan sus capitales que son producto de toda una vida de trabajo esforzado y de ahorros estimulantes durante muchos años, quedan sus buenas costumbres sociales y familiares, queda su cultura de la patria de origen, queda su mejor patrimonio que son sus hijos.¹⁴⁶

Muito contribuíram os emigrantes portugueses para o progresso e para a povoação da Venezuela, um país que precisava de pessoas para o seu desenvolvimento:

*Levantán edificios, construyen caminos que son esenciales para el desarrollo de riquezas nacionales; cultivan en los campos los alimentos indispensables; mantienen como comerciantes la circulación de la riqueza que sus antepasados contribuyeron a crear; cooperan al embellecimiento de las urbes que sus ancestros establecieron o vieron nacer. De esse modo, no se pierde el acervo portugués presente en los orígenes de nuestra cultura. Por el contrario se incrementa.*¹⁴⁷

Com esta emigração, a Venezuela passou a ter dois elementos fundamentais de progresso: “potencial dos cérebros e subsolo rico.”¹⁴⁸

A partir do século XIX, houve várias tentativas para o incentivo à integração de estrangeiros na Venezuela, incluindo dos portugueses, uma vez que se reconheceu oficialmente a emigração como a grande necessidade do país: “El territorio debe ser poblado con agricultores. De la consecuente prosperidad de la agricultura, de la tolerancia religiosa y de la estabilidad de las instituciones dependería la deseada inmigración de artesanos y capitalistas.”¹⁴⁹ De facto, entre 1831 e 1936, foram decretados diversos documentos para regular a emigração. No entanto, da teoria para a prática, as boas intenções fracassaram. Era necessário povoar o extenso território do país, mas isto só viria a acontecer em grande escala em meados do século XX: “Es solamente a partir de 1948 que se verifica la gran corriente migratoria del siglo XX hacia Venezuela.”¹⁵⁰

De 1948 a 1957, foram anos de prosperidade, o que contribuiu para o crescimento económico do país. Quer isto dizer que, nestes anos, se determinaram as bases económicas para o desenvolvimento industrial da Venezuela, conseguidas,

¹⁴⁶ - Manuel da Gama: “La inmigración en Venezuela 1830-1971”, in Revista Luso-Venezuelana *Saudade*, nº 10, Abril-Maio 1991, p.6.

¹⁴⁷ - Miguel Acosta Saignes: *Historia de los Portugueses en Venezuela*, op. cit., p.107.

¹⁴⁸ - *DN*, 01-07-1971, p.5.

¹⁴⁹ - Manuel da Gama: “La inmigración en Venezuela 1830-1971”, in Revista Luso-Venezuelana *Saudade*, nº 10, Abril-Maio 1991, p.6.

¹⁵⁰ - *Ibidem*, p.7.

principalmente, pelo grande número de emigrantes europeus que deixou a sua terra natal para conseguir uma melhor sorte neste país:

*[...] se asentaron las bases económicas y del desarrollo industrial del país, que coincide con la entrada de un número expresivo de inmigrantes europeos, que, en realidad, han dado a Venezuela su capital humano capacitado [...] en todos los sectores de la vida nacional: empresarios, gerentes y administradores, operários e técnicos especializados, agricultores y hombres de trabajo, que dejaron su mejor capital [...].*¹⁵¹

A corrente emigratória para a Venezuela, em especial a dos portugueses, promoveu o enriquecimento humano, a dinamização da economia e a povoação daquele país que tinha diversas áreas totalmente desabitadas.

Nessa altura, o ilhéu teve de trabalhar muito, porque o país, embora com ricos subsolos, precisava de gente. Habitados a trabalhos forçados, porque sempre foram ensinados para tal, os madeirenses, por vezes, pediam dinheiro aos “prestamistas”, pessoas que forneciam pequenos empréstimos, para poder iniciar uma nova etapa na sua vida. Se o empregado demonstrasse seriedade e vontade em poupar, o próprio patrão tornava-se sócio do mesmo noutro negócio. As sociedades entre patrões e empregados foram sempre uma prática comum na Venezuela. Outros, ainda, investiam todas as suas poupanças noutro empreendimento, para ter independência financeira e poder ser o patrão:

*El choque con la sociedad de acogida produjo cambios en la concépcion portuguesa del trabajo. Contraria a la sumisión y la dependencia laboral imperantes en Portugal, entre los primeros portugueses se forjó, desde temprano, la idea de la independencia económica: obreros y empleados se empeñaron en ser dueños y propietarios [...] los emigrantes querían emular un ideal del terruño: ser el dueño de la venda, del talho, ser patrão a mandar nos outros.*¹⁵²

A maior parte dos madeirenses que emigrou para a Venezuela dedicava-se, na Ilha, à agricultura. Mas, se na Venezuela os madeirenses começavam por ter a mesma profissão, ou a servir ao balcão, rapidamente se deslocavam para as grandes cidades, como Caracas e Valência, para se tornarem comerciantes. O português era, e continua a ser, muito ambicioso:

¹⁵¹ - *Ibidem*, p.10.

¹⁵² - António de Abreu Xavier: *Con Portugal en la maleta, op.cit.*, p.115.

*[...] na Madeira eram pequenos agricultores, homens do campo, conseguiram fazer-se – fazer-se é o termo! – comerciantes e industriais tão prósperos dominando e administrando verdadeiros impérios comerciais como a Central Madeirense, e os Autobuses Los Chaguaramos!*¹⁵³

Adquiriam os denominados *abastos*, ou seja, pequenas mercearias, que depois evoluíram para o supermercado actual, restaurantes, padarias e *fuentes de soda*, isto é, snack de sandes e sumos. O português interessou-se por introduzir o *abasto* nos bairros mais pobres, porque tinha facilidades de crédito. Este investimento era tido como um carácter social, um contributo para o desenvolvimento daquelas zonas marginais. Muito cooperaram, também, os portugueses para a urbanização das cidades venezuelanas e para as mudanças significativas de consumo.

João Rodrigues de Aguiar, de quem já falámos, natural de Câmara de Lobos, é um comerciante madeirense que, já em meados dos anos 40, se destacou na colónia portuguesa na Venezuela, fruto do seu incansável trabalho:

*Trabalho há 12 anos, mas é trabalhar com todas as forças do meu corpo e intelecto. Em 1944 consegui amealhar o suficiente para juntamente com os meus amigos Gaspar Gomes Garanto e Manuel Ávila [...] fundarmos a sociedade – Abastos Oporto – com o capital de 27.000 bolívares (243.000\$00). Lançámo-nos ao trabalho na melhor harmonia e intensidade. Posto isto, sinto-me presentemente bastante satisfeito por possuímos a maior casa comercial, no seu género, em Venezuela – atacados, mercearia e padaria – com o capital de 1 milhão e 500 mil bolívares (13.500.000\$00).*¹⁵⁴

Os *abastos OPorto* ficam situados na Calle Real de Sabara Grande, em Caracas:

¹⁵³ - *DN*, 01-07-1971, p.5.

¹⁵⁴ - *JM*, 07-11-1950, p.3.

Ilustração 6



Abastos OPorto, em Caracas, in O Jornal, 07-11-1950, p.1.

Alguns emigrantes madeirenses destacaram-se por auxiliarem outros emigrantes. É o exemplo de João Baptista de Sousa Gomes que foi condecorado pelo Governo português, em 1959. Natural de Santo António do Funchal, ausentou-se para o estrangeiro com 18 anos, primeiramente, para a Trindade, depois para a Venezuela, onde é detentor de uma carreira de automóveis na Entrada La Vega, em Caracas:

*Neste último país, tem trabalhado [...] para adquirir uma posição invulgar adentro da colónia madeirense. Dispõe de uma situação financeira bastante importante, não se recusando inúmeras vezes, a auxiliar aqueles que à sua volta lamentam a sua pouca sorte. Entre os emigrados é considerado um dos maiores industriais e comerciais.*¹⁵⁵

Como grande parte tinha uma baixa qualificação profissional, muitos emigrantes madeirenses começavam a dedicar-se na Venezuela ao serviço ao balcão, sujeitando-se a serem explorados, até pelos próprios familiares. Manuel Luís Mendes, autor de *Selva*

¹⁵⁵ - DN, 15-03-1959, p.6.

*de Memórias – Crónicas*¹⁵⁶, é um exemplo de um madeirense que, por diversas vezes, trabalhou como empregado em bares neste país.

Os madeirenses encontraram na Venezuela um país sem preconceitos que os aceitou com carinho. A tenacidade, o espírito de sacrifício e o amor ao trabalho são características do Ilhéu que permitiram que se devotasse às mais diversas actividades:

Por isso se dedicaram aos mais variados misteres: transportes colectivos – detendo a quase totalidade das rotas -, restaurantes [...]; materiais de construção, incluindo a indústria de trituração de pedra para a construção civil [...]; indústrias de vidro [...], embalagens, cosméticos, velas, construção civil, pão e massas alimentares, e, acima de tudo naquilo em que são exímios, o comércio de abastecimentos com magníficos Abastos – simbiose de mercadoria e droguaria – e as grandes redes de moderníssimos, amplos e asseados supermercados [...]. Como se isso não bastasse, ainda se dedicam às Agências de Viagens [...].

*Por outro lado, muitos arreigados aos seus hábitos de lavradores, fizeram modelares fazendas no interior e semanalmente vêm, eles próprios, ao grande mercado central abastecedor de Caracas, o Mercado de Coche, apresentar e vender os seus produtos.*¹⁵⁷

Para demonstrar a determinação dos madeirenses podemos ter como exemplo Manuel Bonito, natural da Calheta, que emigrou para a Venezuela em 1968, como turista. Deveria regressar à Ilha da Madeira três meses depois, mas conseguiu a documentação necessária para ficar no país. Este emigrante trabalhou em diversos estabelecimentos: *abastos*, pastelarias, livrarias, cervejarias/restaurantes, agência de lotarias, aluguer de habitações. Regressou em 1984 para a Madeira, a fim de vender Harina Pan, farinha de milho típica da Venezuela. Manuel Bonito é uma personalidade muito conhecida.

Embora julgássemos que a grande parte dos emigrantes portugueses tivesse feito apenas fortuna em padarias ou restaurantes, sabemos, agora, que muitos fizeram o mesmo na construção civil. Os portugueses (cerca de 10 ou 15) agrupavam-se em espécies de pequenas cooperativas e trabalhavam como pedreiros, carpinteiros, pintores, sujeitando-se a viver amontoados num quarto e a comer pouco para pouparem quase tudo quanto ganhavam. Esse dinheiro era empregue em terrenos para a construção de prédios que, depois, vendiam a um preço considerável:

Quando têm, enfim, uns 20.000 bolívares empregam-nos na compra de um terreno que imediatamente hipotecam. Com o dinheiro do empréstimo, compram então os primeiros

¹⁵⁶ - cf. Manuel Luís Mendes: *Selva de Memórias - Crónicas*, série Novecentos, Editorial Calcamar, [Funchal], 2001.

¹⁵⁷ - *DN*, 01-07-1971, p.5.

*materiais de construção [...].Os dez ou quinze operários acabam por construir das suas próprias mãos um prédio, que em terreno e juros não lhe custou mais de 60.000 bolívares, mas que vendem por 150.000 ou 200.000.*¹⁵⁸

O contacto com o português na Venezuela esteve, desde cedo, bem visível. A opinião que se tem do mesmo nesse país é muito positiva, porque é visto como um exemplo de trabalho de iniciativa. Considerado pelas autoridades venezuelanas como o que dá melhor rendimento ao trabalho nacional, o emigrante português, em especial o madeirense, é muito trabalhador, sendo estimado e com boa reputação: “Os madeirenses, que constituem 60% dos 70.000 portugueses que lá vivem, salientam-se pelas suas invulgares qualidades de trabalho e pela facilidade de adaptação ao clima.”¹⁵⁹ Esta opinião vai ao encontro da de um madeirense, Paulo Cunha, antigo Embaixador do Governo Português, referindo-se à comunidade portuguesa: “É na verdade gente séria e laboriosa, que com afã deseja ganhar honrosamente a sua vida, cheias de saudades de Portugal, e realmente afastada de preocupações políticas.”¹⁶⁰

Apesar de o português ter sido sempre apreciado pelos venezuelanos, devido ao seu espírito de trabalho, uma situação veio abalar a comunidade portuguesa do país: foram detidos 14 portugueses acusados de roubos, assaltos e tráfico de armas brancas em Caracas, em 1964. Não era habitual tal acontecer, e, apesar de ter sido um espanto para todos, desde logo defendeu-se que o caso fosse rigorosamente investigado e aplicados severos castigos: “A colónia portuguesa, tradicionalmente honesta e pacífica, alheia a crimes desta natureza, mostra-se moralmente preocupada com os reflexos que o caso possa ter na sua reputação.”¹⁶¹

Julgamos ter sido uma excepção, pois o emigrante português desde sempre foi bem considerado na Venezuela, pela sua simpatia, dedicação e empenho no trabalho.

¹⁵⁸ - *JM*, 10-02-1959, p.3.

¹⁵⁹ - *DN*, 23-05-1961, p.6.

¹⁶⁰ - *DN*, 15-03-1956, p.6.

¹⁶¹ - *DN*, 13-09-1964, p.4.

Capítulo III - Relação entre Portugal e a Venezuela: acordos entre os dois países e principais Instituições portuguesas criadas na Venezuela nos anos 40 a 70 do século XX.

Ao longo dos anos, Portugal e a Venezuela assinaram diversos acordos, permitindo uma melhor e maior relação entre estes dois países.

A primeira referência que encontramos tem a data de 25 de Maio de 1943, altura em que houve um “Acordo da emigração portuguesa para a Venezuela, pedindo [em Lisboa] informações sobre a Madeira.”¹⁶² Tentámos obter mais informações sobre este pacto, pesquisando inclusivamente no *Diário do Governo*, mas não conseguimos.

Em Novembro de 1947, Carlos de Liz Branquinho (Portugal) e Gonzalo Barrios (Venezuela) assinaram um acordo comercial, por troca de notas. No ano seguinte, no mês de Julho, foi acordado um *Modus vivendi*, igualmente por troca de notas. Portugal fez-se representar por Carlos de Liz Branquinho e a Venezuela por Andrés Eloy Blanco.¹⁶³

Em Outubro de 1955, o *Diário do Governo* publicou um aviso sobre a conclusão entre o Governo português e o Governo venezuelano de um acordo, por troca de notas, sobre a arqueação de navios. Este acordo, feito em Setembro de 1954, “otorga a Portugal el beneficio de reciprocidad que señala el articulo 33 de la Ley de navegación vigente, y por el qual se exime del requisito de arqueo en los puertos de la República a los buques de aquellas naciones que otorguen a los navios venezolanos el mismo beneficio cuando estos toquen en sus puertos.”¹⁶⁴ De igual forma, os navios venezuelanos tinham a mesma vantagem quando tocassem em pontos de Portugal e das suas províncias ultramarinas.

Com o aumento da emigração, na década de 50, evidenciou-se o interesse entre Portugal e a Venezuela em desenvolver os serviços aéreos. A16 de Maio de 1956, com o Decreto-Lei nº 40 792, foi aprovado o acordo sobre transportes aéreos entre os Governos destes dois países, a fim de fomentar o transporte aéreo civil entre os seus respectivos transportes. Este pacto foi assinado por Paulo Cunha e Júlio Alfredo de la rosa, que representavam, respectivamente, Portugal e a Venezuela.

¹⁶² - *Registo de correspondência de Entrada do Governo Civil*, 1942, livro 393, p.37v.

¹⁶³ - cf. *Dicionário de História de Venezuela*, Fundación Polar, Caracas, 1988.

¹⁶⁴ - *Diário do Governo*, 22 de Outubro de 1955, I série, nº 230, Decreto-Lei nº, p.920.

Com este acordo, foram definidas as rotas portuguesas e venezuelanas que terminam, relativamente, em território venezuelano e português, para serem exploradas por empresas de transporte aéreo das duas partes contratantes:

*Rotas portuguesas que terminam em território venezuelano ou que o atravessam
De Lisboa, via Açores ou ilha do Sal, Porto Rico, até Caracas e mais além até Bogotá ou Manaus e Rio de Janeiro;*

Ou de Lisboa, via ilha do Sal, Recife e/ou Natal, e/ou Belém, e/ou Paramariko, e/ou Georgetown, e/ou Trindade, até Caracas e mais além até Bogotá.¹⁶⁵

*Rotas Venezuelanas que terminam em território português ou que o atravessam
Da Venezuela, via Antilhas Francesas, Bermudas, Açores, até Lisboa e mais adiante até Madrid e de ali para:*

a) Roma

b) Paris e Francoforte

em ambas as direcções.

Por conveniência de exploração poderá ser substituída esta rota pela seguinte:

Da Venezuela, via Trindade, ilha do Sal, até Lisboa e mais adiante até Madrid e de ali para:

a) Roma

b) Paris e Francoforte

em ambas as direcções.¹⁶⁶

No ano de 1974, houve um outro acordo, por troca de notas, que permitiu, temporariamente, que os “radioaficionados de cada país puedan operar sus estaciones en el outro país.”¹⁶⁷ Foi assinado por João Morais Da Cunha Matos (Portugal) e por Efraín Schacht Aristiguieta (Venezuela).

Evidentemente, houve outros acordos entre estes dois países, contudo a nossa pesquisa cinge-se até 1974, pelo que não aprofundámos mais este tema.

Outro factor que estimulou a emigração foi a criação de comunidades portuguesas pelo mundo, que têm por função apoiar os novos emigrantes, ajudando-os a fixarem-se no local de acolhimento.

Considerada como parte integrante da nação e do espaço cultural português, uma comunidade portuguesa é todo o conjunto de portugueses e luso-descendentes radicados

¹⁶⁵ - *Ibidem*, 11 de Outubro de 1956, I série, nº 219, Aviso, p.1610.

¹⁶⁶ - *Ibidem*.

¹⁶⁷ - *Dicionário de História de Venezuela, op. cit.*, p.1345.

num determinado país receptor. É um espaço de convívio de compatriotas, onde se realizam, por exemplo, encontros, bailes, refeições e actividades desportivas.¹⁶⁸

Houve, portanto, desde finais da década de 40, o interesse em fundar associações desportivas, de lazer e de cultura, para que os emigrantes pudessem participar. A par disto, surgiu, também, um rasto de pobreza entre os emigrantes. Neste sentido, a *Sociedade de Beneficência das Damas Portuguesas de Caracas*, presidida pela Embaixatriz Susana Teixeira de Sampaio, foi fundada a 13 de Maio de 1969 para promover a solidariedade a essas pessoas necessitadas. De forma a angariar fundos, fazem rifas, bingos, jantares e festas. A primeira actividade social que a *Sociedade* organizou foi um almoço no paquete *Santa Maria* a 2 de Dezembro de 1969, de onde foram angariados 51.000 bolívares, entregues ao Asilo de Maria Paz.

Tendo em conta que o nosso trabalho está direccionado para a emigração dos madeirenses para a Venezuela, optámos por incluir as principais Instituições portuguesas criadas nos anos 40 a 70 do século XX.

3.1. *União Ciclista Portugal.*

As competições de corridas em bicicleta foram sempre uma das formas desportivas mais populares em todo o mundo. Na década de 40, o ciclismo era um desporto que estava na moda em Portugal e na Venezuela. É por esta razão que os periódicos anunciavam sempre quando um português ou um venezuelano ficava bem classificado nestas provas.

Um grupo de emigrantes portugueses, presidido por Manuel Rodrigues Monteiro, fundou, a 20 de Fevereiro de 1948, a *União Ciclista Portugal*, primeira Instituição de prestígio da comunidade portuguesa na Venezuela. Era constituída, maioritariamente, por homens que trabalhavam, sobretudo na construção civil, em La Guayra, em Los Teques e em Guatire. Deslocavam-se, diariamente, ou iam à segunda-feira e regressavam à sexta-feira, para os seus empregos em bicicleta, o que lhes permitiu que se tornassem bons ciclistas.¹⁶⁹ Tentámos encontrar mais informações sobre a fundação desta Instituição, em 1948, nos periódicos *O Jornal* e *Diário de Notícias*, mas não

¹⁶⁸ - cf. Mariano Picon Salas: *Lecturas sobre história, política y cultura en Venezuela*, s/ed., s/1, 1996.

¹⁶⁹ - cf. José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.214.

obtivemos resultados. Sabemos, no entanto, que começou por participar em provas aos fins-de-semana.

As suas actividades estiveram paralisadas entre 1953 e 1955. A partir de então, já com uma nova Junta Directiva, o clube começou a ter mais êxito. Os seus ciclistas animaram as voltas à Venezuela e ao Estado de Táchira. Diz-se que o primeiro ciclista foi Crispim de Oliveira, trabalhador da construção civil. A vitória de Joaquim Ferreira de Amorim, ao percorrer 1.100 quilómetros, em San Cristobal, Estado Táchira, foi uma das primeiras competições ganhas pela *União Ciclista*.

Em 1960, cinco ciclistas da *União Ciclista Portugal* representaram a Venezuela na volta à Guatemala e nos jogos olímpicos de Roma.¹⁷⁰ Três anos depois, realizou-se, no Estádio de Teo Capriles, um festival de ciclismo, do qual saíram vencedores os representantes deste clube:

Nas primeiras e segundas categorias, classificaram-se em 1º e 3º lugares, Domingos Rivas e António Montila e Francisco Mata e Alberto Montano, respectivamente.

*Em terceiras categorias, Humberto Fay, do União Ciclista Portugal, classificou-se em terceiro lugar.*¹⁷¹

Outros ciclistas, que faziam parte da *União*, saíram, igualmente, vencedores noutros anos:

*Em 1965, Enrique Mujica ganhou a volta ao Distrito Federal e Estado Miranda. O clube ganhou a volta à Venezuela em 1965 e 1976, conseguindo os primeiros quatro lugares. No mesmo ano, António Guedes ganhou duas etapas na volta Jalisco.*¹⁷²

Para além destes ciclistas, destacaram-se, ao longo das épocas, António Joaquim, Norberto de Oliveira, Fernando Ferreira, Juan Arrojo, Mário Gonçalves, Ramón Noriega, Raul Carvalho e Ferreira Amorim.

Temos de distinguir que, em 1976, o clube foi designado, pela *Federación Venezolana de Ciclismo*, o representante oficial de Venezuela no “III Gran Premio Internacional”, celebrado no México.

A *União Ciclista Portugal*, que tinha ciclistas portugueses, venezuelanos e colombianos, teve o seu êxito merecido, em certa parte graças ao apoio constante da

¹⁷⁰ - *Ibidem*, p.215.

¹⁷¹ - *DN*, 29-07-1963, p.3.

¹⁷² - *Correio de Caracas*, nº 108, 26-05-2005, p.27.

comunidade portuguesa da época, “pois sempre assistia às competições para dar força aos seus compatriotas.”¹⁷³

Alguns ciclistas portugueses, que disputavam provas na Venezuela a convite do próprio país, também se diferenciaram, especialmente os irmãos Fernando e Luciano de Sá, do *Futebol Clube do Porto*, que foram dois dos grandes impulsionadores do ciclismo na Venezuela. O primeiro chegou a ser treinador da *União Ciclista Portugal*.¹⁷⁴

Em 1952, estes dois irmãos “receberam convite para participar em oito festivais de pista, na Venezuela”¹⁷⁵ pela Federação de Ciclismo deste país. No entanto, no dia 18 de Dezembro do ano acima referido, é dito que Fernando e Luciano, juntamente com Alves Barbosa, partiram por via aérea para Caracas para participarem nas provas ciclistas de pistas e de estrada, a fim de disputarem “uma série de quatro festivais na pista do velódromo de Caracas, entre 15 e 30 de Dezembro.”¹⁷⁶ Não se tratou, portanto, de oito, mas de quatro festivais.

Nestas competições, os irmãos conquistaram lugares importantes:

*Fernando obteve duas vitórias nas provas americanas e teve outras boas classificações, tais como um segundo, um terceiro, um quarto e um sexto lugares, ganhando belas taças e bronzes de grande valor, além de outros prémios pecuniários. Seu irmão Luciano alcançou um primeiro lugar, dois segundos e um terceiro, e, na prova de 5 quilómetros, ficou em 4º lugar. Refeito de uma queda que deu, Luciano disputou ainda outras provas, onde obteve dois terceiros e um quarto lugares.*¹⁷⁷

A presença destes ciclistas, que competiram na pista Capriles ao lado do campeão italiano de velocidade, Chah, originou a grande admiração pela modalidade. Fernando Moreira fixou-se no país, dedicando-se à venda de materiais de construção.¹⁷⁸

O regresso dos ciclistas portugueses a Lisboa, por via aérea, é mencionado, também, no *Diário de Notícias* em Janeiro de 1953. Igualmente, diz-se que voltarão ao país latino em Outubro do mesmo ano, mas nesse mês não encontramos nenhuma referência sobre o assunto em questão.¹⁷⁹

¹⁷³ - *Ibidem*.

¹⁷⁴ - cf. José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.214.

¹⁷⁵ - *DN*, 03-11-1952, p.3.

¹⁷⁶ - *DN*, 10-12-1952, p.4.

¹⁷⁷ - *DN*, 09-01-1953, p.2.

¹⁷⁸ - cf. José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.215.

¹⁷⁹ - *DN*, 09-01-1953, p.2.

3.2. Jornal *Voz de Portugal*.

Em 1950, uma notícia informava que os portugueses na Venezuela iriam ter um jornal: “Acaba de constituir-se em Venezuela a Companhia Editora Luso-Venezuelana que se propõe editar um jornal defensor dos legítimos interesses dos portugueses que trabalham naquele país.”¹⁸⁰

O jornal português, a *Voz de Portugal*, publicou o seu primeiro número em 1951, com as fotografias do Marechal Carmona e de António Oliveira Salazar, acompanhadas pela seguinte legenda: “Em representação da colónia portuguesa na República da Venezuela, a *Voz de Portugal* saúda efusiva e calorosamente suas Excelências, o Chefe de Estado e o Chefe do Governo.”¹⁸¹

Neste número, apelou-se aos portugueses na Venezuela para erigir, em Caracas, uma Capela em honra à Nossa Senhora de Fátima, desde que construída por operários portugueses e com dinheiro de portugueses.

Este primeiro jornal português, dirigido por Maia Colaço, Grilo e Jorge Soares, com a colaboração de Manuel Simões Luzio, fracassou por razões económica. Manuel da Gama, Mário Vieira e José Ferreira começaram a dirigir este periódico, mas, cerca de 10 anos depois, fracassou, desta vez por questões políticas que envolvia um dos directores.

3.3. Jornal *O Republicano* ou *O Lusitano*.

Em 25 de Março de 1952, José da Costa Castanho, natural da Póvoa de Varzim, o alentejano Jorge Rivas e António Pica decidiram fundar o jornal *O Republicano*. O objectivo era permitir um elo de ligação entre os portugueses na Venezuela, mantendo vivo o vínculo com a Pátria, através da língua e da divulgação de notícias de Portugal e da comunidade.

Este jornal, conservador e simpatizante do regime de Salazar, mudou o seu nome para *O Lusitano*, quatro semanas depois do seu primeiro número. Em 1957, nomeou

¹⁸⁰ - *O Jornal*, 29-08-1950, p.1.

¹⁸¹ - *O Jornal*, 08-04-1951, p.3.

Abel Marques Caldeira para o seu correspondente na Ilha, de forma a obter informações para a publicação de uma secção sobre a Madeira.¹⁸²

Em 1958, Reina Morales, um dos advogados mais brilhantes de Caracas e director d'*O Lusitano* naquela época, foi preso por motivos políticos.¹⁸³

Este diário deixou de ser publicado em 1996 por razões económicas.¹⁸⁴

3.4. Casa da Madeira.

A *Casa da Madeira* foi fundada em Caracas a 1 de Junho de 1952, sob a presidência do importante comerciante madeirense João Rodrigues Aguiar, embora com o apoio de outros madeirenses, como Sebastião Abreu dos Santos, António Macedo e Manuel Corte de Abreu. Começou por estar instalada na Avenida Gran Columbia, Urbanisación das Acádias, mas, já nessa altura, havia o interesse em adquirir um edifício próprio.

Esta *Casa* contou com o apoio da Delegação de Turismo da Madeira que enviou diversos materiais de propaganda turística para que nas suas salas se pudessem exhibir vários filmes com o panorama da Madeira.

O dia madeirense era celebrado, anualmente, nesta *Casa* com uma Missa e secção solene, onde se exaltavam as qualidades de trabalho e de patriotismo dos madeirenses na Venezuela. Este festejo continuava ao longo da noite: “[...] houve uma ceia de confraternização que foi mais uma reunião agradável e de características bem madeirenses.”¹⁸⁵

Em Novembro de 1953, a fábrica de cerveja *Union*, de Santa Cidade, em colaboração com a *Casa da Madeira*, ofereceu uma festa aos associados desta última. No mês seguinte, foi inaugurada a nova sede desta *Casa*: “É uma esplêndida quinta, com óptimas condições para as festas características da nossa terra.”¹⁸⁶ Nesta inauguração, Daniel Fraga Gomes, ilustre secretário da *Casa da Madeira*, leu o nome dos sócios fundadores, nomeadamente, os Srs. João António de Andrade, importante

¹⁸² - cf. *JM*, 23-06-1957, p.5.

¹⁸³ - cf. *JM*, 28-11-1958, p.4.

¹⁸⁴ - cf. José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.214.

¹⁸⁵ - *DN*, 25-09-1953, p.4.

¹⁸⁶ - *DN*, 08-12-1953, p.3.

comerciante em Venezuela e proprietário da C. A. Autobuses – Los Mecedores, e Daniel Gonçalves, comerciante e abastado proprietário nesta cidade.

No final do mês de Dezembro de 1953, soube-se que estavam a realizar-se as primeiras experiências para a organização do programa radiofónico *Hora da Saudade*, com a colaboração da *Casa da Madeira*. “As gravações são feitas por um grupo de técnicos portugueses e serão, depois, enviadas para uma emissora do continente, a fim de serem transmitidas.”¹⁸⁷

3.5. Club Deportivo Portugués.

O *Club Deportivo Portugués*, primeiro clube que representou a colónia lusitana no futebol profissional venezuelano, foi fundado a 25 de Agosto de 1952 na Pensão Portugal, uma das pensões que albergava os emigrantes que chegavam a Caracas. Teve como primeiro presidente Luís Dias Lima.

De todos os seus jogadores, destacam-se o “Rafa” Santana, um dos melhores treinadores da história do futebol crioulo, e o guarda-redes brasileiro Pompeia, “chamado no Brasil *Constellation*, pela forma como voava para defender a baliza.”¹⁸⁸

Foi o primeiro clube a conquistar o troféu do famoso “Torneio Ibérico”, ao ganhar o tri-campeonato nos anos de 1955, 1956 e 1957, feito inédito até então.

Em 1958, o *Club* iniciou a sua participação na *Liga Mayor de Fútbol Profesional*, onde foi campeão nacional. A equipa, composta por emigrantes portugueses, sagrou-se campeã da Venezuela, em Novembro de 1959, ao derrotar o Zulia por 3-1.¹⁸⁹ Venceu, também, outros campeonatos da *Liga* em 1960, ao bater a turma do Español, por 3-0, no Estádio da Cidade Universitária¹⁹⁰, em 1963 e em 1967.

Dirigido por José Pepito Hernández, o *Portugués*, como era conhecida a equipa, teve um facto memorável neste último ano que referimos, na medida em que permaneceu em primeiro lugar durante 28 jogos consecutivos. Conquistou o campeonato com sete pontos de avanço sobre o velho rival *Deportivo Galicia*. Na altura, o presidente do *Club Deportivo Portugués* era Carlos Mendes, industrial de

¹⁸⁷ - *DN*, 22-12-1953, p.4.

¹⁸⁸ - *Correio de Caracas*, nº110, 09-06-2005, p.28.

¹⁸⁹ - cf. *DN*, 14-11-1959, p.3.

¹⁹⁰ - cf. *DN*, 25-05-1960, p.3.

carpintaria que, apesar de viver na Venezuela, sempre se regeu pelos valores da sua Pátria: “Procura que a família se comporte o melhor possível e que faça tudo à *maneira portuguesa*.”¹⁹¹ Por esta altura, o *Club* era composto, principalmente, por jogadores lusos e brasileiros. Apenas quatro eram naturais da Venezuela.

O periódico *Diário de Notícias* fez alusão a este clube dizendo que, em 1967, estava em primeiro lugar no Campeonato Nacional Venezuelano, com 20 pontos classificativos, destacando-se o facto de que dias antes “o Clube Desportivo Português logrou derrotar o Galícia F. C. pelo *score* de 3-0 [...]”¹⁹² Referiu, ainda, que possuía o melhor rematador da competição, Ramos, um futebolista “de grandes qualidades técnicas [...]”¹⁹³ Fala-se, nessa época, que há o interesse da transferência de um jogador português, de nome Eduardo, para este clube.

Soubemos que o antigo guardião do *Clube Sport Marítimo*, José Ilídio Fernandes, tencionava jogar nesta equipa no ano de 1964, o que, de facto, aconteceu, uma vez que se deslocou para a Venezuela no transatlântico *Santa Maria* nesse mesmo ano:

*No Santa Maria seguiu ontem para Venezuela o antigo guardião do C. S. Marítimo, José Ilídio Fernandes, que ultimamente defendia as cores do Sporting Clube Santacruzense. Segundo nos afirmou, Ilídio tenciona jogar no Club Desportivo Português de Venezuela.*¹⁹⁴

Parece-nos que, por diversas vezes, este clube convidava equipas portuguesas para disputarem alguns torneios na Venezuela, algumas amigavelmente, outras para competição.

Temos, como exemplo, o convite ao *Futebol Clube do Porto* para participar no Torneio de Futebol, de 20 de Junho a 10 de Julho de 1966, na capital venezuelana.¹⁹⁵ Em 1967, temos a indicação de que o *Sport Lisboa e Benfica*, campeão português na referida altura, participaria no torneio acima referido, incluído nas comemorações do 400º aniversário da cidade de Caracas durante o mês de Julho.¹⁹⁶

O *Sporting Clube de Portugal* jogou, desta vez amigavelmente, num Campeonato da Venezuela, em Janeiro de 1969, onde venceu o *Deportivo Portugués*, por 3-2, no

¹⁹¹ - *DN*, 14-11-1967, p.2.

¹⁹² - *DN*, Documentário Desportivo, 29-07-1967, p.1.

¹⁹³ - *DN*, Documentário Desportivo, 07-10-1967, p.1.

¹⁹⁴ - *DN*, 03-07-1964, p.4.

¹⁹⁵ - cf. *DN*, 24-04-1966, p.8.

¹⁹⁶ - *DN*, 07-05-1967, p.4.

Estádio Olímpico da Cidade Universitária, em Caracas. O jogo decorreu com animação, sobressaindo a técnica superior do *Sporting*:

Os golos foram marcados por José Morais, aos 27 e aos 70 minutos, e por Pedras, aos 33. Obteve os tentos do Desportivo Português, Lima, no primeiro minuto do jogo e aos 88 minutos.

Ao intervalo, o Sporting ganhava por 2-1.

As equipas alinharam:

SPORTING – Damas; Celestino; Armando; José Carlos e Pedro Gomes; Gonçalves e Pedras; Chico; Lourenço; José Morais e Marinho.

DESPORTIVO PORTUGUÊS – Pompela; Benitez, Valência, L. Carlos e Pedrito; Paucar e Garrichinha; Marcano, Lima, Ulloa e Salcedo.¹⁹⁷

O *Deportivo Portugués* deixou de jogar em 1984, “afogado por dívidas e longe dos primeiros pontos de classificação.”¹⁹⁸

3.6. Programa *Voz da Madeira - Rádio Rumbos*.

O semanário *Voz da Madeira*, que teve como colaborador mais directo o jornalista Amândio Rodrigues, publicou o seu primeiro número no Funchal a 28 de Maio de 1953. O escritor Horácio Bento de Gouveia era o seu director:

De orientação retintamente regionalista, este periódico será porta-voz dos problemas vitais da nossa terra [...]. É garantia [...] do seu êxito o nome do seu director, o brilhante escritor e jornalista Dr. Horácio Bento de Gouveia, figura do maior relevo e audiência no meio literário português.¹⁹⁹

Com o mesmo nome do semanário acima referido, e por iniciativa dos conterrâneos Carlos Inácio da Silva, correspondente do periódico *Jornal da Madeira*, e Gabriel Ferreira de Gouveia, passou a ser transmitida, em Março de 1954, em Caracas, a *Voz da Madeira*, todos os dias, excepto aos sábados e domingos, entre as 23:30 e as 24:00 horas. Essa emissão era difundida através da *Rádio Rumbos*, uma das mais populares estações emissoras da Venezuela que, diariamente, em língua portuguesa, transmitia diversas notícias e programas: “A *Voz da Madeira* é o elo principal que

¹⁹⁷ - *DN*, 17-01-1969, p.2.

¹⁹⁸ - *Correio de Caracas*, nº 110, 09-06-2005, p.28.

¹⁹⁹ - *DN*, 17-05-1953, p.3.

congrega na imensidão geográfica da Venezuela os portugueses ali dispersos, em especial o destacado núcleo madeirense.”²⁰⁰

Em Janeiro de 1958, esta rubrica portuguesa da *Rádio Rumbos*, de que eram locutores Gabriel Ferreira de Gouveia, fundador da BBC, de Londres, e a conterrânea Guida Câmara, “enviou [...] ao Sr. Governador do Funchal um cheque de \$284.94, pedindo a sua Excelência que dele fizesse entrega ao Diário de Notícias.”²⁰¹ Este valor, que em escudos se traduziu por 8.149\$20, destinou-se ao auxílio de Maria de Lemos, do Porto da Cruz, que teve a infelicidade de perder o marido com dois gémeos acabados de nascer. Leva-nos a perceber que, mesmo fora da sua Pátria, os madeirenses nunca se esqueciam de ajudar aqueles que necessitavam.

Nesse mesmo ano, e por iniciativa deste programa radiofónico, realizou-se um banquete “de congratulação pelo triunfo eleitoral do contra-almirante Américo Tomás.”²⁰² Para este banquete, inscreveram-se centenas de portugueses.

Pelas pesquisas no periódico *Diário de Notícias*, apercebemo-nos que este programa divulgava números especiais dedicado ao Dia de Portugal.

Os dirigentes da *Rádio Rumbos* tinham, identicamente, em mente a inauguração do programa radiofónico *Hora da saudade* “na qual poderão falar os madeirenses residentes em Caracas, com os seus familiares.”²⁰³ Não conseguimos saber se este desejo se concretizou.

3.7. Centro Português de Caracas.

Em 1953, realizou-se a primeira reunião de elementos da colónia portuguesa em Caracas para a fundação de um Centro, “que conta com o apoio de sua Excia., o Ministro de Portugal em Venezuela, e que vem mostrar, uma vez mais, o amor pátrio característico dos Lusitanos.”²⁰⁴ Registámos a informação, embora não tenhamos a certeza se se trata do *Centro Português de Caracas*.

²⁰⁰ - Mota de Vasconcelos: *Epopéia do Emigrante Insular*, op. cit., p.193.

²⁰¹ - *DN*, 05-01-1958, p.3.

²⁰² - *JM*, 15-06-1958, p.1.

²⁰³ - *DN*, 25-05-1954, p.4.

²⁰⁴ - *DN*, 22-12-1953, p. 4.

O *Centro Português de Caracas* foi fundado a 10 de Junho de 1958, data comemorativa do Dia de Portugal e do poeta Luís Vaz de Camões, por um grupo de portugueses, sob a direcção de Daniel Morais, um verdadeiro conciliador de amizades no meio emigrante. A sua primeira sede foi na Avenida Paéz, no *El Paraíso*, mas, em 1960, foi transferida para a Avenida Principal de Sebucan e, depois, para a Castellana (1971) e para Macaracuay (1977). Neste último projecto, que se iniciou em 1973, participaram empresários madeirenses que se empenharam na venda de acções. Reuniram-se cerca de 200 portugueses e cada um deles pagou 5.500 bolívares. Com este dinheiro, compraram o terreno, onde está ainda actualmente, com uma superfície de 24.500m².

Segundo Daniel Morais, “sem o empenho dos madeirenses a construção do clube seria impossível, dado que a sua força económica é muito superior à dos continentais.”²⁰⁵ Da construção deste *Centro*, destacam-se Manuel Corte de Abreu e Agostinho Macedo, por terem conseguido grande parte da angariação de sócios.

Este espaço possui cabeleireiro, bar, restaurantes e banco de poupança. A nível cultural, dispõe de um grupo folclórico infantil e juvenil, um grupo coral e outro de teatro. No *Centro de Caracas* são, igualmente, leccionados cursos de português, não só para sócios, como também para o restante público em geral. É de referir que, a 25 de Novembro de 1973, é iniciado um projecto, do arquitecto Italo-Venezuelano, de instalação de vários salões, de uma capela, de ginásios e de campos desportivos.

O *Centro Português de Caracas*, jóia da comunidade, é o orgulho dos portugueses radicados na Venezuela e considerado como o melhor centro do mundo do meio emigrante. A sua localização numa das colinas da capital, confere-lhe uma vista panorâmica soberba sobre toda a cidade.

3.8. Club Sport Marítimo de Venezuela.

No ano de 1957, um grupo de portugueses, liderado por António Firmino Barros e Artur Brandão Campos, decidiu formar uma equipa de futebol na Venezuela que foi apelidada de *Deportivo Tiuna*. No entanto, como muitos dos adeptos e jogadores do clube eram admiradores do Marítimo do Funchal, a equipa foi rebaptizada, a 1 de Maio

²⁰⁵ - José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.217.

de 1959, de *Club Sport Marítimo de Venezuela*. Destacaram-se os dirigentes Mário Pereira, Fernando Medeiros Tavares, Mário Moreira Morais, José Gregório Dias e José Luís Ferreira. A primeira sede foi em Cauchos, Brauc, em Santa Mónica (Caracas).

Até 1984, o *Club* esteve dedicado à prática de futebol amador, apesar de em 1981 ter vindo à Madeira pela primeira vez para disputar provas com três clubes madeirenses.

A grande mudança deu-se no ano de 1985, altura em que um grupo de maritimistas, liderado por Mário Pereira, antigo jogador do clube, decidiu dar ao *Marítimo de Venezuela* uma equipa profissional. A equipa foi inscrita na II Divisão venezuelana, vencendo no próprio ano de estreia. A partir de então, o *Sport Marítimo* passou a ser referido pela imprensa como a equipa que revolucionou o futebol venezuelano, devido às suas constantes vitórias:

*Primeiro ano na I Divisão: 3º lugar. No ano seguinte, 1986-87, primeiro título nacional e participação na Taça Libertadores, defrontando os celebérrimos Colo-Colo e Universidade Católica do Chile. / Na temporada seguinte, revalidação do título e Taça da Venezuela. E assim até ao título de tetra-campeão – façanha inenarrável num clube tão jovem.*²⁰⁶

Devido a razões financeiras, a Liga Profissional suspendeu o clube das provas oficiais na época de 1995-1996. Estava acabado o melhor clube de sempre no futebol crioulo que ficou marcado por um passado pleno de triunfos:

Profissional

4 Campeonatos Nacionais (86-87,87-88, 89-90 e 92-93)

1 Copa Venezuela (1988)

5 Presenças na Copa Libertadores (1988,1989, 1991, 1992 e 1994)

1 Campeonato Nacional da 2º Divisao (1985).

Recorde de Imbatibilidade na 2º Divisao (28 jogos 1985)

2 Troféus ao “Melhor Goleador” (Hérberth Márquez: 19 golos em 89-90 e 21 golos em 92-93)

Recorde de mais minutos sem sofrer golos (Daniel Nikolac 970 Min. 03.05.1987-21.06.1987).

Amador

1 Copa Sucre (1976)

1 Campeão Distrital do Estado Miranda (1977).

Juvenil

1 Campeão Nacional de Sub-20 (94-95)

*1 Campeão do Distrito Federal de Sub-18 (1986).*²⁰⁷

²⁰⁶ - *DN*, 04-07-1996, secção “Venezuelanos à espera de Venezuela (14)”, p.IV.

²⁰⁷ - <http://www.csmaritimo.pt/content/view/590/70/>, retirado a 31-08-2008.

3.9. Semanário *A Voz da Madeira*.

Em Fevereiro de 1958, foi lançada uma notícia da breve publicação de um novo jornal com o título de *A Voz da Madeira*, propriedade de madeirenses, que se destina “a pugnar pelos interesses da colónia portuguesa na capital venezuelana e noticiar regularmente os acontecimentos registados na Madeira.”²⁰⁸

O semanário *A Voz da Madeira* iniciou a sua publicação, em Caracas, a 10 de Junho de 1959. Era dirigido pelo madeirense Gabriel Ferreira de Gouveia, também director do programa de rádio com o mesmo nome, como já mencionámos.

Com 20 páginas de grande qualidade gráfica, o semanário publicou no seu primeiro número as fotografias dos Chefes de Estado de Portugal e da Venezuela e a do Chefe do Distrito do Funchal, Comandante Camacho de Freitas. A página dupla central é dedicada à cidade do Funchal, com a referência ao Brasão da mesma cidade e à fotografia do Presidente do Município funchalense, António Sardinha.

A figura nacional de Luís de Camões e as imagens da Ilha da Madeira são largamente referidas neste número.

A Voz da Madeira é, assim, um orgulho para os portugueses:

*[...] é um jornal que honra sobremaneira a grande colónia portuguesa na Venezuela e particularmente os milhares de madeirenses ali residentes e ainda a terra natal desses numerosos portugueses que deste modo passam a ter a devida e merecida projecção nesse grande país sul-americano.*²⁰⁹

3.10. Casa Portuguesa de Aragua.

A *Casa Portuguesa de Aragua* foi fundada a 23 de Abril de 1965, em Maracay, sendo, recentemente, presidida por Ernesto Sales. Tendo sido vendidas as primeiras acções por 500 bolívares, actualmente possui um valor de cerca de 4 milhões de bolívares e aproximadamente 1500 sócios, não necessariamente da comunidade portuguesa.

Para além dos campos desportivos, piscinas, sala de jogos, salão de festas, bar, restaurante, ginásio, sauna, banhos turcos e zonas verdes, nesta *Casa* podemos encontrar

²⁰⁸ - *JM*, 27-02-1958, p.5.

²⁰⁹ - *JM*, 04-07-1959, p.4.

um grupo juvenil “Amizade”, um grupo coral e outro de teatro. Neste espaço, promove-se, não só cursos de português e de instrumentos musicais, como também actividades desportivas de futebol, ténis, voleibol, karaté e xadrez.

A *Casa de Aragua* conta com a ASOLUVEN – Associação de luso-descendentes na Venezuela – onde os jovens desempenham um papel importante. O objectivo é dar a conhecer aos mais novos a cultura dos seus antepassados, integrando-os nas actividades desta *Casa Portuguesa*.

3.11. Centro Social Madeirense.

O *Centro Social Madeirense* foi fundado a 17 de Novembro de 1972, no sector de La Cumaca de San Diego, Estado Carabobo, sendo presidido, recentemente, por João Pablo de Vera Cruz. Contou com vários fundadores como Agostinho Henriques, António Correia, Brás de Sousa Santos, César de Andrade, entre outros. Em 1978, a sede é transferida para Valência.

Tendo começado com cerca de 500 sócios, em 2006 ascendia os 2360. Neste *Centro*, portugueses e venezuelanos, sobretudo jovens, podem participar em diferentes actividades desportivas, como natação, ténis de mesa, futebol, basebol e karaté.

Em termos culturais, apresenta um grupo folclórico juvenil e infantil, o grupo “Las estudantinas” de danças venezuelanas e o grupo coral. Estas actividades culturais decorrem aos fins-de-semana.

As áreas verdes são um dos atractivos do *Centro*, bem como os campos desportivos, piscinas, salão de eventos, salão de jogos, sala de conferências e restaurantes.

No *Centro Social Madeirense* podemos, ainda, encontrar o monumento do emigrante, em honra a todos os portugueses que partiram para a Venezuela.

Capítulo IV - Dados demográficos e estatísticos.

Com o objectivo de tornarmos o nosso trabalho mais completo, pesquisámos na Direcção Regional de Estatísticas, no Funchal, os dados demográficos e estatísticos do número de emigrantes portugueses em geral e, especificamente, madeirenses para a Venezuela e para o Brasil, países com maior fluxo emigratório, para podermos saber se a realidade a nível nacional e regional era a mesma. Pretendemos saber, igualmente, se os emigrantes portugueses e madeirenses emigraram em maior escala para o Brasil ou para a Venezuela.

Para uma melhor organização, dividimos as informações em duas partes, a primeira de 1940 a 1960 e a segunda de 1961 a 1974.

4.1. 1940-1960.

A tabela que elaborámos diz respeito à emigração dos portugueses em geral, homens e mulheres, para a Venezuela e para o Brasil. Não encontramos esta informação nos anos anteriores a 1956:

Tabela 2

ANO	PAÍS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1956	Venezuela	2.871	902	3.773
	Brasil	9.029	7.785	16.814
1957	Venezuela	3.433	891	4.324
	Brasil	11.532	8.399	19.931
1958	Venezuela	3.066	1.007	4.073
	Brasil	11.330	8.499	19.829
1959	Venezuela	1.461	1.714	3.175
	Brasil	8.758	7.642	16.400
1960	Venezuela	1.907	2.119	4.026
	Brasil	6.504	5.947	12.451

Número de emigrantes portugueses (homens e mulheres) para a Venezuela e para o Brasil de 1956 a 1960.

Fonte: Anuário Demográfico, Instituto Nacional de Estatística (INE), 1956-1960.

Podemos ver que de 1956 a 1960 se verificou mais saídas para o Brasil, destacando-se mais nos anos de 1957 (19.931) e de 1958 (19.829). Curiosamente, neste último ano, foi suspensa a emigração para a Venezuela, como já referimos

anteriormente noutro capítulo. No entanto, através destes dados verificámos que, apesar da suspensão, não deixou de haver emigração portuguesa para este último país.

Para o Brasil, nestes anos, houve sempre um destaque da emigração masculina. Para a Venezuela, o mesmo acontece, à excepção de 1959 e 1960, onde predomina a emigração feminina, provavelmente que acompanha os maridos ou que tinha sido chamada pelos mesmos. Houve, em consequência ou não da suspensão, uma quebra na emigração masculina para o país venezuelano.

As informações das saídas a nível nacional são importantes, mas, para o nosso trabalho, é fundamental a estimativa de emigrantes madeirenses que saiu para a Venezuela e para o Brasil. Apesar de não ser o número exacto, visto não estar contabilizada a emigração clandestina, podemos ter uma noção a partir da seguinte tabela:

Tabela 3

ANO	PAÍS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1943	Venezuela			
	Brasil	6	8	14
1944	Venezuela			
	Brasil	3	3	6
1945	Venezuela	1.014	5	1.019
	Brasil	49	20	69
1946	Venezuela			9
	Brasil	614	99	713
1947	Venezuela	19	8	27
	Brasil	686	444	1.130
1948	Venezuela	514	38	552
	Brasil	329	205	534
1949	Venezuela	175	78	253
	Brasil	798	314	1.112
1950	Venezuela	799	137	936
	Brasil	651	426	1077
1951	Venezuela	496	93	589
	Brasil	1.376	851	2.227

1952	Venezuela	500	516	1.016
	Brasil	3.203	1.872	5.075
1953	Venezuela	413	1.154	1567
	Brasil	1.255	2.038	3.293
1954	Venezuela	1.794	291	2.085
	Brasil	1.783	1.007	2.790
1955	Venezuela			2.049
	Brasil			1.708
1956	Venezuela			1.702
	Brasil			1.406
1957	Venezuela			2.408
	Brasil			1.573
1958	Venezuela			2.072
	Brasil			1.705
1959	Venezuela			1.480
	Brasil			1.379
1960	Venezuela			1.305
	Brasil			688

Número de emigrantes madeirenses (homens e mulheres) para a Venezuela e para o Brasil de 1943 a 1960.

Fonte: Anuário Estatístico, Instituto Nacional de Estatística (INE), 1943-1960.

Apenas há registo da emigração para a Venezuela a partir de 1945, ano em que se verifica um fluxo superior (1.019), em comparação ao Brasil (69). A partir de então, e até 1954, verificámos o contrário: os madeirenses emigraram mais para o Brasil. Isto poderá ter a ver com a proibição da entrada de emigrantes no país, já mencionada, no ano de 1950, por parte do governo venezuelano. Como tal, muitos poderão ter escolhido o Brasil, devido às facilidades de emprego, com o intuito de, anos mais tarde, emigrarem para a Venezuela.

De 1955 a 1960 o madeirense preferiu partir para a terra dos *bolívares*, o que vem a contrariar com as informações a nível nacional: se, em geral, os portugueses emigraram mais para o Brasil, o facto é que os madeirenses, particularmente a partir de 1955, escolheram mais a Venezuela como país de destino.

Vemos, portanto, que a suspensão da emigração para a Venezuela, em 1958, não afectou os madeirenses, o que comprova que o ilhéu foi sempre excluído dessas suspensões.

4.2. 1961-1974.

Através da seguinte tabela, podemos observar o número de emigrantes portugueses, homens e mulheres, que viajaram para a Venezuela e para o Brasil de 1961 a 1974:

Tabela 4

ANO	PAÍS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1961	Venezuela	1.563	1.784	3.347
	Brasil	8.862	7.211	16.073
1962	Venezuela	1.657	1.865	3.522
	Brasil	7.074	6.481	13.555
1963	Venezuela	1.538	1.571	3.109
	Brasil	5.853	5.428	11.281
1964	Venezuela	1.864	1.920	3.784
	Brasil	2.191	2.738	4.929
1965	Venezuela	1.552	2.368	3.920
	Brasil	1.156	1.895	3.051
1966	Venezuela	1.746	2.951	4.697
	Brasil	970	1.637	2.607
1967	Venezuela	1.748	2.370	4.118
	Brasil	1.463	1.808	3.271
1968	Venezuela	1.570	2.181	3.751
	Brasil	1.556	1.956	3.512
1969	Venezuela			3.044
	Brasil			2.537
1970	Venezuela			2.927
	Brasil			1.669
1971	Venezuela			3.500
	Brasil			1.200
1972	Venezuela			3.641
	Brasil			1.158
1973	Venezuela			4.294
	Brasil			890
1974	Venezuela			2.550
	Brasil			729

Número de emigrantes portugueses (homens e mulheres) para a Venezuela e para o Brasil de 1961 a 1974.

Fonte: Anuário Demográfico, Instituto Nacional de Estatísticas, 1961-1974.

Com este quadro, vemos que de 1961 a 1964 o Brasil obteve o maior número de emigrantes portugueses. Em contrapartida, de 1965 a 1974 a Venezuela foi o país mais escolhido. Temos de realçar que estamos na época da Guerra Colonial em África, daí podemos supor que muitos destes emigrantes eram jovens e embarcavam para não exercerem serviço militar.

Até 1963 emigraram mais homens para o Brasil, mas a partir dessa data até 1968 dominou o sexo feminino. Para a Venezuela, as mulheres emigraram sempre em maior escala, possivelmente para se juntarem aos respectivos maridos que já estavam neste país. Não conseguimos obter os dados da distinção dos emigrantes do sexo masculino e feminino entre 1969 e 1974.

Elaborámos, também, uma tabela que apresenta o total de emigrantes madeirenses para os dois países que estamos a tratar:

Tabela 5

ANO	PAÍS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1961	Venezuela			1.130
	Brasil			816
1962	Venezuela			1.175
	Brasil			627
1963	Venezuela			908
	Brasil			573
1964	Venezuela			1.115
	Brasil			291
1965	Venezuela			871
	Brasil			118
1966	Venezuela			1.105
	Brasil			71
1967	Venezuela			1.033
	Brasil			191
1968	Venezuela			967
	Brasil			186
1969	Venezuela			737

	Brasil			105
1970	Venezuela			828
	Brasil			46
1971	Venezuela			1.024
	Brasil			18
1972	Venezuela			1.065
	Brasil			16
1973	Venezuela			1.512
	Brasil			45
1974	Venezuela			933
	Brasil			75

Número de emigrantes madeirenses para a Venezuela e para o Brasil de 1961 a 1974.

Fonte: Anuário Estatístico, Instituto Nacional de Estatísticas (INE), 1961-1974.

A nível regional, de 1961 a 1974 as saídas para a Venezuela destacaram-se sempre mais em relação ao Brasil. Os madeirenses optaram, na sua maioria, pelo primeiro país atrás mencionado.

Impõe-se concluir que os portugueses entre 1956 e 1964 partiram mais para as terras brasileiras e desde então até 1974 para a Venezuela. Os madeirenses, especificamente, escolheram, nestas datas, a Venezuela como o principal lugar de destino.

Portanto, o Brasil foi, na década de 50 e inícios dos anos 60, o país de maior destino dos portugueses, mas o mesmo não aconteceu com os madeirenses que, na maior parte das vezes, preferiram a terra dos bolívares.

Capítulo V - Entrevistas.

As entrevistas são fontes primárias importantes, uma vez que nos permitem reforçar qualquer assunto que estejamos a trabalhar. Interessa-nos, evidentemente, saber as vivências de alguns emigrantes madeirenses que partiram para a Venezuela, à procura de melhores condições de vida e de trabalho, para não cumprirem serviço militar ou pelo espírito de aventura.

Manuel Luís Mendes, que trabalhou nos E.U.A. na Estação de caminhos-de-ferro, e Maria Conceição Gomes, doméstica na Madeira, naturais do Seixal, tiveram seis filhos, cinco dos quais emigraram para o Brasil e para a Venezuela e uma filha para Moçambique. Tivemos a oportunidade de entrevistar três dos filhos que estiveram na Venezuela, tentando entender as facilidades e dificuldades de se ser emigrante: Manuel Luís Mendes Júnior, Júlio Luís Mendes e João Romão Mendes. Conversámos, de igual forma, com Tito Gouveia Pinto, também do Seixal, e João Gil Gonçalves de Lima, natural do Porto Moniz.

5.1. Entrevista com Manuel Luís Mendes Júnior a 25/08/2007, no Seixal.

Todos sabemos que muitos madeirenses eram formados com o dinheiro dos familiares que estavam emigrados. É o exemplo de Bernardete Mendes, que estudou para professora primária, e de Júlio Mendes, para capataz agrícola, embora este último não tivesse concluído o curso, cujas formações foram pagas pelo irmão que embarcou para a Venezuela, Manuel Luís Mendes Júnior.

Antes de nos relatar a sua vida como emigrante, Manuel Luís Mendes falou-nos um pouco do ensino da Freguesia onde nasceu, o Seixal. Nos anos 20 e 30, a professora primária era a D.^a Paz, conhecida como sendo dócil e atenciosa para com as crianças. Por sua vez, a D.^a Olinda, professora dos anos 40, induzia os alunos a saírem da escola, devido ao seu ensino rigoroso. Quando decidiu vir para o Funchal, esta última docente foi substituída por outra, também, exigente, a D.^a Estela (finais anos 50, início anos 60). Podemos dizer que utilizava o sistema da ditadura: “lei da reguada ou da palmatória”. Havia alunos com possibilidade de estudarem para além do 4º ano, antiga 4ª classe, mas acabavam por desistir, devido à educação severa das professoras.

Em 1949, Manuel Mendes Júnior decidiu partir para o Brasil, quer pelo seu espírito aventureiro, quer pela vontade de conseguir progredir na vida, uma vez que era fácil emigrar para este país. Começou a trabalhar como condutor particular de um embaixador que, anos depois, em 1956, o ajudou a embarcar para a Venezuela, com uma carta de chamada.

Como muitos madeirenses, e portugueses em geral, Manuel Mendes começou a trabalhar em bares, restaurantes e padarias, por conta de outrem, sujeitando-se a salários baixos e a muitas horas de trabalho, mas as suas ambições fê-lo comprar, em 1958, o bar “Night and Day”, um night-club, em sociedade com dois amigos. Infelizmente, este estabelecimento fracassou, quando o seu melhor cliente foi preso. Era esta a realidade: o Governo venezuelano mandava fechar um negócio se tivesse havido algum desacato.

Durante a ditadura do General Pérez Jiménez (1950-1958), muitos negócios foram fechados e, alguns, demolidos, perante diversas situações, nomeadamente quando o próprio Governo pretendia fazer obras ou quando se verificava alguma morte no respectivo estabelecimento. Manuel Luís Mendes passou, várias vezes, por estes acontecimentos, até decidir trabalhar com um checoslovaco, Tucek Bacova, na *Micas Venezolanas S. A.*, em Valera, em 1963. Contudo, quando a empresa fracassou, Manuel aproveitou o convite de Tucek para uma expedição na selva à procura de ouro e de diamantes, em 1964. Depois de várias controvérsias, o checoslovaco confessou que o que queria era apanhar Hitler, ditador alemão, porque, se isso acontecesse, estava garantido que os israelitas lhe ofereceriam diamantes. Acabaram por suspender a iniciativa, por falta de gasolina.

Apesar deste incidente, este emigrante continuou noutras expedições, em Coroima e no rio claro, à procura de ouro, chegando a montar, em 1965, uma balsa que extraía diamantes, no rio Caroni, embora este investimento não lhe tenha garantido muitos lucros. Ainda sobre este assunto, contou-nos um episódio marcante na sua memória: o mergulhador da sua equipa foi morto e a polícia, para descobrir o culpado, prendeu os 30 mergulhadores que estavam nas balsas e foi soltando um por um, até encontrar o culpado. Foi a primeira vez que a Guarda Nacional se deslocou até às balsas, apesar de nas minas haver sempre disputas entre mergulhadores.

Comprou uma churrascaria e, de forma a motivar a clientela, Manuel Mendes propôs fazer a projecção de slides no exterior da mesma, sendo 10% de propaganda

comercial e o restante de desporto e de cultura. Esta ideia, criticada pelo jornal *El Lutador* e defendida pelo *El Expresso*, não foi aprovada.

Esta rejeição não fez com que desistisse. Continuou a adquirir bares e a vender fatos com o irmão Romão. Esteve preso injustamente e chegou a estar envolvido na política. Inscreveu-se na União Republicana Democrática, para defender “Jovito Presidente”, em certa parte, como revolta e vingança do Governo de Bettencourt, que mandou fechar alguns dos seus negócios. No entanto, o candidato a presidente que defendia acabou por desistir antes das eleições. A desilusão política fê-lo abandonar o partido.

Em 1971, juntamente com Joaquim da Silva e os irmãos, comprou o *El Mirador*, uma churrascaria na cidade de Bolívar. Desta esplanada, avistava-se o rio Orinoco.

Manuel Mendes é o exemplo de um madeirense que, ao regressar à sua terra natal, apostou no desenvolvimento da Ilha. Em 1982, comprou a cervejaria coral, com os seus irmãos e primos, para transformá-la no actual Centro Comercial da Sé. Para tal, foi necessário um despedimento colectivo dos trabalhadores da cervejaria, tarefa difícil, uma vez que os mesmos exigiam certas condições. Em 1986, participou na vedação da Serra do Fanal e, em 1988, encarregou o Arquitecto João Caíres para fazer o anteprojecto de um hotel, também no Fanal.

Manuel Luís Mendes Júnior confessou que, embora houvesse progresso em Caracas, “não é fácil ser emigrante.” Todavia, “o madeirense adapta-se a qualquer lugar e a qualquer circunstância.”

5.2. Entrevista com Júlio Luís Mendes a 25/08/2007, no Chão da Ribeira.

Júlio Luís Mendes estudou até ao segundo ano na Escola Prática Complementar Agrícola do Bom Sucesso, mas duas razões levaram-no a desistir: a Guerra Colonial e a insistência da mãe para que emigrasse para a Venezuela, onde a mesma se encontrava. Ao enviar a carta de chamada, Júlio foi para a Venezuela, em 1964, num barco da Línea C. Disse-nos que, neste barco, havia muitos italianos e que o mesmo era um autêntico recreio, onde, constantemente, se organizavam festas e bailes.

Para ele, “não há país como a Venezuela”, onde começou a trabalhar, durante um ano, como empregado de um bar/restaurante, em Caracas. Logo em seguida, foi para

uma *fuelle de soda*, snack de sandes e sumos, também na capital venezuelana. No entanto, o que lhe trouxe grandes lucros foi a venda de material eléctrico numa loja. Este rendimento fez com que investisse nas minas no interior do país, na região Guayana, juntamente com um irmão. Este madeirense disse-nos que, naquela altura, era hábito aparecer nos jornais de Caracas convites para as minas. Mas, a experiência não foi muito positiva. Para além dos lucros não terem sido muito favoráveis, assistiu, por diversas vezes, à revolta e à morte de vários mergulhadores. Júlio lembrou um episódio que lhe poderia ter sido fatal: depois de tomar banho num rio, apanhou a sua roupa e, nesse instante, foi picado por um escorpião. Para contar a peripécia aos companheiros, pegou no animal e levou-o à cozinha. Foi a mesma que lhe deu um remédio contra o veneno que o animal poderia ter transmitido.

Depois da aventura nas minas, foi com os irmãos para a cidade de Bolívar, onde compraram, em 1971, o negócio “El Mirador”, com uma grande vista para o rio Orinoco. Tinham contrato para dez anos, mas, passados cinco, foram obrigados a sair, sem indemnização. Nesta época, o irmão maioritário, o Jaime, estava na Madeira. A falta de cautela do mesmo poderá ter sido uma possível razão para o encerramento do negócio.

Em 1973, casou na Madeira com uma senhora estudada. Era hábito tal acontecer, porque interessava que a mãe dos seus filhos fosse uma mulher preparada. Depois de casar, Júlio levou a sua esposa para a Venezuela, após a mesma ter tirado o curso de professora. Regressou definitivamente para a sua terra natal, em 1977. Na Madeira, comprou a discoteca “Reflex”, que actualmente está encerrada, com os irmãos. Foi sócio fundador do Centro Comercial da Sé e das “Confecções Romão”.

Júlio Luís Mendes esteve sempre envolvido em negócios, mas desistiu dos mesmos depois de uma grande desilusão: uma filha licenciada faleceu na Venezuela, em 2004.

5.3. Entrevista com João Romão Mendes a 25/08/2007, no Chão da Ribeira.

João Romão emigrou, primeiramente, para o Brasil, em 1950, de barco, depois de lhe ter sido enviada a carta de chamada. Em Santos, foi vendedor numa padaria, mas, após três meses, foi para o Rio de Janeiro, onde começou a trabalhar num bar de bebidas

alcoólicas. Com apenas um mês de trabalho, aconteceu-lhe uma peripécia: foi atropelado por um médico que, em euforia, se tinha graduado nesse dia! Foi o irmão, o Manuel Mendes, que o acudiu.

Depois de um certo tempo de repouso, foi para uma leitaria, no Rio de Janeiro, mas, em seguida, mudou-se para uma padaria, na mesma cidade. O seu dia-a-dia era bastante cansativo, porque tinha de se levantar às três da manhã e de se deitar à meia-noite. Atravessava a cidade a pé para apanhar o eléctrico, uma vez que se o perdesse apenas poderia ir de táxi! Havia, nesta época, uma grande dificuldade em apanhar um transporte no Brasil. Um ponto positivo era, de facto, não haver delinquência.

Romão, a uma dada altura, decidiu mudar de ramo. Procurou na lista telefónica sítios com postos de gasolina. Num deles, falou com o gerente e ficou a trabalhar durante seis anos. Depois, em São Paulo, foi para uma fábrica de colchão de molas. Foi o início da sua inserção no ramo das confecções. Um mês depois, aconteceu-lhe outro acidente: num convívio partiu um braço. Durante três meses teve de deixar de trabalhar. O dinheiro que tinha ganho anteriormente teve de ser bem distribuído, porque, para além do seu sustento, teve de pagar as despesas do hospital. Após a recuperação, comprou um camião de transporte, “studebaker”, para fazer entrega de móveis, durante dois anos.

Este emigrante madeirense esteve oito anos no Brasil, contudo o aumento exagerado da inflação fê-lo mudar de país. Assim, em 1958 embarcou para a Venezuela, com a carta de chamada que lhe tinha sido enviada pelo irmão Manuel Mendes.

Antes de nos contar a sua permanência na Venezuela, João Romão confessou-nos que as ruas do Brasil, à noite, estavam cheias de mulheres. Por essa altura, cobravam cinco cruzeiros. Um dia, por engano, pagou cinquenta! Ainda sobre este assunto, explicou-nos que muitos homens entravam em favelas para se encontrarem com essas prostitutas. Certo dia, a convite de uma mulher, correu esse risco: entrou na favela e dentro da casa da mesma deparou-se com músicas de macumba. Receou essas artes indígenas brasileiras, mesmo assim decidiu continuar por lá.

Em 1960, regressou ao Brasil, onde se casou com uma brasileira. Dessa mulher, teve cinco filhos. Levou-a para a Venezuela, mas, pouco tempo depois, a sua esposa regressou para a terra natal. Embora divorciado, Romão pagou sempre os estudos dos filhos.

Em San Bernardino, nos arredores de Caracas, começou a trabalhar num bar, que não lhe agradou, uma vez que era um negócio nocturno, razão pela qual decidiu mudar para uma empresa, onde vendia electrodomésticos.

Romão Mendes foi-se apercebendo de que havia muita comunidade portuguesa no comércio e na agricultura naquele país. Um dia, assistiu a uma discussão entre dois agricultores, um português e um árabe, porque a roupa que tinham se rasgava com facilidade. Romão sabia que não se tratava da qualidade das roupas, mas da má costura das mesmas. Perante esta situação, e porque via um grande lucro neste negócio, passou a comprar roupa feita e, depois de pedir a uma costureira que fizesse uma dupla costura, vendia a esses agricultores. Satisfeitos com o resultado, acabaram por lhe pedir fatos feitos à medida. A partir 1961, quando já tinha a sua própria fábrica, procurou dedicar-se intensamente ao ramo das confecções. Os grandes rendimentos permitiram que mandasse buscar a mãe e os irmãos.

Em 1988, regressou à Madeira para se casar com uma madeirense do Campanário, de quem tem uma filha. Na Ilha, criou a fábrica “Confecções Romão”, aberta um ano depois da sua chegada, na Avenida Luís de Camões.

Antes de terminarmos a entrevista, João Romão Mendes contou um episódio caricato que lhe aconteceu na Venezuela. Numa ponte deste país, a polícia julgou-o como um guerrilheiro, acabando por cercá-lo com uma pistola apontada na cabeça. Agradece a Deus por ter mantido a calma, porque logo viram que estava inocente. Romão tinha estado numa casa de mulheres e, devido a uma confusão entre bêbados, um deles bateu com o queixo na sua mão, respingando sangue para a sua camisa. Na altura, vendia roupa e, para não entrar no hotel, onde estava hospedado, com marcas de sangue, optou por mudar a camisa dentro do carro. Alguém deve ter-se apercebido disso e, julgando que era um guerrilheiro, fez queixa à polícia. Tudo não passou de um engano, todavia aquele momento ficou marcado na sua vida.

5.4. Entrevista com Tito Gouveia Pinto a 25/08/2007, no Seixal.

Em 1948, Tito Pinto emigrou para a Venezuela, num barco polaco, com apenas 18 anos, sem habilitações, acompanhado por uma carta de chamada do tio Henrique. Mais tarde, fez o mesmo, ou seja, enviou a carta de chamada a duas irmãs e a muitas pessoas

da Freguesia de São Martinho, onde o seu pai tinha uma grande propriedade. Não foi a necessidade que o fez emigrar, porque os seus pais eram abastados, possuíam propriedades entre o Seixal e a Ponta do Pargo. No entanto, como não sabiam gerir as mesmas, Tito Pinto tinha vontade de ter os seus próprios negócios.

Apesar da distância, manteve sempre o elo familiar. Enviava dinheiro para os estudos de dois irmãos: um irmão, que enveredou pela área de Engenharia, e uma irmã, que se formou para professora.

Este emigrante começou a trabalhar, em Caracas, num restaurante, como ajudante de cozinha e servindo ao balcão, durante dois meses. Ainda na capital venezuelana, trabalhou seis meses numa frutaria e três anos numa padaria, onde era distribuidor por conta própria. Acabou por vender a sua parte por 60.000 bolívares.

Após uma paragem de um ano, Tito comprou um negócio com mercearia, bar e frutaria, no Paraíso, com Francisco Pereiro, e um *abasto* no Silêncio. É de notar que o Paraíso e o Silêncio são consideradas zonas ricas, daí ter obtido bons lucros. Adquiriu, igualmente, quatro parcelas de um apartamento de praia na Baía de Cata, no Estado Aragua, e investiu num supermercado, na Central Baralt.

Os seus investimentos não se limitaram à Venezuela. Na Madeira, comprou uma propriedade no Porto Novo, porque o antigo proprietário foi acusado de ter feito a casa com material roubado do Aeroporto. Trata-se de um autêntico casarão, conhecido por “casa de massagem”. Em termos de dimensão, corresponde, aproximadamente, a quatro ou cinco casas.

Tito Pinto nunca esteve envolvido na política. Todavia, tem consciência de que o General Pérez Jiménez foi o melhor Presidente da Venezuela. Nessa altura (1950-1958), não havia assaltos. Recorda-se de ter deixado um negócio aberto por duas vezes e, no dia seguinte, estava intacto. Durante este mandato, houve evolução e modernização. Em contrapartida, não se verificava esta euforia em Portugal, com Salazar. Confessou que um dos momentos que mais lhe impressionou na Venezuela foi, precisamente, a queda do General Pérez Jiménez, porque a partir de 1958, com Bettencourt no poder, a Venezuela transformou-se num país de assaltos.

Antes de concluirmos a nossa entrevista, este madeirense contou que, nos finais dos anos 50, assistiu a um tremor de terra, em Caracas, onde morreu mais de uma centena de pessoas. Nesse momento, estava no negócio e manteve-o aberto, apesar de

terem caído algumas coisas. Com uma nova réplica, decidiu fechar o negócio e voltar no dia seguinte.

Tito Gouveia Pinto é o exemplo de um emigrante bem sucedido da Ilha da Madeira, na medida em que soube investir em diversos empreendimentos na Venezuela e na sua terra natal.

5.5. Entrevista com João Gil Gonçalves de Lima a 20-01-2008, no Seixal.

João Gil Gonçalves de Lima, natural do Porto Moniz, passou a sua infância no Seixal. Tem cinco irmãos, quatro dos quais foram para o Brasil e um nunca emigrou. A sua mãe era doméstica e o seu pai fazia aguardente secretamente, o chamado alambique, porque era proibido. Apesar de o engenho do Winton ter a concessão exclusiva do fabrico da aguardente, este emigrante garantiu-nos que, mesmo assim, “as pessoas do Seixal eram bem sabidas, na medida em que arranjavam forma de fabricá-la e de vendê-la sem ninguém saber.”

Emigrou a 1 de Agosto de 1955, com 17 anos, para a Venezuela, por razões económicas, com uma carta de chamada enviada pelo tio Arlindo. Recorda-se que passou a viagem maldisposto. Foi no Vera Cruz, na última viagem que este barco fez para a Venezuela. Chegou no dia 8 de Agosto.

Começou a trabalhar numa padaria de um madeirense, em Caracas. Esteve apenas durante uma semana, uma vez que tinha de dormir no chão do estabelecimento, facto que acontecia a muitos emigrantes madeirenses.

Seguidamente, foi para São Lázaro, em Caracas, para um negócio de “mujeres malas”, como nos disse, onde fazia a cama dos quartos. Quando o negócio fechou, João Lima optou por continuar a trabalhar neste mesmo ramo, desta vez no negócio de um madeirense, numa espécie de cabaret, onde arrumava os quartos e servia à mesa. Esteve durante dois anos, mas nunca conseguiu poupar dinheiro, porque ia gastá-lo noutros cabarets.

A uma certa altura, decidiu vender roupa pelas fazendas a agricultores, sobretudo a portugueses, com João Romão Mendes, já referido no nosso trabalho. Os lucros neste ramo permitiram-lhe abrir um negócio próprio, onde vendia fardas para restaurantes, em Caracas, mais propriamente em Coche.

Revelou-nos que, em 1962, decidiu casar-se com uma madeirense, natural do Funchal, que vivia na Venezuela, porque “estava a ficar mal encaminhado.” A sua esposa, nessa altura, era costureira. Quando foi pedi-la em casamento, tinha apenas 500 bolívares. Em seis meses, ganhou dinheiro suficiente para se casar e para alugar um apartamento.

Sempre que podia, enviava dinheiro aos seus familiares que estavam no Brasil e na Madeira. Mandou construir uma casa para uma irmã, no Seixal. Os seus pais, que moravam na casa do seu avô materno, foram obrigados a emigrar para o Brasil, quando este último decidiu vendê-la.

João Gil narrou um dos episódios mais marcantes na sua vida de emigrante. Num certo dia, ao chegar a casa do trabalho, foi raptado numa carrinha, de marca *Toyota*, por dois homens e uma mulher. Ao tentar fugir, ameaçaram-lhe de morte, chegando um mesmo a disparar, sem atingi-lo. Recorda-se de pedir aos raptadores que não o matassem porque tinha três filhos na altura, ao qual um lhe respondeu “nós sabemos que tens três filhos.” Uma pessoa que estava na rua apercebeu-se de que algo se passava e avisou as autoridades. A polícia teve de disparar para os pneus da carrinha. Felizmente, não passou de um susto.

Nem sempre a vida é como se espera ou se deseja. Muito emocionado, disse-nos que uma filha faleceu no ano 2000, com 19 anos, com uma bactéria oriunda de África. Foi a terceira pessoa a falecer com esta doença na Venezuela. Cinco anos depois, faleceu um filho, com 35 anos, de um enfarte. Era Engenheiro Electrónico.

Sem nunca ter sido ajudado por ninguém, João Gil Gonçalves de Lima passou por muitas dificuldades, até conseguir estabilizar na vida. Actualmente, tem um apartamento nas Virtudes que empresta aos amigos quando vêm à Ilha da Madeira. Sente-se bem em ajudar os outros.

Capítulo VI - Anúncios.

Decidimos incluir, no nosso trabalho, um capítulo sobre os anúncios, relacionados com o tema da emigração para a Venezuela, que fomos encontrando ao longo da nossa pesquisa, nos periódicos *Diário de Notícias*, *O Jornal* e *Jornal da Madeira*. São informações dos barcos, das despedidas e dos casamentos dos emigrantes, das romarias, das partidas e das chegadas dos madeirenses da Venezuela, um leque de situações que nos permite ver a dimensão que o tema da emigração ocupava na imprensa.

6.1. Barcos.

O anúncio de barcos, e das suas respectivas agências, era uma das formas de incentivar os emigrantes a viajarem para diversos países.

A partir de meados da década de 40, fase em que os madeirenses começaram a emigrar em maior escala para a Venezuela, as agências passaram a anunciar as suas viagens para este país, por barco ou por avião. A primeira referência nos periódicos *Diário de Notícias* e *O Jornal* da partida para este país latino-americano é de Janeiro de 1945, pela Agência João Batista Fernandes:

América do Norte, Venezuela, Cabo, etc.

Todos os senhores que receberam CARTAS DE CHAMADA para a América e queiram embarcar por esta Agência devem vir quanto antes se informarem dos documentos que necessitam adquirir e marcar passagem.

*Agência João Batista Fernandes
Largo dos Varadouros, 5 e 7.²¹⁰*

América do Norte:

Para requerer a entrada na América, ou quem espere CARTA DE CHAMADA para aquele país, queira vir quanto antes a esta agência, onde recebe todas as explicações necessárias.

Venezuela:

Trata-se de toda a documentação para entrada neste país, no mais curto prazo de tempo, na Agência de

João Batista Fernandes

Largo dos Varadouros 5-7.²¹¹

²¹⁰ - *DN*, 08-01-1945, p.2.

²¹¹ - *O Jornal*, 28-01-1945, p.2.

A partir de então, começam a surgir anúncios de outras agências que comprovam que, nessa altura, já havia viagem directa da Madeira para a Venezuela:

Emigração para Venezuela

O agente de passagens e passaportes Joaquim Marquez Ferraz Simões, proprietário da Agência Ferraz à Rua da Alfândega, 88, pede a todos os passageiros que se haviam inscrito na sua agência, mas que não tenham comparecido na semana finda, o favor de virem QUANTO ANTES decidir se querem ou não aproveitar a próxima VIAGEM DIRECTA DA MADEIRA, em vapor português, a sair na segunda quinzena do mês corrente, devendo vir munidos do Bilhete de Identidade e caderneta ou rressalva militar, aqueles que não trouxeram ainda estes documentos.²¹²

Agência Dantas de João Soares Dantas

Pede aos passageiros inscritos nesta agência para Venezuela o favor da sua comparência, a fim de ultimar a sua documentação para o embarque a se efectuar no paquete Quanza, esperado na 1ª quinzena de Agosto próximo em viagem directa para Venezuela.²¹³

Os anúncios de avião também eram mencionados:

Viajantes de avião para Venezuela

Avisa-se a quem pretende seguir para Venezuela, via Lisboa, partindo do Funchal nos barcos-voadores da Aquila, que a nossa agência está habilitada oficialmente a vender passagens do Funchal para a Venezuela, garantindo aos interessados os vistos dos passaportes em Lisboa, dentro de 24 horas, e assegurando a hospedagem e permanência na capital, grátis, desde a chegada até à partida dos aviões.

Inscrições nos agentes no Funchal da Aquila Airways, Agência de transportes aéreos da Madeira, Rua da Alfândega 33, telefone 1607 e 535.²¹⁴

Esta companhia, Aquila Airways, chegou, mesmo, a publicar as fotografias de alguns emigrantes madeirenses aquando da sua chegada à Venezuela:

²¹² - DN, 04-06-1945, p.2.

²¹³ - DN, 06-07-1945, p.2.

²¹⁴ - DN, 10-01-1950, p.4.

Anúncio 7



Grupo de madeirenses que chegaram a Venezuela, por via aérea, embarcados por intermédio da Agência da Aquila Airways, no Funchal.

Grupo de madeirenses que chegou à Venezuela pela Agência “Aquila Airways” in *O Jornal*, 06-04-1950, p.4.

A década de 50 é marcada pelo desenvolvimento da navegação. A concorrência começou a ficar forte e cada vez mais eram divulgados anúncios de viagens em transatlânticos ou por avião para a Venezuela:

Anúncio 8



PARA
VENEZUELA e CURAÇAU
O transatlântico
“Irpinia”
ESPERADO A 13 DE FEVEREIRO
(TEM AINDA BASTANTES LUGARES)
Os Agentes no Funchal :
MANUEL DOS PASSOS FREITAS & Ca. Lda.
RUA ANTONIO JOSE DE ALMEIDA, 2 a 8 - TELEFONES 2130-535



Para **VENEZUELA**
O rápido paquete italiano
“SURRIENTO”
EM 23 DE JANEIRO
e 25 DE FEVEREIRO
nas suas viagens regulares para: LA GUAYRA, via Tenerife
escalando depois TRINIDAD, BARBADOS e ST. KITTS
Dispõe de bastantes lugares, em excelentes acomodações.
SEM QUALQUER AUMENTO DE PREÇOS.
Agente no Madeira:
“AGENCIA FERRAZ”
JOAQUIM M. FERRAZ SIMÕES
RUA DA S. S. 24
e Rua do Bettencourt, 12 (Arcadas frente ao Bazar do Povo)
Telefones, 1700 e 652.

Viagens de barco para a Venezuela in *DN*, 23-01-1957, p.3.

Anúncio 9



Viagens de avião para a Venezuela in DN, 21-06-1953, p.6.

Perante a multiplicidade de agências, optava-se, muitas vezes, por reduzir as tarifas, para motivar os emigrantes:

*Carreiras aéreas da K.L.M para Venezuela e Curaçau
Apreciável redução das tarifas*

De acordo com o anúncio inserto hoje noutra parte do nosso diário pelos Srs. João de Freitas Martins Lda., os preços dos passageiros nos aviões da K.L.M, para Venezuela e Curaçau, foram sensivelmente reduzidos, passando a vigorar as seguintes tarifas:

*Lisboa – Caracas, Curaçau ou Arruba – Esc. 13,651\$00
Lisboa – Maracaibo ou Barranquilla – Esc. 14,428\$50*

Como se sabe, a K.L.M é uma das mais importantes companhias de aviação, dispondo de potentíssimas aeronaves, cuja segurança e comodidade as tornam, justificadamente, preferidas.²¹⁵

A companhia Grimaldi, tendo em atenção servir o mais economicamente possível os passageiros que da Madeira embarcam para Venezuela, e como estes, de futuro, são sobrecarregados com a despesa de ir a Lisboa tirar o respectivo passaporte [visto consular], resolveu baixar de 6.943\$00 para 6.612\$00 o preço das passagens desta ilha para aquele país, tendo dado instruções neste sentido aos seus agentes no Funchal, M. Passos Freitas & C.²¹⁶

²¹⁵ - DN, 26-01-1950, p.1.

²¹⁶ - DN, 07-07-1951, p.8.

Para além dos preços das viagens, o emigrante tinha em conta a segurança e a rapidez do navio. Uma mais valia seria se contemplasse algumas características portuguesas, por exemplo, no atendimento e na alimentação. As agências realçavam estes aspectos:

*Estes navios (Sitmar – Societa Italiana Transporti Maritimi) têm comida à portuguesa, sendo também dos mais rápidos destas ilhas, com todas as garantias de segurança e bem-estar dos passageiros.*²¹⁷

*Uma viagem maravilhosa para a Venezuela ao vosso alcance se... preferir o melhor navio desta linha, o mais rápido, o mais confortável, aquele que vos oferece: serviço, criados e alimentação portuguesa – Caribia transatlântico esperado a 10 de Setembro.*²¹⁸

Para termos uma noção dos barcos que os emigrantes portugueses viajaram para a Venezuela, elaborámos três tabelas, divididas pelas décadas de 40, 50 e 60. Não incluímos os anos 70, uma vez que estamos a trabalhar até 1974, pelo que julgamos que ficaria muito incompleto. Nestas tabelas, mencionámos a agência, o nome do navio e a companhia a que pertencia. Não encontramos nenhuma informação antes de 1945:

ANOS 40

Tabela 6

AGENTE	BARCO/ AVIÃO	NOME	COMPANHIA
1945			
Agência Alfredo Marques Ferraz			
Agência Silvino Teixeira			
Agência João Batista Fernandes			
Agência João Soares Dantas	Paquete	<i>Quanza</i>	
Blandy Brothers & C^a. Lda.	Vapor	<i>Carvalho Araújo</i>	Empresa Insulana de Navegação
	Vapor	<i>S. Tomé</i>	
	Vapor	<i>Marquez de Comillas</i>	
A partir de 1946			

²¹⁷ - DN, 10-05-1956, p.5.

²¹⁸ - DN, 29-08-1966, p.6.

João de Freitas Martins Lda.	Vapor	<i>Stuyvesant</i>	K.N.S.M
	Vapor	<i>Cottica</i>	K.N.S.M
	Avião		K.L.M – Companhia Real Holandesa de Aviação
	Avião		T.W.A- Trans World Airlines
Blandy Brothers & C^a. Lda.	Vapor	<i>Jagiello</i>	Gydnia América Line
	Vapor	<i>Argentina</i>	Home Lines
	Avião		PAA – Pan American World Airways
	Avião		TWA – Trans World Airlines
	Avião		BEA – British European Airways BSAA – British South American Airways
Veiga França & C^a. Lda.	Avião		PAA – Pan American World Airways
Agência Ferraz	Vapor	<i>Marques de Comillas</i>	
	Avião		PAA – Pan American World Airways
	Avião		Panair do Brasil (frota dos bandeirantes)

Agente, meio de transporte e companhia de 1945 a 1949 para a Venezuela.

Fonte: DN e JM.

ANOS 50

Tabela 7

Agência Ferraz – Joaquim M. Ferraz Simões	Paquete	<i>Napoli</i>	Flotta Lauro
	Paquete	<i>Surriento</i>	Flotta Lauro
	Avião		PAA – Pan American World Airways
	Avião		Aerovias Guest – A rota do sol
Agência João de Freitas Martins Lda.	Vapor	<i>Amerigo Vespucci</i>	Itália – Societa Anonima do Navigazione

	Navio	<i>Marco Pólo</i>	Itália – Societa Anónima do Navigazione
	Navio	<i>Antoniotto Usodimare</i>	Itália – Societa Anónima do Navigazione
	Navio	<i>Leme</i>	Itália – Societa Anónima do Navigazione
	Navio	<i>Conte Biancamano</i>	Itália – Societa Anónima do Navigazione
	Vapor	<i>Oranjestad</i>	K.N.S.M
	Vapor	<i>Boskoop</i>	K.N.S.M
	Vapor	<i>Willemstad</i>	K.N.S.M
	Paquete	<i>Vera Cruz</i>	C.C.N – Companhia Colonial de Navegação
	Paquete	<i>Serpa Pinto</i>	C.C.N – Companhia Colonial de Navegação
		<i>Pátria</i>	C.C.N – Companhia Colonial de Navegação
	Transatlântico	<i>Santa Maria</i>	C.C.N – Companhia Colonial de Navegação
	Avião		K.L.M – Companhia Real Holandesa de Aviação
Blandy Brothers		<i>Hildebrand</i>	Boothline
		<i>Hubert</i>	Boothline
		<i>Hilary</i>	Boothline
		<i>Luciano Manara</i>	Societa Italiana di Armamento – Sidarma Italnavi
	Navio	<i>Francesco Morosini</i>	Societa Italiana di Armamento – Sidarma Italnavi
	Vapor	<i>Andrea Gritti</i>	Societa Italiana di Armamento – Sidarma Italnavi
	Vapor	<i>Sobieski</i>	Gydnia – América Line
		<i>Misr</i>	Compagne Générale Transatlantique
	Vapor	<i>Carvalho Araújo</i>	Empresa Insulana de Navegação
	Paquete	<i>Argentina</i>	Home Lines
	Avião		PAA – Pan American World Airways
	Avião		TWA – Trans World Airlines
	Avião		BOAC – British Overseas Airways

			Corporation
	Avião		BEA – British European Airways BSAA – British South American Airways
Manuel dos Passos Freitas & C^a. Lda.	Paquete	<i>Ravello</i>	Flotta Lauro
	Paquete	<i>Olímpia</i>	Flotta Lauro
	Transatlântico	<i>Napoli</i>	Flotta Lauro
	Transatlântico	<i>Irpinia</i>	Sícula Oceânica S.A
	Transatlântico	<i>Venezuela</i>	Sícula Oceânica S.A
	Transatlântico	<i>Ascania</i>	Sícula Oceânica S.A
	Paquete	<i>Franca C</i>	Línea C
	Transatlântico	<i>Anna C</i>	Línea C
	Transatlântico	<i>Bianca C</i>	Línea C
	Paquete	<i>Castel Bianco</i>	Sitmar – Societa Italiana Trasporti Maritimi
	Paquete	<i>Castel Felice</i>	Sitmar – Societa Italiana Trasporti Maritimi
	Vapor	<i>Castel Verde</i>	Sitmar – Societa Italiana Trasporti Maritimi
	Transatlântico	<i>Lucania</i>	Fratelli Grimaldi – Armatori
	Vapor	<i>Auriga</i>	Fratelli Grimaldi – Armatori
	Paquete	<i>Urania II</i>	Fratelli Grimaldi – Armatori
	Paquete	<i>Portugal</i>	Compagnie Agenzie Maritime e Armatoriali – Génova
	Paquete	<i>Centauro</i>	
	Transatlântico	<i>Fides</i>	
	Avião		
Veiga França & C^a.	Avião		
Agência Aquila Airways	Avião		
Agência António Tomé de Oliveira	Avião e Barco		
AVE – Aerovias-Venezuela-Europa	Avião		
Agência Mundial de	Avião e Barco		

Viagens			
Agência Universo	Avião e Barco		

Agente, meio de transporte e companhia na década de 50 para a Venezuela.

Fonte: DN e JM.

ANOS 60

Tabela 8

Agência Ferraz	Paquete	<i>Surriento</i>	Flotta Lauro
	Navio	<i>Roma</i>	Flotta Lauro
	Navio	<i>Sydney</i>	Flotta Lauro
	Transatlântico	<i>Federico C</i>	Línea C
	Transatlântico	<i>Andrea C</i>	Línea C
	Transatlântico	<i>Enrico C</i>	Línea C
	Avião		IATA – ASTA – FIAV
Agência João de Freitas Martins Lda.	Navio	<i>Antoniotto Usodimare</i>	Itália Line
	Transatlântico	<i>Verdi</i>	Itália Line
	Transatlântico	<i>Rossini</i>	Itália Line
	Transatlântico	<i>Donizette</i>	Itália Line
		<i>Pátria</i>	C.C.N – Companhia Colonial de Navegação
	Transatlântico	<i>Santa Maria</i>	C.C.N – Companhia Colonial de Navegação
Blandy Brothers	Avião		
Manuel dos Passos Freitas & C^a. Lda.	Transatlântico	<i>Venezuela</i>	Grimaldi – Siosa Line
	Transatlântico	<i>Irpinia</i>	Grimaldi – Siosa Line
	Transatlântico	<i>Ascania</i>	Grimaldi – Siosa Line
	Transatlântico	<i>Caribia</i>	Grimaldi – Siosa Line
	Transatlântico	<i>Anna C</i>	Línea C
	Transatlântico	<i>Bianca C</i>	Línea C
	Transatlântico	<i>Andrea C</i>	Línea C
	Transatlântico	<i>Provence</i>	Línea C
	Transatlântico	<i>Federico C</i>	Línea C
	Avião		
VIASA – Venezolana Internacional de Aviacion, S.A	Avião		

Agente, meio de transporte e companhia na década de 60 para a Venezuela.

Fonte: DN e JM.

6.2. Despedidas.

Sempre que partiam, muitos emigrantes mandavam publicar a sua despedida nos periódicos, por não terem tido tempo de fazê-lo pessoalmente, a todos os familiares, amigos ou colegas de trabalho:

Anúncio 10

Despedida
Gabriel Gomes Pestana, operário da Casa Hinton, despede-se por este meio, de todos os seus patrões, empregados, colegas e rapazes amigos, bem como da simpática Banda Municipal do Funchal, oferecendo os seus préstimos em Venezuela, para onde parte hoje, Funchal, 12 de Setembro de 1945.
1436

Despedida
Maria da Glória Sardinha, embarcando para os Estados Unidos de Venezuela, onde vai juntar-se ao seu marido, vem, por este meio, despedir-se de todos as pessoas de família e amizade, oferecendo os seus limitados préstimos naquela república.
B448

DESPEDIDA
João Fernandes de Gouveia e mulher Maria Rosa Fernandes, ele comerciante e ela doméstica, residentes no sítio da Quinta, da freguesia do Caniço, ausentando-se hoje para a República da Venezuela no navio «Irpínia» e sendo-lhes impossível como era o seu desejo despedir-se pessoalmente de todas as pessoas das suas relações e amizade, vêm por este meio o fazer, oferecendo os seus modestos préstimos naquele país.
(Ass.) João Fernandes de Gouveia
Maria Rosa Fernandes

Despedidas de madeirenses que embarcaram para a Venezuela in DN 12-09-1945, p.4, DN 13-02-1953, p.2 e DN 07-05-1968, p.6.

Encontrámos despedidas de homens ou mulheres que partiam sozinhos, assim como de casais que, juntos, iam tentar melhor sorte na Venezuela.

Nem todos se limitavam a publicar um simples adeus. Havia quem ainda pensasse em fazê-la com um verso. Temos o exemplo de Adolfo de Andrade:

*Adeus, boa rapaziada,
Não me despedi de ninguém
Quem parte leva saudades,
Quem fica saudades tem.*²¹⁹

6.3. Partidas e Chegadas.

A partida e a chegada de um barco eram referidas, igualmente, nos periódicos. Dizia-se o nome do barco e, ainda, a estimativa ou o número exacto de emigrantes:

*No Urânia II são esperados de Curaçau e Venezuela 35 madeirenses.*²²⁰

*No paquete português Santa Maria são esperados de Venezuela, na próxima sexta-feira, 251 madeirenses na sua maioria em visita a suas famílias.*²²¹

²¹⁹ - DN, 06-04-1945, p.2.

²²⁰ - DN, 01-03-1952, p.2.

²²¹ - DN, 19-05-1965, p.4.

No vapor italiano Luciano Manara seguem hoje para Venezuela algumas dezenas de emigrantes madeirenses.²²²

6.4. Anúncios para casamento.

Os madeirenses desde cedo emigraram para a Venezuela, mas, apesar disso, muitos não constituíram família com venezuelanas.

Depois de alguns anos de trabalho, e talvez de perdições, mandavam publicar anúncios a fim de encontrarem senhoras madeirenses, educadas e inteligentes, que quisessem casar. Alguns solicitavam fotografia, pois a aparência também contava para estes emigrantes solteiros.

Temos três exemplos desses anúncios, onde o emigrante madeirense destacava que era um comerciante bem sucedido na Venezuela:

Anúncio 11

<p>CASAMENTO Cavalheiro com menos de trinta anos, comerciante estabelecido em Venezuela, educado, completamente livre, deseja conhecer senhora de 20 a 30 anos, para fins matrimoniais, afim de juntar-se nessa República. Sômente interessa solteira ou viuva, honesta e inteligente. Indicar condições em que vive. Referências mútuas. Escrever a : MADEIRENSE Apartado 426—Caracas—VENEZUELA</p>	<p>Casamento Madeirense residente na Venezuela, de 23 anos de idade, pretende corresponder-se com senhora de boas famílias, para fim matrimonial. Solicita fotografia, a qual será devolvida no caso do seu propósito ser frustrado. Escreva a: A. C. G. FREITAS Supermercado Claret Frente Avenida Los Castaños — Frente Casa Cuna Cruz Roja Caracas (Venezuela)</p>	<p>Casamento Desejo relacionar-me com senhora madeirense para fim matrimonial. Nasci na Madeira há 22 anos e vivo presentemente na Venezuela, onde adquiri alguns meios de fortuna. Dirigir cartas a José António dos Santos Avenida Principal de Mariperez Edificio Samar Local 3 Caracas (Venezuela)</p>
--	---	--

Casamento por anúncio de comerciantes madeirenses na Venezuela in DN 17-07-1949, p.2, DN 05-07-1956, p.5 e DN 06-09-1957, p.2.

Encontrámos um anúncio de um filme que define, claramente, o casamento por procuração, pleno de ilusões e enganos:

²²² - DN, 27-02-1951, p.4.

Anúncio 12



Anúncio do filme “Sereia do Mississippi”: casamento por anúncio
in DN, 06-04-1970, p.2.

Grande parte dos emigrantes regressava à Ilha para casar com meninas instruídas da sua aldeia, principalmente que estudavam no Colégio Santa Teresinha, porque isso dava melhor projecção, perante os compatriotas na Venezuela. As mães, com receio de que ficassem mal encaminhadas, preferiam pagar a pensão e a mensalidade do Colégio a deixarem que as filhas estudassem numa escola pública, no Liceu.

Apesar de haver uma discrepância a nível cultural, muitas professoras primárias casavam com emigrantes que apenas tinham a 4ª classe ou até menos. O emigrante não necessitava de tentar conquistar a rapariga, na medida em que ela já se aliciava com as notícias de que na Venezuela as coisas corriam bem. Ele apenas tinha de pedir a mão em casamento aos pais.

Perante esta situação, Salazar, nos anos 60, ordenou que as funcionárias públicas se casassem, somente, com funcionários públicos, pois, caso contrário, seriam despedidas. Era uma forma de travar a partida das mesmas com emigrantes com pouca escolaridade. A partir de então, muitas raparigas, que estavam a estudar durante dois ou três anos no Magistério Primário, casavam por procuração antes de obter o grau

académico. Neste caso, após a sua formação, poderiam entrar, logo a seguir ou depois de alguns anos de estadia na Venezuela, na função pública.

Muitas raparigas deixavam os seus antigos namorados para casarem com emigrantes ricos que chegavam para organizar os arraiais da aldeia. Isso motivou as jovens estudantes que começavam a visualizar a possibilidade de uma vida de luxo. Todavia, nestes casamentos, muitas mulheres ficaram desiludidas, pois apenas conheciam o marido quando, depois de casadas, embarcavam para se juntarem a ele.

6.5. Pedidos de casamento.

Os pedidos de casamento de importantes comerciantes na Venezuela, sobretudo em Caracas, a mulheres madeirenses eram publicados nos periódicos:

Anúncio 13

PEDIDO DE CASAMENTO

Foi pedida há dias em casamento, para o sr. João Pestana de Sousa, activo comerciante em Caracas, Venezuela, filho do sr. Augusto Pestana de Sousa e da sra. D. Matilde da Silva Brito, já falecida, a sra. D. Maria Arlete Diniz da Silva, gentil filha do sr. João Gomes da Silva Junior e da sra. D. Maria da Conceição Diniz, proprietários em Câmara de Lobos.

Aos simpáticos noivos ambicionamos um futuro risonho e pleno de venturas.

PEDIDO DE CASAMENTO

Pelo conceituado comerciante em Caracas, Venezuela, sr. Laurindo Cirilo Rodrigues, filho do sr. António Rodrigues e de sua esposa sra. D. Antónia Conceição Rodrigues, foi há dias pedida em casamento a sra. D. Maria Agueda de Freitas Gomes, prendada filha do comerciante também naquela cidade e abastado proprietário em São Martinho, sr. João Gomes e de sua esposa, sra. D. Maria Natália de Freitas Gomes.

Ambicionamos ao futuro lar, que se compõe de dois jovens que desfrutam de gerais simpatias no meio das suas relações, as maiores felicidades.

Pedidos de casamento de importantes comerciantes madeirenses na Venezuela a senhoras madeirenses *in DN*, 26-08-1956, p.2 e *DN*, 14-07-1963, p.2.

6.6. Casamentos na Igreja.

Anunciavam-se, identicamente, os casamentos, na Ilha da Madeira, de madeirenses com importantes comerciantes da Venezuela que regressavam com o intuito de casar ou que eram representados pelo pai da noiva:

Anúncio 14

CASAMENTOS

Na igreja paroquial de Santo António realizou-se no último sábado, pelas 17 horas, o enlace matrimonial da sra. D. Angela Maria Ferreira Dias, gentil filha do sr. José Dias, comerciante da nossa praça, e de sua esposa, sra. D. Maria Ascensão Ferreira Dias, com o sr. Manuel da Silva Tabú, comerciante na Venezuela.

Lançou as bênçãos nupciais, o Vigário daquela paróquia, Rev. Padre Dr. João Gouveia da Conceição, imprimindo-se a maior solenidade ao ritual litúrgico com a comunhão dos nubentes sob as duas espécies.

Paraninaram o acto, por parte da noiva, o sr. João da Silva, Delegado da Companhia de Seguros Mundial, e sua esposa, sra. D. Maria da Graça Teles Silva, e, por parte do noivo, sua irmã, sra. D. Teresa Tabú Leça e marido, sr. Juvenal Leça, cabo da Guarda Fiscal.

O noivo foi representado pelo pai da noiva.

Depois da cerimónia religiosa, realizou-se um abundante copo-de-água na residência dos pais da noiva a que assistiram, além dos familiares, numerosas pessoas do seu convívio social.

Ao novo lar, que se constitui sob os melhores auspícios, dirigimos os nossos cumprimentos de felicitação, com desejos de um futuro risonho.

A noiva segue em breve para Caracas a fim de juntar-se a seu marido.

TABUA, 2.

CASAMENTO

Na igreja paroquial desta freguesia, realizou-se ontem, 1 do corrente, o enlace matrimonial da sra. D. Maria Cesarina Figueira de Gouveia, gentil filha do sr. Alfredo Agular de Gouveia e da sra. D. Maria do Monte Figueira dos Santos, abastados proprietários nesta localidade, com o sr. José Cornélio de Andrade, importante comerciante em Caracas.

Ao acto religioso que teve lugar às 17 horas, presidiu o Rev. Padre Francisco Barros e Sousa, benquisto pároco desta freguesia.

No sábado à noite, na residência da noiva foi oferecido um fino «copo de água», e no Domingo após o acto religioso, um lauto jantar a toda a família e aos convidados. A festa que decorreu em ambiente de alegria, foi abrilhantada pela banda de música da Ribeira Brava.

Na corbela da noiva viam-se lindas e valiosas ofertas.

Ao novo lar que em breve segue para o Continente, desejamos as maiores felicidades.

Casamentos de importantes comerciantes madeirenses na Venezuela a senhoras madeirenses na Ilha da Madeira in DN, 06-07-1971, p.2 e DN, 03-09-1963, p.5.

6.7. Romarias.


O madeirense é, por norma, crente. Emigra, mas não esquece a sua pátria natal. Encontrámos muitos anúncios de emigrantes madeirenses que, em visita às suas famílias, eram os festeiros de diversas festividades, como a da Virgem de Coromoto, padroeira da Venezuela, celebrada em Câmara de Lobos:

Convite

para a imponente festividade
da Excelsa Padroeira de Venezuela

Virgem do Coromoto

Realizando-se na próxima segunda-feira, 2 de Agosto, a festividade da Virgem do Coromoto, excelsa padroeira de Venezuela, na igreja paroquial de Câmara de Lobos, a Comissão promotora



VIRGEN DE COROMOTO

dessa solenidade, srs. João Rodrigues de Aguiar, Sebastião Abreu dos Santos e José Rodrigues de Aguiar, convida, por este meio, todos os madeirenses que viviam em Venezuela e que presentemente se encontram na Ilha da Madeira, a que tomem parte nesta festa.

A missa solene terá lugar pelas 12 horas, com sermão pelo mui Rev.º Cônego Manuel Pombo Fernandes.

A procissão está marcada para as 17 horas e nela tomam parte os madeirenses que vieram de Venezuela de visita à sua terra natal.

Todos os principais aspectos desta Festa da Virgem do Coromoto serão filmados, em colorido, para serem exibidos na Casa da Madeira, em Caracas.

Abrilham a festa os apreciados fogos pirotécnicos da Fábrica Jorge Caldeira. A igreja e o arraial apresentam os mesmos enfeites da imponentíssima festa do Santíssimo Sacramento que tem lugar no domingo próximo.

Convite para a festividade da Virgem de Coromoto, Padroeira da Venezuela, na Igreja Paroquial de Câmara de Lobos in DN, 28-07-1954, p.4.

A maior parte destes anúncios fazia alusão à festa em questão com a imagem da Santa dessa mesma festividade. Havia, no entanto, festeiros que preferiam publicar a sua fotografia:

A grande festa do Domingo do Senhor em Câmara de Lobos



A imponente festividade do Santíssimo Sacramento, na freguesia de Câmara de Lobos, vai realizar-se com invulgar brilhantismo nos dias 31, do corrente mês e 1 de Agosto, próximo.

Essa esplendorosa festividade é promovida pelo sr. Sebastião Abreu dos Santos, importante comerciante e proprietário em Venezuela. Este senhor encontra-se na Madeira, com sua esposa, sr.^a D. Rosa Mercê Abreu dos Santos, com o fim de assistir à festa que celebra em honra da Divina Eucaristia.

As solenidades religiosas compreendem os seguintes actos: «Té-Deum» solene, com sermão pelo mui Rev.^o Padre Antó-

nio Pinto da Silva, zeloso pároco da freguesia, que terá lugar pelas 20 horas.

Missa solene, no domingo, pelas 12 horas. Ao Evangelho, far-se-á ouvir de sermão um dos mais belos e insignes oramentos do púlpito madeirense, mui Rev.^o Padre Antólio Rosa Câmara estimado pároco da Ribeira Brava. O coro e o grande instrumental são regidos pelo sr. João Hermógues de Barros, que vem ensaiando um numeroso grupo de vozes, cujo conjunto vai desempenhar-se primorosamente.

Após a Missa da festa terá lugar a triunfal procissão Eucarística. O templo vai apresentar-se embelezado de festivos paramentos, lindas flores e profusão de lumes. Nesta festa são estreados dois riquíssimos candelabros que figurarão na capela-mór da igreja de Câmara de Lobos a perpetuar esta imponentíssima festa do sr. Sebastião Abreu dos Santos e são ofertas deste senhor. Além desses riquíssimos objectos vão estrear-se outros lindíssimos candelabros dourados, oferta dos paroquianos de Câmara de Lobos para a sua igreja.

No sábado, o povo da freguesia promove grandes e atraentes romagens para as obras paroquiais cuja quermesse funcionará na Rua do dr. João Abel de Freitas. Grupos de rapazes e raparigas vão animar estas romagens com alegres ranchos folclóricos.

A vila vai engalanar-se de milhares de bandeiras, tornando-se mais atraente nos seus arcos floridos e majestosos portões triunfais de murtes e louros verdes. Festões e de verduras e extensos frios de lâmpadas eléctricas embelezam os festejos do Domingo do Senhor numa extensão de muitos quilómetros, pois não só enchem toda a vila mas alongam-se até ao Pico da Madeira e Pico da Torre.

O meio-dia do sábado será estrondosa-

mente assinalado com salvas de morteiros e girandolas de foguetes, simultaneamente lançados em oito lugares da freguesia pelo numeroso pessoal técnico da Fábrica de Fogos Jorge Caldeira. E, pela tarde adiante os morteiros de «Jorge Caldeira», far-se-ão ouvir em todas as horas.

Sete bandas de música animam esta grande Festa: cinco tocarão na Vila e duas nos referidos Picos da Madeira e da Torre. As bandas da vila são as seguintes: Banda Municipal «Artistas», Banda Recreio Camponês, Banda Municipal de Câmara de Lobos, Banda Distrital do Funchal e Banda Municipal de Machico. Nos picos tocarão as duas bandas da Ribeira Brava.

No sábado, desde as 21 horas, serão queimados vistosos fogos de artifício, porém, à meia-noite, terá lugar um formosíssimo espectáculo pirotécnico, lindo e fascinante no seu conjunto de surpresa. Mais uma vez, vão os Fogos Jorge Caldeira, maravilhar os olhos de multidões de gentes num festival de rara beleza luminosa. Durante cerca de trinta minutos o céu de Câmara de Lobos vai transformar-se num maravilhoso cenário de formosos lumes coloridos. Turbilhões de fogos faiscantes e peças dos mais estranhos efeitos riscarão o espaço em todos os sentidos numa endiabrada revoadas de estrelas vermelhas, azuis, magentas, ver-



Sebastião Abreu dos Santos,

des, amarelas, douradas e brancas na mistura de cabreiras e cachos de grande espectáculo. Formosos quadros alusivos à Festa vão terminar entre bouquets de combinações faiscantes. E, no domingo, pelas 23 horas, haverá um festival ao mar, em frente do Largo 23 de Maio, com fogos aquáticos emstados com arvoreds de fogos coloridos. Estes festivos são orientados pelos srs. João Espírito Santo e Jaime Silva, respectivamente sócio-gerente da firma Jorge Caldeira e o encarregado técnico das oficinas dessa importante firma.

As iluminações são das conceituadas firmas: João Soares, de Câmara de Lobos e Agostinho Pimenta, do Funchal.

Festa do Domingo do Senhor, em Câmara de Lobos, promovida pelo importante comerciante madeirense na Venezuela, Sebastião Abreu dos Santos in JM, 24-07-1954, p.3.

Muitas remessas dos emigrantes destinavam-se ao pagamento de todas as despesas para a realização de Missas e arraiais. Nem todos podiam ser festeiros e, como tal, alguns contribuía com pequenas ofertas para que Nossa Senhora os ajudasse “ a libertar-se de vários embaraços nos papéis necessários para embarcar para Venezuela”²²³ ou como agradecimento pelos *bolívares* ganhos neste país.

6.8. Mala Postal.

Outro anúncio que vimos foi o das partidas e chegadas de correspondência:

*Veio ontem correspondência de Lisboa e Southampton, e foi expedida mala para Capetown, Venezuela e Curaçau.*²²⁴

*Foi ontem remetida correspondência para Curaçau e Venezuela.*²²⁵

²²³ - DN, 15-12-1954, p.4.

²²⁴ - DN, 09-01-1950, p.1.

Veio ontem correspondência de Venezuela e Curaçau e foi expedida para Lisboa.²²⁶

6.9. Terrenos para Venezuelanos.

A noção de que o emigrante madeirense que regressa da Venezuela vem acompanhado de muitos bolívares é mencionada, por exemplo, nestes avisos para os interessados em comprar terreno:

Anúncio 17

<p>Veio no "Auriga" ou no "Franca C"?</p> <p>—Conseguiu juntar por lá uns centos de milhares de bolívares?</p> <p>—O que trouxe chega para pagar 1.650 contos por um prédio?</p> <p>—Se chega, e se quer um prédio como há poucos na freguesia de São Martinho, escreva para este jornal a</p> <p style="text-align: center;">EL SILENCIO</p> <p><i>NOTA</i>— Aceita-se parte do pagamento na Venezuela até a quantia de 15.000 dólares R259</p>	<p>Regressou da Venezuela?</p> <p>Deseja comprar alguma propriedade?</p> <p>Por motivo de retirada e na impossibilidade de administrar pessoalmente as suas propriedades, vende várias que possui, urbanas e rústicas, situadas na Vila de Câmara de Lobos e Sítio da Torre da mesma freguesia.</p> <p>Não se aceitam intermediários. Trata-se na Rua dos Capelistas, 18-1." — Funchal. P192</p>
---	---

Incentivo à compra de propriedades na Ilha da Madeira a emigrantes que regressam da Venezuela in DN 23-06-1953, p.2 e DN 10-04-1960, p.9.

Muitos destes comunicados para a venda de propriedades fazem alusão ao “venezuelano” para se referir ao madeirense que regressou recentemente da terra venezuelana:

*Aos senhores venezuelanos:
Vende-se óptimo prédio. Construção nova
Telefone 23.644 ou 23.446.²²⁷*

*Aos senhores venezuelanos
Sem intermediários
Vendem-se prédios sólida construção, acabamentos aperfeiçoados, bem situados, de rendimento garantido.
Tratar: Rua das Dificuldades, nº 24.²²⁸*

*Atenção Srs. Venezuelanos
Atenção Srs. Capitalistas
Temos no centro do Funchal 3 ricos prédios comerciais que rendem de 39 a 250 contos por ano.*

²²⁵ - DN, 09-02-1950, p.1.

²²⁶ - DN, 13-08-1956, p.2.

²²⁷ - DN, 12-06-1958, p.6.

²²⁸ - JM, 13-10-1960, p.2.

*Rua do Bom Jesus, 14-1ª Esq.
Trata-se na vendicompra.²²⁹*

Este assunto chegou a ser tratado no periódico *Diário de Notícias*, de forma a realçar que o madeirense que esteve ou está emigrado em terras venezuelanas não se esquece que é ilhéu, que é português. Não deseja, portanto, que o tratem por *venezuelano*:

A gratidão à terra sul-americana que o acolheu não oblitera a sua vibração de ilhéu. E é exactamente por isso que não se justifica a designação de venezuelanos com que se mimoseia esse gente, inclusive nos anúncios quando há prédios para vender.²³⁰

²²⁹ - *DN*, 22-09-1966, p.2.

²³⁰ - *DN*, 12-12-1959, p.1.

PARTE III – Emigração para a Venezuela na Literatura

Capítulo I - Tema da emigração para a Venezuela na Literatura: Literatura de Viagens.

O tema da emigração para a Venezuela está presente na literatura, sobretudo na de viagens. A reflexão sobre a literatura é importante para a nossa pesquisa, na medida em que permite a criação da imagem do “nós”, do emigrante português, e do “outro”, o venezuelano. Teremos em conta a forma como o português descreve e vê a Venezuela e o seu povo e como o venezuelano perspectiva o viajante português.

A presente análise baseia-se no *corpus* de trabalho constituído por quatro obras literárias, no que se refere à visão do viajante sobre a emigração dos portugueses para a Venezuela: três obras que podemos considerar como inseridas na literatura de viagens - *Torna-Viagem* (1979), de Horácio Bento de Gouveia, *Reflexiones* (1981), de Francisco Gonçalves Jardim, *Viagem à Venezuela* (1998), de José Fernando Moreira -, e uma que considerámos como uma espécie de diário, um percurso autobiográfico - *Selva de Memórias: Crónicas* (2001), de Manuel Luís Mendes. Estes quatro textos debruçam-se sobre a perspectiva da terra e do povo venezuelanos. Interessa-nos, nestas obras, analisar a visão que se forma do “outro”, o olhar sobre um espaço estrangeiro e a projecção do próprio.

Para além destas quatro obras literárias, incluímos, nesta parte de literatura, uma peça de teatro intitulada *Família Pobre*, de Maria Margarida Rodrigues, e três pequenas histórias comuns de madeirenses que emigraram para a Venezuela: “A Santa do Calhau”, de Maria Aurora; “da máquina de costura e do cordão de oiro/que o António ofereceu à rapariga depois/ de embarcar e do desgosto que ele teve” e “do namoro da Rosairinha com o José Carlos, / do casamento dela com o pai, às quatro/ da madrugada, e da surpresa que o noivo lhe fez”, de Lília Mata.

O povo português desde cedo enfrentou os mares à procura de melhores condições de vida e de novas aventuras. A situação geográfica, as imposições da História e da política, entre outros aspectos, fizeram com que “[...] a temática das viagens, na terra própria e na alheia, constituísse, para a literatura portuguesa, uma das suas

constantes.”²³¹ Por ser um tema vasto, diversas são as opiniões quanto à origem da literatura de viagens.

Nas palavras de Demétrio Calderón, é “expresión con la que se designa un subgénero literario en sus diversas modalidades (libros de viajes, crónicas de descubrimiento y de exploración, itinerarios de peregrinos, cartas de viajes, relaciones, diarios a bordo, novelas de viaje [...]).”²³² Para este autor, de entre os primeiros documentos da literatura de viagens, figuram os relatos de historiadores e geógrafos da Antiga Grécia, como Tolomeu (séc. II) e Herodoto (séc. V). Estes relatos serviram de base para a elaboração de mapas geográficos, úteis, sobretudo, na prosperidade. Há, ainda, que considerar os contos de Geoffrey Chaucer, no século XIV, na sua obra *Canterbury Tales* e o famoso *Livro dos Milhões* de Marco Pólo.

Para Fernando Cristóvão, a literatura de viagens é o subgénero literário que domina o século XV até ao final do século XIX, “[...] cujos textos [...] entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar à viagem real ou imaginária (por mar, terra e ar) temas, motivos e formas.”²³³ Segundo a opinião deste autor, é preciso ter em conta não só o estatuto da viagem como uma simples deslocação, mas como um percurso em que se faz “a descrição da terra, fauna, flora, minerais, usos, costumes, crenças e formas de organização dos povos, comércio, organização militar, ciências e artes, bem como os seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais [...]”.²³⁴

“Viajar é sempre uma aventura de múltiplas consequências”²³⁵, como defende Maria do Rosário Pimentel, que leva ao conhecimento de outras terras, de outros homens, de outros hábitos e costumes, até mesmo de outros imaginários. É por esta razão que viajar pressupõe não apenas disponibilidade física, mas também psíquica e cultural.

Podemos complementar esta ideia com as palavras de Fernando Cristóvão que explica que “se o desenrolar da viagem é o momento concreto da abertura do olhar do

²³¹ - Jacinto Prado Coelho (dir.): *Dicionário de Literatura*, 3ª ed., vol. 4 - S/Z, Figueirinhas, Porto, 1987, p.1156.

²³² - Demétrio Estébanez Calderón: *Diccionario de términos literarios*, Alianza Editorial, Madrid, 1996, pp. 1078,1079.

²³³ - Fernando Cristóvão (coord.): *Condicionantes culturais da literatura de viagens – Estudos e Bibliografias*, Livraria Almedina, Coimbra, 2002, p.35.

²³⁴ - *Ibidem*.

²³⁵ - Maria do Rosário Pimentel et Maria do Rosário Laureano Santos: “O real no jogo de espelhos da Literatura de viagens no século XVI” in Ana Margarida Falcão et. al. (org.): *Literatura de viagem – narrativa, história, mito*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998, p.217.

viajante sobre a novidade do mundo, o relato da viagem constitui o momento da renovação desse olhar e a inequívoca afirmação do fascínio que o diferente sobre ele exerceu.”²³⁶ O viajante, no momento em que faz uma descrição, não acentua apenas aquilo que mais demoradamente cativou o seu olhar, como também permite que o leitor participe dessa mesma descrição e, mesmo que de forma imaginária, possa viajar no texto.

1.1. O Olhar sobre o emigrante e a emigração portuguesa na Venezuela.

Em geral, os venezuelanos fazem um balanço positivo da corrente migratória proveniente da Europa, uma vez que é vista como um enriquecimento humano que contribuiu para dinamizar a economia e para povoar o vasto país que dispunha de imensas áreas totalmente desabitadas:

*Os imigrantes foram excelentes trabalhadores e empreendedores. Formaram empresas, investiram as suas poupanças, criaram novas áreas de riqueza e grande parte dessa gente veio para ficar e constituir as suas famílias [...]. As cidades agitaram-se, cresceram dum forma impressionante e tornaram-se mais cosmopolitas e modernas.*²³⁷

De facto, a Venezuela tinha poucos habitantes, mas muitos espaços por cultivar, para além de dispor dos proventos do petróleo. Os emigrantes portugueses viam a Venezuela como um país do futuro: “a agricultura era o forte da sua economia, a indústria era muito mais incipiente do que a portuguesa.”²³⁸

Tal como todos os emigrantes, o português procura no país de destino melhores condições de vida, deseja encontrar um trabalho que lhe permita o sustento para si e para a sua família para, mais tarde, se possível, regressar à sua terra natal. A Venezuela, caracterizada como um país de importantes recursos naturais (petróleo, gás, minérios, terra fértil e água abundante), que são vistos como factores positivos para a vinda dos emigrantes, protagoniza uma verdadeira atracção para os mesmos: “directa ou

²³⁶ - Horácio Peixoto de Araújo: “O fascínio do diferente nos relatos de viagens pelo Oriente” in Fernando Cristóvão (coord.): *O Olhar do viajante – Dos navegadores aos exploradores*, Editora Almedina, Coimbra, p.43.

²³⁷ - José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.119.

²³⁸ - *Ibidem*, p.95.

indirectamente, o petróleo teve responsabilidade pela vinda de tantos estrangeiros. Gerou riqueza, dinamizou a economia que criou postos de trabalho [...].”²³⁹

Em *Reflexiones*, o emigrante foi e continua a ser importante para o desenvolvimento do país: “necesitamos de tu mano para el trabajo, de tu cultura, de tu capacidad, de tus buenas costumbres, de tu inteligencia [...], te queremos como un hombre integrado a nuestra sociedad [...] para que juntos echemos al país adelante.”²⁴⁰

1.1.1. Venezuela, país de emigração portuguesa.

O grande surto da emigração portuguesa para a Venezuela deu-se nos anos 50, “período que coincide com a recessão económica que Portugal atravessa no rescaldo dos efeitos da Segunda Guerra [...]”²⁴¹ Portugal era um país conservador, isolado, dominado pela censura da ditadura de António Salazar. A emigração surge como uma alternativa ao *statu quo*, ao estado actual das coisas, ou seja, à ausência de liberdade. A Venezuela torna-se o *El Dorado* próspero, o país eleito para se conseguir melhores condições de vida, mesmo sem o apoio do Governo português: “[...] milhares de portugueses eram simplesmente deixados à sua sorte, ao imprevisto e à aventura sem qualquer tipo de apoio.”²⁴²

A literatura espelha esta situação, retratando factos, fazendo comentários acerca desta realidade. A emigração é vista como necessidade do português e de todo o Homem. Em particular, a emigração é uma necessidade do ilhéu, como consequência, como escreve Horácio Bento de Gouveia, da “vida escravizada à terra tão retalhada que as nesgas mal chegam para extrair da vida dura o pão que alimenta escassamente e escassamente dá o vestuário e o calçado.”²⁴³

A Venezuela é representada na obra *Torna-Viagem* como o país da prosperidade e como solução para as más condições de vida: “Poi vua. Pá Venezuela. Aqui nã se

²³⁹ - *Ibidem*, pp.72,73.

²⁴⁰ - Francisco Gonçalves Jardim: *Reflexiones*, Prensas Venezolanas de Editorial Arte, Caracas, 1981, p.66.

²⁴¹ - José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela*, *op. cit.*, p.93.

²⁴² - *Ibidem*, p.99.

²⁴³ - Horácio Bento de Gouveia: *Torna-Viagem - O Romance do Emigrante*, Coimbra Editora, Coimbra, 1979, p.238.

alevanta cabeça. Ei terras não dão mais que p'ra se comer, p'ra se vestir case nã chega.”²⁴⁴

Horácio Bento centra-se, sobretudo, na emigração da personagem Artur para o Brasil e, posteriormente, para a Venezuela, e das personagens Francisco, Inês e filhos, também para a terra dos bolívares. Se o primeiro foi um caso de insucesso, Francisco conseguiu “promover o bem-estar da família preparando o futuro dos filhos [...]”²⁴⁵

Esta obra retrata a situação de miséria do povo madeirense, particularmente da Achada do Castanheiro, destacando “[...] o panorama económico da maioria das populações do norte da ilha: as culturas são pobres e a gente tem de ser pobre”²⁴⁶, porque “aqui no Norte nã se ganha cuma no Sul, na cidade. Vive-se numa ilha pequena. Os ganhos p'ra quem não tem grandes fazendas só chegam p'ra comer o que a terra dá e p'ra não se andar nus.”²⁴⁷

Alguns madeirenses querem, no entanto, ir mais além. O seu espírito de aventura e a necessidade de encontrar melhores condições de vida para si e para os seus leva-os a emigrar para outros países para fugir à pobreza:

*O mundo da Achada do Castanheiro, microcómico, em atraso primitivo como tantos outros de vida rudimentar da Ilha e de milhentos recantos obscuros da Terra, prosseguia sua existência vinculada às leis da natureza que alimenta essa mesma existência. É a terra alfobre da vida, de vidas arrastadas com ideais de bem-estar em virtualidades, que unicamente a emigração liberta. Primeiro foi o Artur e agora é o Francisco e a família.*²⁴⁸

Artur “não se sentia realizado em suas ambições [...] sempre notava um vazio, uma insuficiência em sua vida de rapazinho.”²⁴⁹ A confiança e a juventude permitiam-lhe sonhar: “Eu inda sua novo. Um dia hei-de imbarcar. Lá fora ganha-se munto.”²⁵⁰

Cansado de ser sapateiro, esta personagem é o exemplo de muitos outros que apenas encontraram a emigração como uma oportunidade de poder ter um emprego melhor, uma vida mais folgada. A decisão estava tomada: “Vou emigrar! Vou

²⁴⁴ - *Ibidem*, p.65.

²⁴⁵ - *Ibidem*, p.141.

²⁴⁶ - *Ibidem*, p.238.

²⁴⁷ - *Ibidem*, p.67.

²⁴⁸ - *Ibidem*, p.148.

²⁴⁹ - *Ibidem*, p.11.

²⁵⁰ - *Ibidem*, p.12.

emigrar!”²⁵¹ Com o passaporte e o dinheiro emprestado, Artur embarcou para o Brasil, no navio espanhol *Cabo Hornos*.

Nem sempre a realidade corresponde às expectativas. São necessários muitos sacrifícios e força de vontade para poupar o dinheiro ganho. Os negócios corriam bem, mas “fora a mulher o demônio de seu entrave na vida.”²⁵² Embora estivesse casado com uma madeirense, Maria Clara, que ficou na terra natal, Artur não soube ser honesto. No Brasil, relacionou-se com várias mulheres, entre as quais uma baiana, estereótipo da mulher brasileira que, pela sensualidade, explora o português, aproveitando-se do seu dinheiro.

De forma a tentar nova sorte, a personagem Artur decide embarcar do Brasil para a Venezuela. É o exemplo de um emigrante que começa, neste último país, a trabalhar no pequeno comércio:

*No fim do segundo mês, feitas as contas, os bolívares, que guardara, empregara-os quase todos na compra de um fato, e os restantes seriam para umas latas de conserva aos almoços na oficina. Era preciso poupar. Assim procediam muitos de seus conterrâneos, e por isso tinham dinheiro no banco.*²⁵³

Aqui, tudo estava a correr melhor: “os bolívares caíam na gaveta mais a miúdo.”²⁵⁴ Mas, o destino de Artur parecia estar traçado pelo fracasso. Quando angariou dinheiro para voltar à sua terra natal, foi assaltado. Por sorte, o dinheiro que tinha no banco foi suficiente para marcar a passagem de regresso: “Assim regressou o Artur com a memória pejada de experiência do conhecer e do sentir por remotas passagens, sem dinheiro, para uma velhice tranquila em sua terreola de nascimento. Emigrara, novo, ainda o seu sol não tocara a meridiana.”²⁵⁵

De volta à Achada do Castanheiro, onde a sua família não o reconheceu, teve de se readaptar ao seu ofício de sapateiro:

*Deu-se nele um duplo regresso; no espaço, à Achada; e no tempo à reintegração numa infância que a velhice, inconscientemente exalçara, de raízes no sangue da terra e das gentes. No velho vivia o outro, o outro que ainda não tinha emigrado.*²⁵⁶

²⁵¹ - *Ibidem*, p.71.

²⁵² - *Ibidem*, p.121.

²⁵³ - *Ibidem*, p.130.

²⁵⁴ - *Ibidem*, p.132.

²⁵⁵ - *Ibidem*, p.213.

²⁵⁶ - *Ibidem*, pp. 214,215.

A história da personagem Artur não é simplesmente a vida de um emigrante que partiu em busca de novas oportunidades e de melhores condições de vida para depois regressar à terra natal. É a história de um fracasso, de alguém que em terra alheia esteve envolvido com muitas mulheres. Ao regressar à Ilha, volta ao seu passado num reencontro com o que deixara: as mesmas condições de vida e de trabalho. De nada serviu a sua partida. Estava tudo na mesma:

*Vim de Venezuela e por cá fico (...) Fui dos primeiros emigrantes da Achada. Corri o Brasil, estabeleci-me em Venezuela, mas dei cabo de tudo quanto ganhava com o mulherio! Minha mulher, a Maria Clara, ainda se vai ocupando no bordado e eu tornei ao meu antigo ofício.*²⁵⁷

O exemplo de Artur, emigrante que abandona a família para viver com outras mulheres no Brasil e na Venezuela e que quando regressa não é reconhecido pela família, lembra uma peça de teatro intitulada “Família Pobre”, de Maria Margarida Rodrigues. Esta peça retrata, como o próprio nome indica, uma família pobre, cujo sustento era o bordado da mãe e as colheitas das terras do pai. Perante esta triste realidade, a solução foi a emigração do pai para a Venezuela.

O diálogo entre a mãe e os filhos, Pedro e Rosalina, indica que se passaram muitos anos desde a partida do pai. A Venezuela é retratada como sinónimo de riqueza e de prosperidade:

Pedro: - Então o pai para que caminhou?

Mãe: - Meus Filhos. Nesse tempo chegavam pessoas da Venezuela, ricos, bem vestidos; aumentavam as casas; faziam casarões; alugavam carros grandes, iam com as famílias dar a volta à ilha, iam a romarias (Ponta Delgada, Monte, e outras); comiam, bebiam, barrigudos assim.

*A gente cá era pobre, sempre igual. Teu pai via aquilo e ficava com inveja e resolveu ir para a Venezuela para melhorar a sua situação, e eu não atrapahei, até quis, pedimos dinheiro a teu padrinho para a passagem, e foi embora... mas não teve sorte.*²⁵⁸

Em terra alheia, o emigrante passa por dificuldades, sujeitando-se a trabalhar muitas horas por dia. Por não corresponder às expectativas, por vezes, sente vontade de regressar à sua terra natal, mas não o faz por falta de dinheiro:

Pedro: - [...] o pai escrevia e pagou a passagem?

²⁵⁷ - *Ibidem*, pp. 237,238.

²⁵⁸ - Maria Margarida Rodrigues: *Quadras Populares*, s/ed., Campanário, 2006, p.29.

*Mãe: - Demorou tempos, mas pagou a passagem. Teu pai não sabia ler, de tempos a tempos chegava uma carta, eram só tristezas, ganhava pouco, fazia só trabalhos pesados, não compreendia a fala, não podia pagar quarto para dormir, estava arrependido, noite e dia só pensava em nós, se tivesse dinheiro para a passagem vinha para cá,... e por lá anda!...*²⁵⁹

Na Venezuela, junta-se a outra mulher:

Pedro: - E então nestes últimos anos, não sabe se é morto ou vivo?

*Mãe: - Alguém veio da Venezuela e disse-me que teu pai vive com uma mulher preta, está doente, não trabalha... Agora não me falem mais em teu pai.*²⁶⁰

Ao regressar, velho e pobre como partiu, a família não o reconhece, julgando-o como um estranho. No entanto, no meio dos abraços, o perdão da família é evidente:

Mãe: - O senhor quem é? E o que deseja?

Velho: - Eu sou... sou... sou teu marido. Perdoa-me, perdoa-me...

Mãe: - O meu marido?!, está louco!, o meu marido está na Venezuela. Estou cansada da vida, não estou para te aturar, põe-te na rua!

Velho: - Ó minha mulher eu iba morrer nos cantos da calle, pagaram-me a passagem e eu vim, e aqui estou na nossa casa. Repara em mim, sou teu marido, Rosa compreende-me e perdona-me.

Mãe: - O quê? Tu a viveres lá com uma maldita mulher preta, vai com ela o resto da vida!

Pedro: - A mãe é tão boa, compreensiva, aceite o pai, nós os filhos queremos o nosso pai.

Velho: - Pedro, filho do meu coração, a vida não é como a gente quer, sofri muito, uma mulher preta agasalhou-me no casebre dela, vivi com ela, mas não a amava, só pensava em vocês meus queridos filhos. Desejei chegar muito a este dia. Filhos perdoem ao pai.

*Pedro: - Pai está tudo perdoado.
(abraçam-se 3 filhos, a mãe e o pai).*²⁶¹

Esta peça termina, portanto, como a história de Artur e de Maria Clara. Apesar dos maridos emigrados terem deixado de dar notícias durante muito tempo, as suas esposas e os filhos perdoaram-nos. Ambos os maridos têm um regresso frustrado: partem e regressam pobres.

²⁵⁹ - *Ibidem.*

²⁶⁰ - *Ibidem.*

²⁶¹ - *Ibidem*, p.30.

Contudo, nem todos os que emigram têm histórias tristes para contar. Em *Torna-Viagem*, Francisco, ao contrário de Artur, soube poupar o dinheiro ganho na terra dos bolívares. Também com dinheiro emprestado, tratou de toda a documentação necessária e da passagem rumo à Venezuela. Por momentos, sentiu arrependimento de ter deixado a mulher e os filhos, mas, “ao desânimo [...] sobrepôs-se o alento, a firmeza, a coragem de vencer assim que o paquete aportou.”²⁶²

Tendo começado a trabalhar numa fábrica por conta de outrem, logo que conseguiu arrecadar dinheiro, comprou uma padaria. Era este o objectivo do madeirense: conseguir o seu próprio negócio. “Enquanto no lugar da Achada se vivia no raiar do povoamento da ilha”²⁶³, os lucros da padaria de Francisco aumentavam. Tendo estabilidade financeira, mandou buscar a mulher, Inês, que passou a ser conhecida como “a nova venezuelana”²⁶⁴, e os filhos.

Francisco representa o madeirense que, ao enriquecer, não se esquece de ajudar os seus conterrâneos, principalmente os que acabam de chegar a Venezuela:

- Já tens emprego?
- Não senhor. Eu vinha em procura do senhor Francisco p’ra ver se arranjava um trabalhinho...
- Está bem, Jorge. Vais p’ra minha fábrica.
- Ah! Muito agradecido ao senhor. Como hei-de pagar este grande favor?
- Que trabalhes com vontade.²⁶⁵

- Senhor Francisco [...] vi hoje de manhã o Duarte, filho do Cambado. Perguntei-lhe se já estava há muito em Venezuela e respondeu que tinha vindo de avião na semana passada.
- Ele tem trabalho?
- Parece que anda à procura.
- Olha, Jorge, se o encontrares ou souberes do paradeiro dele, diz-lhe que venha ter comigo.²⁶⁶

A realidade das cartas e do envio de dinheiro aos familiares que ficaram na terra natal estão presentes em *Torna-Viagem*. A personagem Inês escreve aos pais demonstrando a saudade que sente:

²⁶² - Horácio Bento Gouveia: *Torna-Viagem*, op. cit., p.141.

²⁶³ - *Ibidem*, p.148.

²⁶⁴ - *Ibidem* p.149.

²⁶⁵ - *Ibidem*, p.157.

²⁶⁶ - *Ibidem*, p.197.

*Meu pai e minha mãe: vai doze anos pela Festa que não os vejo. Tenho saudades de vos ver e abraçar e lembro-me da nossa pobre casa. Estamos todos de saúde. / [...] Esquecia-me de dizer que o dinheiro do cheque é para o meu pai comprar um fato e minha mãe um vestido. O que ficar, empregue em melhor passadio.*²⁶⁷

Em grande parte, quem emigra quer voltar para o local onde nasceu. Francisco regressa com a família para a Ilha da Madeira, para concretizar o desejo da sua esposa Inês: construir uma casa nova: “Vou realizar um pequeno sonho de toda a minha vida: mandar construir uma casa de dois andares na pobre terra onde nasci – disse a Inês.”²⁶⁸

Muitos emigrantes poderão identificar-se com a história de Artur ou de Francisco, dependendo se os seus percursos de vida foram de insucesso ou de sucesso na terra alheia. A capa da obra *Torna-Viagem* mostra esta realidade: Artur é caricaturado magro e pobre, opondo-se a Francisco, radiante e bem forte:

Ilustração 7



Caricatura das personagens Artur e Francisco ao regressar da Venezuela: capa da obra *Torna-Viagem*, de Horácio Bento de Gouveia.

Em *Torna-Viagem* há, claramente, uma lição: não basta apenas ter vontade de partir. É preciso muito mais, porque, para voltar com melhores condições de vida, é preciso trabalhar e saber poupar.

²⁶⁷ - *Ibidem*, p.159.

²⁶⁸ - *Ibidem*, p.239.

1.1.2. Histórias comuns de emigrantes madeirenses para a Venezuela.

Para além das quatro obras e da peça de teatro já analisadas, incluímos, neste capítulo, três pequenas histórias comuns de madeirenses que emigraram para a Venezuela: “A Santa do Calhau” (1990), de Maria Aurora; “da máquina de costura e do cordão de oiro/ que o António ofereceu à rapariga depois/ de embarcar e do desgosto que ele teve” (2002) e “do namoro da Rosairinha com o José Carlos, / do casamento dela com o pai, às quatro/ da madrugada, e da surpresa que o noivo lhe fez” (2002), de Lília Mata.

Estes textos assemelham-se pelo facto de retratarem personagens-tipo de emigrantes: o homem que parte à procura de melhores condições de vida ou para fugir ao serviço militar; o casamento por procuração; a importância do bolívar; a mulher que espera que chegue notícias do noivo da Venezuela, entre outros assuntos.

O conto “da máquina de costura e do cordão de oiro/ que o António ofereceu à rapariga depois/ de embarcar e do desgosto que ele teve” aborda a partida de um rapaz madeirense para a Venezuela, o António, no barco *Santa Maria*, deixando em terra firme a noiva, a Maria da Trindade, com a promessa de conseguir muitos bolívares para terem melhores condições de vida no futuro.

Como muitos outros emigrantes, António logo conseguiu dinheiro para pagar uma máquina de costura e o curso de costureira à noiva que ficou na Ilha da Madeira:

*Todos os rapazes que emigravam, deixando aqui as noivas, mandavam-lhes dinheiro para uma máquina de costura e para pagar uma boa mestra que lhes ensinasse a arte de fazer vestido [...] / Os outros, os que cá ficavam, raramente tinham dinheiro para fazer um presente desses às suas futuras esposas.*²⁶⁹

Foi com esse dinheiro que a Maria da Trindade começou a trabalhar na casa de uma costureira muito conhecida na freguesia, a Felicidade, que, desde logo, simpatizou com a jovem aprendiz: “A Maria da Trindade tinha sido a última a chegar mas acabou por ser a primeira a cortar um vestido. Muito falaram as outras [...]”²⁷⁰

Enquanto a noiva fazia a sua aprendizagem, António “continuava a escrever-lhe, sempre com as mesmas juras de amor. Falava muito no casamento e no embarque dela

²⁶⁹ - Lília da Mata: *Contos de Embarcar – Ficção*, 1ª ed., col. Terra à Vista, nº3, Arguim Editora Regionalista, Madeira, 2002, p.12.

²⁷⁰ - *Ibidem*, p.15.

para essa terra prometida.”²⁷¹ Apesar de estarem longe, não se esqueceu de cumprir com as promessas feitas à sua amada e de demonstrar o quanto a queria: “Depois do dinheiro para a máquina mandou-lhe dinheiro para um cordão de ouro.”²⁷²

A sequência normal da história seria a partida da Maria Trindade para a Venezuela, a fim de se juntar ao noivo, como acontecia frequentemente. Mas, neste conto, impera a desilusão de António que estava a trabalhar duramente para conseguir dinheiro para um futuro a dois: “Qual não foi o espanto quando a Trindade apareceu grávida! O rapaz estava embarcado há dois anos, é verdade que lhe escrevia sempre mas um filho não se pode fazer por carta.”²⁷³

Estamos habituados a ler aventuras de noivos e maridos que partem e, apesar de terem as namoradas ou as esposas em terra natal, envolvem-se com outras mulheres no país para onde emigraram. O conto “da máquina de costura e do cordão de oiro/ que o António ofereceu à rapariga depois/ de embarcar e do desgosto que ele teve” é o reverso da medalha, na tradição do *Auto da Índia* de Gil Vicente, na medida em que espelha outra realidade: a mulher infiel perante a ausência do marido.

A história termina com o casamento entre a Trindade e o Vicente, filho da costureira Felicidade e pai da criança, para não se ouvir comentários da barriga que brevemente se notaria. Diz-se que “o marido pendeu a namorar outras, não podia ver um rabo de saias. Em casa estava sempre a maltratá-la, dizem que até lhe malhava.”²⁷⁴ Emigrou certo dia, abandonando-a e aos seus filhos: “A Trindade comeu o pão que o diabo amassou”²⁷⁵, mas a vida deu-lhe uma outra oportunidade, porque, muitos anos depois, emigrou para o Canadá, onde estavam os seus filhos, e lá “conheceu um viúvo, também madeirense, e acabou por casar com ele.”²⁷⁶ O Vicente também constituiu família, aquando do seu regresso à Ilha.

Muitos jovens emigravam não só para encontrar melhores condições de vida e de trabalho, como também para fugir ao serviço militar, sobretudo nos anos 60, durante a Guerra Colonial em África. “Do namoro da Rosairinha com o José Carlos, /do casamento dela com o pai, às quatro /da madrugada, e da surpresa que o noivo lhe fez”

²⁷¹ - *Ibidem.*

²⁷² - *Ibidem.*

²⁷³ - *Ibidem*, p.16.

²⁷⁴ - *Ibidem*, p.18.

²⁷⁵ - *Ibidem*, p.19.

²⁷⁶ - *Ibidem*, p.20.

retrata a história de um rapaz madeirense, José Carlos, que emigrou para a Venezuela exactamente para não ter de cumprir serviço militar, com uma carta de chamada enviada pelo pai, deixando na Madeira a namorada, a Maria do Rosário.

Conheceram-se no dia da Comunhão Solene e, a partir de então, apaixonaram-se. José Carlos fazia cestos de vimes e Maria do Rosário fazia tela. Desde cedo começaram a namorar, “até que se aproximou a altura de ele ir para o quartel. E nesse caso só havia uma coisa a fazer: embarcar, de preferência para a Venezuela que era o lugar onde as coisas estavam melhores nessa altura.”²⁷⁷

O tema da mulher que casa por procuração, perante a ausência do noivo que emigrou, é tratado neste conto. De facto, as coisas corriam bem na Venezuela, o que fez com que José Carlos mandasse pedir Maria do Rosário em casamento para que se pudesse juntar a ele. Mas, como não podia vir à Madeira nessa altura, “não havia outro remédio senão fazer o casamento por procuração. Maria do Rosário não seria a primeira nem a última a ir à Igreja de braço dado com o pai, dizer-lhe que sim, fazendo de conta que era o noivo quem estava ali ao seu lado.”²⁷⁸ Há uma razão para que a Igreja autorizasse e até incentivasse a realização deste tipo de casamento: “É que muitos casavam só pelo registo com a promessa de casarem pela Igreja assim que a rapariga fosse ter com eles. Mas quando ela lá chegava começavam a viver juntos, a trabalhar, e já não se importavam com a cerimónia religiosa.”²⁷⁹

Naquela altura, os casamentos eram realizados à segunda-feira, “de manhã se não houvesse nada a esconder, de noite se os noivos quisessem manter-se longe dos olhares curiosos.”²⁸⁰ Maria da Trindade teve de casar noutra freguesia, pois o Padre da sua paróquia não quis levantar-se de madrugada para casá-la.

Houve uma cerimónia simples e uma pequena festa na casa dos pais da noiva, mas com uma certa preocupação porque “- a estas horas, quase chegando ao jantar, e ainda não se partiu nada [...] Isto não é bom sinal, é mau agouro.”²⁸¹ O certo é que, três dias depois do casamento, José Carlos apareceu na sua casa, de surpresa, para levá-la para a Venezuela. Começaram a surgir os comentários: “- Então aquilo era coisa que se

²⁷⁷ - *Ibidem*, p.27.

²⁷⁸ - *Ibidem*, p.28.

²⁷⁹ - *Ibidem*.

²⁸⁰ - *Ibidem*, p.29.

²⁸¹ - *Ibidem*, p.30.

fizesse? Casar por procuração para não vir de lá aqui e depois chegar assim, sem dizer nada a ninguém?”²⁸²

José Carlos bebia, era ciumento e, por vezes, deixava de trabalhar. “Ela tinha de ser a mulher e o homem da casa. Na realidade, nunca viveram desafogadamente. Não basta embarcar, é preciso trabalhar muito para conseguir ter alguma coisa.”²⁸³

Apesar de não terem tido sucesso a nível emocional, António e José Carlos foram casos de êxito na Venezuela, pois conseguiram dinheiro para melhorar as suas vidas.

A importância do bolívar, moeda venezuelana, é retratada em “A Santa do Calhau”. Envolvido num cenário de teor religioso, com um certo humor à mistura, este conto centra as atenções no regresso da Venezuela de um emigrante madeirense, o Evangelino Feijão, à sua aldeia.

Embora num segundo plano, é referida a vinda de outro madeirense da terra dos bolívares, o Justino da Banda de Além, “dono da melhor tasca da aldeia”²⁸⁴, conhecida pela “excelência da aguardente de borra de vinho.”²⁸⁵ Um dos assuntos mais falados na sua tasca, sobretudo quando o Padre Custódio das Romeiras por lá passava, era a crítica da Capela da aldeia estar sem a “protectora das gentes da beira-mar [...] a Santa milagreira.”²⁸⁶ Restava apenas manter a Fé de que “um dia um bom dum emigrante endinheirado vai devolver a Santa à Capela.”²⁸⁷ Evangelino Feijão representa o emigrante que regressa à sua terra natal para ser festeiro do arraial, neste caso da Nossa Senhora da Esperança.

O arraial era um dos acontecimentos mais esperados e preparados do ano nesta aldeia. Enfeitava-se a Capela, contratavam-se grupos corais e conjuntos musicais e preparavam-se as roupas dos anjos da procissão. Tudo tinha de estar num brinco, principalmente para a chegada de muitos emigrantes.

Acompanhado pela esposa e por duas filhas, que tinham roupas radiantes, “viram descer do avião um homem rotundo, de cabeleira farta, olho brilhante, bigode fino, todo de branco [...]”²⁸⁸ Era o Evangelino que trazia a magnífica Santa:

²⁸² - *Ibidem*, p.31.

²⁸³ - *Ibidem*, p.32.

²⁸⁴ - Maria Aurora: “A Santa do Calhau” in *Revista Islenha*, nº6, Jan. Jun 1990, p.112.

²⁸⁵ - *Ibidem*.

²⁸⁶ - *Ibidem*.

²⁸⁷ - *Ibidem*.

²⁸⁸ - *Ibidem*, p.113.

*Brilhavam-lhe no rosto um par de olhos negros e franjados. Boca farta, vermelha, luzidia com um sinalzinho pequeno ao canto do lábio superior. Os cabelos negros desciam-lhe em caracóis desfeitos pelos ombros espreitando num manto fortemente azul e dourado. Por debaixo rompia um seio redondo amparado por decote generoso. Nas mãos descaídas, de unhas brilhantes, segurava um grande rosário de prata. Todo o conjunto era pujante, envolvente.*²⁸⁹

Perante esta descrição, estamos de acordo com o Padre Custódio: “[...] lá pelas Venezuelas as Santas são um pouco diferentes das que conhecemos por cá”²⁹⁰, como podemos constatar a partir da imagem:

Ilustração 8



Imagem da “Santa do Calhau”.

Todos ansiavam pela procissão, para poderem ver a tão desejada Santa que viria proteger a gente da aldeia. Justininho, que bem conhecia o Evangelino, no momento em que observou a Santa, soube que se tratava, de facto, da imagem de Amelinha, uma mulher de um bordel de Caracas que há anos tinha estado com este último: “Essa mulher, madura e sabida, embalara no seio farto muito jovem um emigrante desamparado [...] /A Amelinha! Grande mulher. Tinha um sinal nas beijas. Boca tenra, bom rabo, perna quente e húmida.”²⁹¹ As características de Amelinha eram as mesmas da Santa: “ - O traste nem do sinalzito da beija se esqueceu!”²⁹², comentou Justininho.

²⁸⁹ - *Ibidem.*

²⁹⁰ - *Ibidem.*

²⁹¹ - *Ibidem*, p.112.

²⁹² - *Ibidem*, p.114.

O humor em “A Santa do Calhau” pretende, assim, desmascarar a realidade, distinguir o ser da aparência. A Igreja não está retratada somente, neste conto, como uma instituição religiosa. Descrita com ironia, a Igreja, interesseira, beneficia do dinheiro dos emigrantes festeiros.

Do mesmo modo, Evangelino não encarna, apenas, a personagem de um emigrante que enriqueceu na Venezuela e constituiu família. Simboliza aquele que, em terra estranha, se envolveu com outras mulheres belas e sensuais, uma imagem estereotipada, como a própria descrição da Santa que ironicamente espelha a prostituta Amelinha.

1.1.3. O Olhar sobre os portugueses.

A opinião que os venezuelanos têm dos portugueses é muito positiva. O trabalho, a seriedade e o sentido de poupança são aspectos próprios dos portugueses:

*A imagem de Portugal é a imagem do emigrante português, dessa gente que recuperou a arepa²⁹³ quase perdida, daqueles que estiveram por detrás dum balcão duma mercearia, que vieram para lavrar a terra ou que foram agentes do projecto urbanístico de Peres Jiménez. Foi uma raça, carácter que deu impulso ao progresso dum país novo, ambicioso e cheio de riqueza.*²⁹⁴

Por serem considerados como pessoas populares, devido ao contacto diário nas padarias, vendas de hortaliças e frutas, nos restaurantes e supermercados, muitos portugueses passaram a ser tratados por *portu*²⁹⁵: “Não há ninguém que não conheça ou que não conviva com um *portu*.”²⁹⁶

Se, inicialmente, os portugueses se dedicavam à agricultura, é certo que a sua ambição permitiu que chegassem mais longe: “deslocavam-se rapidamente para as cidades, com predomínio para Caracas e Valência, e transformavam-se em comerciantes adquirindo *abastos* ou distribuindo pão e leite. Muitos destes últimos acabariam por se transformarem em padeiros.”²⁹⁷ Temos, ainda, de referir que “muitos venezuelanos

²⁹³ - As *arepas* são parecidas às empanadas. São feitas de farinha de milho e têm forma circular. Normalmente, são recheadas com carne moída.

²⁹⁴ - José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.224.

²⁹⁵ - *portu* é um conceito que durante muito tempo foi pejorativo, embora actualmente não se verifique dessa forma.

²⁹⁶ - José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.122.

²⁹⁷ - *Ibidem*, p.97.

comentam que os *portus* foram os inventores das *fuentes de soda* (...) com ambiente familiar [que] não são mais do que os nossos tradicionais cafés, ligeiramente tropicalizados [...].”²⁹⁸

A Venezuela era um país rico. O bolívar, muito valorizado, e o petróleo deram um forte estímulo à vinda de emigrantes, entre os quais muitos madeirenses que, apesar de começarem a trabalhar a terra, optavam por procurar melhores condições na cidade. Em *Viagem à Venezuela*, reforça-se, novamente, a ideia de que o português de agricultor chega a comerciante:

*Os madeirenses que vieram para Venezuela iniciaram-se na agricultura. Nessa época – nos anos cinquenta – o país não dispunha duma estrutura administrativa capaz de apoiar essa gente [...]. As dificuldades que enfrentaram foram tantas, e vivendo em condições extremamente precárias, que os levaram a procurar a cidade onde a vida era, apesar de tudo, mais fácil, mais organizada. Estabeleceram-se com botequins, outros com mercearias [...]. Iniciaram-se duma forma rudimentar e hoje têm grandes empresas, nomeadamente no sector da distribuição alimentar.*²⁹⁹

A visão que o venezuelano tem do madeirense é, portanto, a de trabalhador. Esta ideia é lançada por Manuel Luís Mendes através de um diálogo entre o narrador/personagem e o dono de um restaurante:

- *De que parte és de Portugal?*

- *Eu sou madeirense...*

Ao dizer eu sou madeirense, foi como se tivesse apresentado uma carta de recomendação...

- *Se és madeirense, começa logo a trabalhar. Queres comer e beber alguma coisa?*³⁰⁰

Outra característica do povo ilhéu é a sua capacidade de poupar: “[...] um dos deveres de qualquer emigrante é guardar qualquer coisa para os momentos difíceis, ou menos bons. Sim, porque em terras de imigração, não temos a casa da avó ou da tia, para nos dar uma sopa. Aqui, temos de contar com nós próprios.”³⁰¹

²⁹⁸ - *Ibidem*, p.123.

²⁹⁹ - *Ibidem*, p.148.

³⁰⁰ - Manuel Luís Mendes: *Selva de Memórias*, op. cit., p.129.

³⁰¹ - *Ibidem*, pp. 89,90.

1.2. O Olhar sobre a terra, a Venezuela.

A descrição da capital venezuelana, Caracas, é um tema relevante do *corpus* de trabalho, já que espelha ânsias, desejos e impressões do “outro” espaço.

Em *Viagem à Venezuela*, o narrador e autor, na primeira pessoa, explica ao leitor que as informações colhidas têm por objectivo demonstrar a admiração pela luta, pelo sofrimento e êxito dos portugueses que emigraram e pela forma generosa com que os venezuelanos acolheram muitos estrangeiros na sua terra. Este livro foi feito para homenagear os portugueses

*[...] que vieram para a Venezuela e deram um contributo ao seu desenvolvimento e progresso, sem nunca deixarem de amar a sua própria Pátria; e [...] como manifestação de reconhecimento da generosidade dum país e do seu povo que recebeu e integrou milhares e milhares de compatriotas meus e que os adoptou como se de seus próprios filhos se tratassem.*³⁰²

Na primeira parte da obra, a crítica recai sobre as desigualdades, o contraste social de riqueza/pobreza na capital venezuelana. O primeiro impacto é de um cenário disfórico. Caracas apresenta-se a seus olhos com “bairros humildes [...] amontoados de casas a perder de vista” e com “gente pobre, desarraigada, incompreendida, marginalizada, vivendo em condições miseráveis e tristes, esperando desesperadamente melhor sorte, melhores dias.”³⁰³ Esta situação é agravada pela criminalidade:

*Caracas é assim. Muitas das suas belezas e dos seus encantos tornaram-se inacessíveis à grande parte dos seus habitantes pelo risco de violência ou de assalto. / Caracas vive permanentemente um grave problema de insegurança [...]. A violência afecta todas as classes sociais, ainda que se diga que é património dos mais pobres que vivem nos ranchitos que são as maiores vítimas e vitimários da criminalidade.*³⁰⁴

A contrastar com a pobreza, Caracas é, igualmente, símbolo de modernidade e de beleza: “É uma cidade agitada com zonas modernas e bonitas [...]. É uma cidade animada com bonitas zonas verdes.”³⁰⁵ Esta descrição recorda um poema de António Rodrigues de Oliveira que realça os montes e as flores da capital venezuelana:

³⁰² - José Fernando Moreira: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, pp.38,39.

³⁰³ - *Ibidem*, p.12.

³⁰⁴ - *Ibidem*, p.13.

³⁰⁵ - *Ibidem*, pp.12,13.

CARACAS

*Quem te viu, jamais pode esquecer-te,
Menina adormecida.
Beijada pelas brisas docemente,
Que o Ávila perfuma alegremente,
Para Caracas querida.*

*Terra que traz saudade ao coração,
E faz sonhar a gente.
Aonde a Primavera sempre mora,
- Minha segunda Pátria de outrora,
O vosso nome lindo é uma oração,
Que rezo saudosamente.*

*Terra de flores espalhadas pelos montes,
- Em ti são tudo Flores,
Quem viu mais terras pelo mundo fora,
Nunca te esquece mais, querida Flora,
Terra nos meus Amores.³⁰⁶*

Para elucidar e realçar a sua opinião sobre Caracas, José Moreira faz uma comparação com o passado, na época em que a capital era designada como *la sucursal del cielo*: “Era uma cidade, um país, para se andar na rua gozando a beleza dos parques com tranquilidade, sem medo. As pessoas conheciam-se todas e cumprimentavam-se com reverência.”³⁰⁷ Nessa altura, Caracas tinha um clima agradável e suave. Agora, no presente, impera a violência, associada ao desemprego, ao tráfico de drogas e à corrupção:

Todos sabem que na sua origem estão as condições de miséria em que vivem amplos sectores da população que, para subsistir, tem como saída o delito que, por desgraça, é uma forma de vida. Há também quem considere que a violência resulta da degradação do núcleo familiar [...].³⁰⁸

A capital venezuelana não perdeu apenas a segurança, deixou de ter, também, o requinte e a elegância dos *balcones* e dos *techos rojos* que marcavam a presença espanhola e que lhe davam um estilo sóbrio, mas requintado e bucólico. Em contrapartida, adquiriu um estilo de vida “americanizado”: “Com o crescimento Caracas americanizou-se, transformando-se numa cidade moderna e de arranha-céus [...].”³⁰⁹

³⁰⁶ - António Rodrigues de Oliveira: *Venezuela - Pátria Imortal*, op. cit., p.5.

³⁰⁷ - José Fernando Moreira: *Viagem à Venezuela*, op. cit., p.14.

³⁰⁸ - *Ibidem*, pp. 14,15.

³⁰⁹ - *Ibidem*, p.33.

Esta expansão é dada como um ponto negativo, porque conduz ao abandono da agricultura:

*A Venezuela era um país agrícola e Caracas estava circundada por plantações [...]. Quando a cidade começou a expandir-se, nos anos cinquenta, o valor dos terrenos subiu em flecha e tornou-se mais proveitoso a sua utilização em negócios imobiliários que na exploração agrícola [...].*³¹⁰

Perante este cenário, o narrador deixa transparecer o seu sentimento de revolta e de desgosto: “Que pena que me dá que um país tão bonito como a Venezuela, com tantos recursos e com gente extraordinária enfrente este quadro que ameaça permanentemente a vida humana e que dá uma imagem internacional tão negativa.”³¹¹

Da mesma forma, *Reflexiones* dá-nos uma visão crítica sobre a cidade:

*[...] el centro de Caracas lo estamos llenando de edificios deteriorando así la calidad de vida de sus habitantes cada día más, luego como vivimos enterrados en medio de tanta muralla no vemos o no queremos ver los cordones de miséria que hay alrededor de nuestra Caracas [...].*³¹²

A situação é de caos. Francisco Jardin faz uma comparação entre os edifícios e a prisão: “[...] el que viva en una de estas jaulas que llamamos apartamentos, sobre todo de éstos que hacen ahora que parece la celda de una cárcel, es poco más que un prisionero.”³¹³

Caracas é vista, no entanto, como uma cidade de desenvolvimento e prosperidade, o que faz com que muitos agricultores abandonem os seus campos para procurar uma vida melhor na capital, o que, para o autor, é um factor negativo. É importante desenvolver as cidades, mas não devemos ignorar a agricultura, os campos: “hay que enseñarlos a cultivar esa tierra [...]. Al campesino hay que darle protección total [...]. En fin darle lo que necesita el ser humano para vivir.”³¹⁴

Francisco Jardin refere a sua intenção: “[...] señalar los errores para que podamos reflexionar sobre ellos y tratar así de resolver nuestros males.”³¹⁵ Torna-se, assim, uma espécie de discípulo que espalha a Fé e o bem ao seu povo. O seu objectivo primordial é

³¹⁰ - *Ibidem*, pp. 20-21.

³¹¹ - *Ibidem*, p.16.

³¹² - Francisco Gonçalves Jardin: *Reflexiones*, *op. cit.*, p.127.

³¹³ - *Ibidem*, p.124.

³¹⁴ - *Ibidem*, p.134.

³¹⁵ - *Ibidem*, pp. 110,111.

mostrar ao leitor a realidade disfórica e incentivá-lo a tomar atitudes ou a reflectir sobre o que é dito, de forma a melhorarmos todos juntos a sociedade: “Por favor, amigos! Aprendamos a reflexionar, aprendamos a pedir perdón y aprendamos a perdonar.”³¹⁶ O narrador, ao longo da obra, dirige-se aos leitores como “amigos” ou “hermanos”, implicando-os na narrativa, fazendo-os companheiros de viagem. Pretende, assim, criar uma forte ligação, a fim de alertar para os problemas actuais da sociedade, particularmente da Venezuela.

É neste sentido que conduz o seu livro, mas, para além do contraste social em Caracas, Francisco Gonçalves Jardim refere muitas outras situações, como o abandono de crianças e idosos, o lixo, a contaminação ambiental, o desrespeito das normas nas estradas e dos alunos para com os professores. O objectivo não é a crítica desprovida de construção,

*[...]sino llamar a todos a contribuir a la solución de nuestros problemas; por eso quisiera con mi mejor voluntad llegar con este mensaje hasta el gobierno, hasta la Iglesia, al jefe civil, al policía, al hombre de la calle, al jefe de familia, a todos en general, para que unidos podamos arreglar esto.*³¹⁷

O cenário é disfórico: “[...] muchas de nuestras calles están adornadas de niños e ancianos abandonados”³¹⁸; “[...] en Venezuela parece que nos ahogamos en esa basura [...]”³¹⁹ Em relação à contaminação do ambiente, destaca “[...] el humo que producen los automóviles [...], la contaminación del agua o de los alimentos [...], el ruido excesivo de los carros y de las motas.”³²⁰

Ao longo da obra, o autor aborda questões que funcionam como expressão de indignações: “Cómo pueden levantarse en la vida cuatro o cinco niños que en su niñez fueron dejados por sus padres?”³²¹; “Por qué en muchas oportunidades odiamos al extranjero y queremos desterrarlo de nuestra presencia?”³²² Podemos entender que estas chamadas de atenção pretendem levar o leitor a reflectir sobre a forma como agimos, sobre a nossa realidade.

³¹⁶ - *Ibidem*, p.98.

³¹⁷ - *Ibidem*, p.56.

³¹⁸ - *Ibidem*, p.31.

³¹⁹ - *Ibidem*, p.36.

³²⁰ - *Ibidem*, p.91.

³²¹ - *Ibidem*, p.17.

³²² - *Ibidem*, p.50.

A intenção de Francisco Gonçalves Jardim recorda os *Diários de Motocicleta* de Ernesto Che Guevara, médico argentino que decide viajar, nos anos 50, pelo continente americano para estudar a miséria humana: “Sus viajes serían los de un investigador social que camina para comprobar, pero también para tratar de aliviar en lo posible el dolor humano.”³²³ Da mesma forma, dá certa ênfase às diferenças sociais na capital venezuelana: “[...] Caracas, la ciudad de la eterna primavera, ve amenazado su centro por los reflejos rojos de los techos de teja que convergen hacia ese punto mezclados con los techos planos de las construcciones de estilo moderno.”³²⁴ Apesar da descrição urbana, também o retrato dos ranchos está presente: “es una pieza separada a medias por un tabique donde está el fogón y una mesa, unos montones de paja en el suelo parecen constituir las camas.”³²⁵

Para lá dos pontos negativos, segundo José da Cunha, a Venezuela é o melhor país do mundo “pelas oportunidades que ofereceu e oferece aos seus habitantes e [...] pelo ambiente de festa permanente que ajuda a superar os problemas do dia-a-dia e a tornar as suas vidas mais agradáveis.”³²⁶

A descrição eufórica da Venezuela baseia-se no seu desenvolvimento, no clima tropical e no gosto de cantar e de dançar: “É um país que respira música, que adora música.”³²⁷

1.2.1. O Olhar sobre o Outro, o venezuelano.

Moreira da Cunha, no capítulo “A Venezuela é uma festa”, dedica uma parte às características do venezuelano, sobretudo as positivas: “os venezuelanos em geral dançam muito bem, com estilo e ritmo. Dançam tudo, faz parte da sua cultura”³²⁸; “têm humor”; “cultivam a generosidade e a solidariedade, virtude que provém da sua tradição cristã”; “[são] simpáticos”; “adoptam um comportamento que pode ser considerado de machista [...], ligada a um certo *don-juanismo*”; “[são] encantadores e permanentemente galantes”; “tratam socialmente as mulheres com delicadeza”; “as

³²³ - Ernesto Che Guevara: *Diários de Motocicleta*, Ediciones Biblos, Espanha, 2005, p.16.

³²⁴ - *Ibidem*, p.181.

³²⁵ - *Ibidem*, p.180.

³²⁶ - José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.43.

³²⁷ - *Ibidem*, p.41.

³²⁸ - *Ibidem*, p.42.

mulheres são muito lutadoras e com um grande sentido de família, apesar de pertencerem a um país muito dominado pelos homens.”³²⁹

A perfeição do corpo das mulheres da Venezuela é outro aspecto realçado: “[...] quem chega a Caracas se surpreende com a beleza e com a elegância das suas mulheres [...] / mulher [...] morena, cor de canela, cabelo e olhos escuros e feições estilizadas.”³³⁰ Para o autor, esta beleza é evidente:

*É um facto que as mulheres venezuelanas são muito bonitas [...]. Elegantíssimas, com físicos cuidados e costas direitas, exibem uma cor de canela única. O cabelo sempre impecavelmente penteado [...]. Com os lábios e as unhas garridas saem à rua com saias justas e curtas ou calças que insinuam formas sensuais [...].*³³¹

Estas descrições delineiam a imagem, o retrato do venezuelano com características de generosidade, divertimento, simpatia, beleza, sensualidade e carnalidade femininas, aspectos que tornam o espaço apelativo.

Em *Selva de Memórias*, Manuel Luís Mendes, que se apresenta como uma espécie de peregrino, descreve-nos a sua aventura numa selva da Venezuela, à procura de ouro e de diamantes, com dois amigos, na década de 60, numa verdadeira expedição à procura do *El Dorado*. Durante 12 dias esteve acompanhado por índios generosos e atenciosos que lhe ofereceram uma palhota e o ajudaram: “Os índios fartaram-se de rir quando meti a proa do barco pelo barranco adentro, mas logo vieram ajudar-me a amarrar a curiara.”³³²

É interessante a descrição que faz das mulheres índias na Venezuela, algo que recorda a *Carta de Pêro Vaz de Caminha* pelos traços físicos da beleza indígena: “[...] corpos esbeltos, cor de canela, que punham louco qualquer ser humano que não tivesse autocontrolo/ [...] só se punham em pêlo quando tomavam banho.”³³³

Para além da descrição física, Mendes elucida o leitor sobre a tradição e a cultura deste povo: quando não conseguem caçar, o chefe índio tem a responsabilidade de resolver a situação, sob risco de ter de abandonar este cargo. Quando o chefe trazia a carne, iniciava-se uma espécie de ritual:

³²⁹ - *Ibidem*, pp.46-48.

³³⁰ - *Ibidem*, p.50.

³³¹ - *Ibidem*, p.54.

³³² - Manuel Luís Mendes: *Selva de Memórias*, *op. cit.*, p.109.

³³³ - *Ibidem*.

*As mulheres mastigavam o milho, cuspiendo para uma selha de madeira; os homens apanhavam uma fruta muito parecida com cerejas, deitando-as igualmente numa selha e, pisando-a, conseguia-se um líquido espesso, cor de violeta (púrpura), ficando de um dia para outro a fermentar.*³³⁴

Mas a festa continuava no dia seguinte, com uma pescaria colectiva que consistia em agarrar os peixes com as mãos:

*Depois de fecharem a desembocadura de um rio com paus e ramagens, pisavam umas lianas com pedras, conseguindo assim um líquido que era uma droga, ao ponto de os peixes começarem a boiar. Com a água pela cintura e, nalguns sítios, pelo pescoço, toda a tribo participava [...].*³³⁵

O autor cumpre, assim, a função informativa do texto, fazendo-o veículo de conhecimento, mas também um intermediário com intuítos de compreensão da diferença. O povo venezuelano é aqui o povo indígena, natural, identificado com a terra. A viagem torna-se uma repetição das viagens dos primeiros exploradores, em contacto com a natureza virgem e o povo primitivo.

1.2.2. O Olhar sobre a política.

Selva de Memórias retrata o percurso autobiográfico de Manuel Luís Mendes, nas décadas de 40 a 70, pelo Brasil e pela Venezuela. Realiza-se, neste texto, uma viagem física através destes dois países do continente americano. É um relato da vida pessoal de um emigrante que pretende partilhar com o leitor as suas experiências e elucidá-lo sobre a política e a geografia destes países. Interessa-nos as informações sobre a Venezuela, para tentarmos compreender qual era a imagem do país nesta época de emigração.

Na década de 50, estava no poder o General Marcos Pérez Jiménez “[...] que apostava na Venezuela moderna, onde as estreitas ruas de hoje amanheciam amanhã em grandes avenidas [...]. Havia muitas obras em curso mas, curiosamente, o desemprego proliferava.”³³⁶ Para além da falta de emprego, havia outra situação que dificultava a

³³⁴ - *Ibidem*, pp.110,111.

³³⁵ - *Ibidem*, p.111.

³³⁶ - *Ibidem*, p.64.

vida de todos, em especial a dos comerciantes: “Era assim o Governo: queria fazer obras, mandava desocupar e não havia por onde apelar [...]”³³⁷

No entanto, apesar destes pontos negativos, é certo que, durante este regime ditatorial, houve desenvolvimento urbanístico, o que fez com que muitos emigrantes fossem trabalhar na construção civil, uma vez que era necessária mão-de-obra, nomeadamente para a construção de edifícios públicos, estradas e pontes.

Excluindo o seu autoritarismo, “o governo de Pérez Jiménez é identificado com um período de franca prosperidade. Ainda hoje se recordam os anos 50 como uma época marcante de bem-estar [...]”³³⁸, que viria a ser alterada nos finais desse ano, após a queda do Governo deste General. A crise política estava instalada e a falta de segurança aumentava nas ruas. Rómulo Bettencourt assume o poder, nos anos 60, mas a situação não melhorou: “continuava a crise política: bombas por todo o lado [...]”³³⁹ A situação económica do país estava péssima e continuava-se a encerrar negócios.

Com esta instabilidade, houve, desde 1958, uma travagem na emigração europeia para a Venezuela. “Isso deve-se à crise económica venezuelana nos primeiros cinco anos de democracia e também a certas pressões sindicais. Mas não se pode esquecer que nos anos sessenta a Europa já não era a mesma. Existia uma grande recuperação [...]”³⁴⁰ Para incentivar a integração e a fixação dos emigrantes europeus na Venezuela, as autoridades incitavam a adopção da “cidadania venezuelana, concedendo-lhes facilidades administrativas para a abertura das suas empresas e acesso a créditos bancários ou subsídios.”³⁴¹

³³⁷ - *Ibidem*, p.65.

³³⁸ - José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.95.

³³⁹ - Manuel Luís Mendes: *Selva de Memórias, op. cit.*, p.84.

³⁴⁰ - José Fernando Moreira da Cunha: *Viagem à Venezuela, op. cit.*, p.110.

³⁴¹ - *Ibidem*, p.121.

Conclusão

A emigração portuguesa, e também madeirense, é um dado histórico, político e social que está presente no percurso de vida de muitos indivíduos. Por sermos um país de navegadores, a emigração é um fenómeno de todos os tempos. O destino preferido dos portugueses foi sempre o Brasil. Contudo, no século XIX surgem outros destinos, como E.U.A., Argentina, Curaçau e, posteriormente, África do Sul e Venezuela.

Sabemos que a emigração se define como uma mobilidade humana que deixa para trás a família, a casa, a terra e as vivências de infância. Partir para refazer a vida nunca foi fácil, muitas vezes mesmo sem documentação, atravessando fronteiras na clandestinidade, nas condições mais adversas. Apesar de a emigração ter sido regulamentada desde o século XIX, com incidência em determinadas épocas, conforme as necessidades do país, muitos madeirenses deixaram aliciados pelos enganadores com promessas falsas de trabalho bem remunerado.

O nosso trabalho teve como tema central a emigração madeirense para a Venezuela, que esteve directamente relacionada com uma emigração de contratos de trabalho para o Curaçau. Muitos partiram para as terras venezuelanas dessa ilha, quando terminou o contrato de trabalho, em pequenas embarcações que ali vinham vender fruta.

Procurámos dividir a emigração para a Venezuela em épocas, consoante a forma como os madeirenses foram adquirindo riqueza e, também, mediante a evolução política em Portugal: a primeira de 1940 a 1960 e a segunda de 1961 a 1974. Podemos denominar a primeira fase de emigração por necessidade devido ao excesso demográfico e a uma certa pobreza das famílias mais numerosas. Alguns, ainda, partiram pelo espírito de aventura. A Guerra Colónial em África, de 1961 a 1974, provocou um segundo surto de emigração para as terras venezuelanas. Muitos jovens embarcaram para não cumprirem serviço militar, com receio de morrerem nos combates em África. Poderíamos, mesmo, classificar uma terceira fase, a partir de 1974, em que a maior parte dos emigrantes partiu por vontade própria, sem conseguir grandes lucros.

O constante excesso demográfico da Ilha foi a principal causa da emigração madeirense para a Venezuela no século XX. Desde então, começou-se a criar a ideia de que esse país de acolhimento era muito rico em recursos naturais e necessitava de um franco desenvolvimento, principalmente nos anos 50, altura em que a Venezuela estava

a ser governada pelo ditador Marcos Pérez Jiménez. Com a visão de adquirir uma riqueza fácil, partiram muitos madeirenses, inclusive membros das principais famílias de cada Freguesia da Ilha da Madeira. Gente de vários extractos sociais começou a constituir a comunidade emigrante madeirense na Venezuela.

Vimos que todo o emigrante, antes de partir, tinha de dispensar muito dinheiro e muito tempo para tratar da documentação para o embarque. Para além do requerimento ao Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal, eram necessários outros documentos, nomeadamente o atestado médico, o registo criminal, o documento militar (para os homens) e o preenchimento do boletim da Junta da Emigração. Para a Venezuela, os pretensos emigrantes tinham, ainda, de preencher um requerimento para a obtenção do “visa de ingresso” ou “permissão”, isto é, a declaração consular a autorizar a entrada nesse país.

Para o tratamento de todos os documentos para o embarque, tornou-se necessário um consulado venezuelano no Funchal, pois a emigração para a Venezuela nunca foi feita ao acaso. O pretendido emigrante tinha de saber ler e escrever correctamente, ter o exame da 3ª classe e o registo criminal limpo, bem como não possuir qualquer deficiência física, entre outras condições. Tinha, igualmente, de conseguir um termo de responsabilidade ou a carta de chamada de quem se comprometia com a sua partida da terra natal. Os processos eram analisados pela Junta Nacional da Emigração, segundo algumas prioridades: retornados, mulheres chamadas pelos maridos, filhos menores chamados pelos pais e pais idosos chamados pelos filhos. Para chegar a Venezuela, havia uma cadeia de ligações familiares, particularmente casamentos por procuração entre primos para permitir que pudessem chamar a família.

Nos anos 50, o meio de transporte mais utilizado era, quase exclusivamente, o paquete. Portugal soube investir na navegação, controlando o acesso à Venezuela e mesmo ao Brasil, com os navios *Santa Maria* e *Vera Cruz*. Por sua vez, a transportadora aérea TAP, com o passar dos anos, começou a apostar em aviões cada vez mais modernos para cruzar o Oceano. A concorrência entre as companhias de viagens passou a ser mais forte, o que levou a que muitas recorressem à redução das tarifas.

Julgamos que a época mais próspera no país venezuelano foi, precisamente, a da década de 50, altura em que os portugueses adquiriram grandes lucros com pequenos negócios, como os *abastos*, as *fuentes de soda*, a arepeira, a padaria e, até mesmo, em

alguns mais obscuros, como o das mulheres mundanas. Nessa fase, começou-se, similarmemente, a verificar um movimento de transacção de habitações, recentemente construídas, sobretudo no Funchal, por madeirenses com dinheiro vindo da África do Sul ou da Venezuela. No meio rural, muitas fazendas foram vendidas para se investir na cidade. Desta maneira, e apesar de Portugal não ter aceite o *Plano Marshall* dos E.U.A. e ter estado envolvido na Guerra Ultramarina em África, a Madeira, e também o Continente, foi crescendo economicamente com o dinheiro dos emigrantes.

Interessa realçar que foi, principalmente, a partir da segunda metade do século XX que os madeirenses, muitos dos quais que tinham partido com escassos meios, começaram a regressar à Ilha com grandes possibilidades financeiras para adquirir uma nova casa e uma fazenda para cultivo, assim como uma determinada quantia para render juros no banco. Outros, ainda, estabeleceram negócios na sua terra natal que, no fundo, foi o prolongamento daquilo que fizeram na Venezuela.

O madeirense, ao regressar à Ilha, em excursão ou definitivamente, era recebido de maneira muito carinhosa. Nessas visitas, não faltavam as prendas, os chamados *regalos*, para a família. Muitos devem recordar-se da chegada desses emigrantes que queriam manifestar os sinais exteriores de riqueza, doando dinheiro à Igreja para usufruir na Missa do Domingo e nos arraiais da Freguesia; pagando vinho ou cerveja a todos que passavam pela taberna que costumava frequentar; comprando a carne para a espetada no arraial e construindo casas luxuosas com estilo venezuelano. De igual forma, procuravam cortejar uma das raparigas mais bonitas e mais estudadas da Freguesia e circular pela Ilha da Madeira com os *espadas*, carros americanos de largas dimensões para as nossas estradas. Era uma maneira de demonstrar a sua condição de novos-ricos, conseguida com os lucros dos bolívares, na Venezuela. Se não trouxessem um destes carros, sujeitavam-se a ser ridicularizados pela própria mulher.

A aventura do emigrante ficou, identicamente, documentada na literatura, inclusive na madeirense, apesar de pensarmos que na Ilha da Madeira existam poucas obras sobre este assunto. *Torna Viagem*, de Horácio Bento de Gouveia, é o exemplo mais conhecido. Este tema, presente, particularmente, na literatura de viagens, é importante para a criação da imagem do “nós”, do emigrante português, e do “outro”, do venezuelano.

Na literatura, a emigração dos portugueses é vista pelos venezuelanos como muito positiva, na medida em que dinamizou a economia do país e permitiu a povoação de espaços desocupados, possibilitando o seu desenvolvimento. Os portugueses são trabalhadores, empreendedores, sérios, com sentido de poupança e dinamizadores do negócio dos *abastos, fuentes de soda*, restaurantes e padarias.

O venezuelano é perspectivado como uma raça generosa, simpática e que dança bem. As mulheres são extremamente bonitas e elegantes e com um grande sentido de família. Os homens, por sua vez, são vistos, um pouco, como machistas.

Podemos, assim, fazer uma leitura da história da emigração através do texto literário, porque, como explica Agustina Bessa-Luis, “A Literatura navega na História [...]”.³⁴² Muitos dos autores que abordámos escrevem ficção, mas tendo como protagonista a História, recorrendo a aspectos marcantes da época da emigração: a carta de chamada; a partida no barco *Santa Maria*; o sucesso e o insucesso nas terras venezuelanas; o marido que parte, deixando a esposa em terra natal; o casamento por procuração; o dinheiro enviado pelos emigrantes aos seus familiares e a partida dos jovens para não cumprirem serviço militar. Os factos e a ficção misturam-se para tornar as histórias mais verosímeis. Os nomes das personagens poderão ser fictícias, mas o fio da história é comum a muitos emigrantes. Em suma, os textos literários que explorámos constituem, assim, o reflexo da época da emigração dos portugueses para a Venezuela.

Impõe-se concluir que os anos que tratámos neste trabalho, 1940 a 1974, foram de uma economia crescente na Ilha da Madeira, devido ao dinheiro dos emigrantes, sobretudo da Venezuela. Nesses tempos alegres, víamos chegar emigrantes com malas grandes ao molhe da pontinha, trazendo recordações para a família. Posteriormente, acostumamo-nos a vê-los sair radiantes das escadas do avião, acenando para os familiares que os esperavam na varanda do aeroporto.

É com grande satisfação que concluímos este trabalho sobre a emigração madeirense para a Venezuela, a nossa terra natal. Evidentemente, ficam muitas coisas por referir, por complementar, mas julgamos que trazemos novidades à comunidade científica em geral.

³⁴² - Agustina Bessa-Luis: “Literatura e História” in Maria de Fátima Marinho (org.): *Literatura e História*, vol. III, Edição do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2004, p.351.

Fadário do Emigrante Português

*O Emigrante Português
É uma alma portuguesa,
Que caminha pelo Mundo
Com Deus guiando o seu rumo
De fé, esperança e firmeza.*

*Quando parte o Emigrante
Da sua terra querida,
Leva uma mala na mão
Uma mágoa no coração
E uma triste despedida.*

*E quando chega à terra estranha
Começa tudo a mudar,
É outro mundo, é outro engenho;
E para ele tudo é estranho,
Até o próprio falar.*

*Mas a vida continua.
E entre sonhos e ansiedades,
Vai vivendo o Emigrante
Cada dia e cada instante,
De esperanças e saudades.*

*E se algum dia regressa
À sua terra natal,
Leva uma grande alegria,
E lá na sua freguesia
Tem amor e festa no seu lar.*

*O emigrante é igual a um soldado
Quando parte e regressa duma guerra,
Que depois de labutar e ter vencido,*

*É sempre bem recebido
Na sua querida terra.*³⁴³

O Emigrante no Cancioneiro Insular

*Emigrante, vou partir,
Levo uma esperança a sorrir
Dentro do meu coração.
Porque havia de chorar?
Porque não hei-de cantar?
Se vou em busca do pão?!*

*As minhas mãos calejadas,
Ao trabalho habituadas
Há-de abençoá-las Deus
Para que eu, enfim, garanta,
Isto que levo em garganta:
O bom futuro dos meus.*

*Vou à sorte. Breve embarco.
Uma vez dentro do barco
Sinta embora uma saudade,
Não hei-de partir aflito,
Pois me vibra n'alma o grito
Do dever e da vontade.*

*Adeus mãe, mulher e prole,
Adeus bailados do sol
Nos matizes do meu vale;
Adeus terra abençoada,
A mais formosa e prendada
Das terras de Portugal.*

³⁴³ - Tiago Baptista Neves (escrito por) in Revista Luso-Venezuelana *Saudade*, nº 29, ano IV, Junho-Julho, 1994, p.46.

*Adeus árvores, adeus fontes,
Adeus giestas dos montes
E campinas verdejantes.
Adeus para sempre? – Não!
Os que partem voltarão
Felizes e triunfantes.*

*Sino d'aldeia persistes
Em teus repiques tão tristes
Ao ouvido de quem parte...
Hei-de voltar! Nesse dia
Tu serás todo alegria,
Cantarás ao eu saudar-te!³⁴⁴*

³⁴⁴ - Canção do emigrante da Revista *Sol de Inverno*, letra do Poeta Mário Alves e música de Edmundo da Conceição Lomelino in Mota de Vasconcelos: *Epopéia do Emigrante Insular – Subsídios para a sua história. Movimento para a sua consagração*, Grafitécnica, Lisboa, 1959, p.211.

Bibliografia

Publicações Periódicas

Almanaque da Madeira, Tipografia Funchal, 1956.

Correio de Caracas (algumas edições).

Diário de Notícias (1940-1970).

Jornal da Madeira (1945-1960).

Notícias da Madeira (algumas edições).

Revista *Islenha* (nº 1-19, 21-38).

Revista Luso-Venezuelana *Saudade*, (nº 5, 8, 10, 12, 29).

Corpus Literário

AURORA, Maria: “A Santa do Calhau” in Revista *Islenha*, nº6, Jan-Jun1990, pp.111-114.

CUNHA, José Fernando Moreira da: *Viagem à Venezuela*, Editorial Ex-Libris, Caracas, 1998.

GOUVEIA, Horácio Bento de: *Torna-Viagem - O Romance do Emigrante*, Coimbra Editora, Coimbra, 1979.

JARDIN, Francisco Gonçalves: *Reflexiones*, Prensas Venezolanas de Editorial Arte, Caracas, 1981.

MATA, Lília da: *Contos de Embarcar - Ficção*, 1ª ed., col. Terra à Vista, nº3, Arguim Editora Regionalista, Madeira, 2002, pp.11-32.

MENDES, Manuel Luís: *Selva de Memórias - Crónicas*, série Novecentos, Editorial Calcamar, [Funchal], 2001.

RODRIGUES, Maria Margarida: *Quadras Populares*, s/ed., Campanário, 2006, pp. 27-30.

Bibliografia Geral

ANTUNES, M. Luis Marinho: *A emigração portuguesa de 1950 - Dados e comentários*, Edição Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1973.

ARROTEIA, Jorge Carvalho: *A Emigração portuguesa - Suas origens e distribuição*, Série História, 1ª ed., vol. 79, Biblioteca Breve, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, s/l, 1983.

AVV: *Imigração e Emigração nas Ilhas*, 1ª ed., col. Memórias 34, Edição CEHA-Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo, Funchal, 2001.

BRAZÃO, Maria Elisa de França: *Namoro, noivado e casamento – Lombo do Atouguia*, Edição da Câmara Municipal da Calheta, Calheta, 1991.

CALDERÓN, Demétrio Estébanez: *Diccionario de Términos Literários*, Alianza Editorial, Madrid, 1996.

CARDOSO, Agostinho: *O fenómeno económico-social da emigração madeirense*, Coimbra Editora, Coimbra, 1968.

CÉSAR, César Figueira: *Ilha da Madeira – Paraíso Terrestre. A sua história, povo e mentalidade. Aspecto social, económico, turístico e cultural*, Editorial Eco do Funchal, Funchal, 1985.

COELHO, Jacinto Prado (dir.): *Dicionário de Literatura*, 3ª ed., vol. 4 - S/Z, Figueirinhas, Porto, 1987.

COELHO, José Vieira: *O caso do “Santa Maria” e os seus passageiros – Versos*, s/ed., Lombada de Santa Cruz, Madeira, s/d.

CRISTÓVÃO, Fernando: *Método – Sugestões para a elaboração de um ensaio ou tese*, Edições Colibri, Lisboa, 2001.

Idem: Condicionantes culturais na literatura de viagens – Estudos e bibliografias, Livraria Almedina, Coimbra, 2002.

DALTON, Leonard V.: *Venezuela*, T. Fisher Unwin, London, 1912.

FALCÃO, Ana Margarida *et al.* (org.): *Literatura de viagem – narrativa, história, mito*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

FINOL, Vincencio Baez: *Venezuela – Informaciones útiles para los emigrantes*, Ingrana, Caracas, 195-].

FISCHER, Wenzel *et* HAAS, Willy: *Impresiones de Venezuela*, Distribuidora Santiago, Caracas, 1984.

FRADA, João José Cúcio: *Novo Guia Prático – Para pesquisa, elaboração e apresentação de trabalhos científicos e organização de currículos*, 1ª ed., Edições Clifontur, Lisboa, 2008.

GALVÃO Henrique: *The Santa Maria - My Crusade for Portugal*, Weidenfeld & Nicolson, Londres, 1961.

GONÇALVES, Ângela Borges et NUNES, Rui Sotero: *Ilhas de Zargo – Adenda*, Edição Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1990.

GUEVARA, Ernesto Che: *Diários de Motocicleta – Notas de Viaje*, 5ª ed., Ediciones Byblos, Espanha, 2005.

Índices dos Passaportes: 1872-1900, série Índices dos passaportes 1, Arquivo Histórico da Madeira, Edição Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Arquivo Regional da Madeira, Funchal, 2000.

Idem: 1901-1915, série Índices dos passaportes 2, Funchal, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade et LAKATOS, Eva Maria: *Metodologia do Trabalho Científico*, 6ª ed., Editora Atlas, São Paulo, 2001.

MARINHO, Maria de Fátima (org.): *Literatura e História*, vol. III, Edição do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2004.

MARQUES, A. H. de Oliveira: *História de Portugal*, 3ª ed., vol. III, Palas Editores, Lisboa, 1986.

MENDONÇA, Duarte: *Da Madeira a New Bedford – Um capítulo ignorado da Emigração Portuguesa nos Estados Unidos da América*, DRAC – Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal, 2007.

MIRANDA, Sacuntala de: *A Emigração Portuguesa e o Atlântico (1870-1930)*, Edições Salamandra, Lisboa, 1999.

MOISÉS, Massaud: *Dicionário de Termos Literários*, 3ª ed., Editora Cultrix, São Paulo, 1982.

MORÓN, Guillermo: “Los Portugueses en Venezuela” in I Encontro das Academias de História da Venezuela e de Portugal, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 5 a 9 de Maio de 1992, pp.37-43.

MOURÃO, António Martins: *Os Emigrantes – A terceira força*, s/ed., Lisboa, 1983.

OLIVEIRA, António Rodrigues: *Venezuela - Pátria Imortal*, Tipologia Cruz & Cardoso, Figueira da Foz, 195-].

PEREIRA, Alexandre et POUPA, Carlos: *Como escrever uma Tese, monografia ou livro científico usando o Word*, 3ª ed. (revista), Edições Sílabo, Lisboa, 2004.

PEREIRA, Eduardo C. N: *Ilhas de Zargo*, 4ª ed., vol. II, Edição da Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1989.

PEREZ, J. R. Guillent: *Venezuela y el hombre del siglo XX*, Ediciones Reunion de Profesores, Caracas, 1966.

PIETRI, Arturo Uslar: *El globo de colores*, 3ª ed., Monte Avila Editores, Caracas, 1991.

Idem: Medio Milenio de Venezuela, 2ª ed., Monte Avila Editores, Caracas, 1992.

RIBEIRO, F. G. Cassola: *Emigração Portuguesa – Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*, série Migrações, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Lisboa, 1986.

RIBEIRO, João Adriano: *Ilha da Madeira – Roteiro histórico-marítimo*, Edição Centro Treino-Mar, Editorial Calcamar, Funchal, 1996.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz: *Sociologia das migrações*, Universidade aberta, Lisboa, 1995.

SAIGNES, Miguel Acosta: *História de los Portugueses en Venezuela*, 3ª ed., Centro Português de Caracas, Caracas, 1993.

SALAS, Mariano Picon: *Lecturas sobre história, política y cultura en Venezuela*, s/ed., s/l, 1996.

SANTOS, Vanda: *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*, Alto-Comissariado para a imigração e minorias étnicas (ACIME), Lisboa, 2004.

SERRÃO, Joel (dir.): *Dicionário de História de Portugal*, vol. II – Castanhoso-Fez, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985.

SOUSA, António Teixeira de: *Emigração madeirense*, 1º Congresso das Comunidades Portuguesas, s/ed., s/l, 1965.

SOUTO, José Correia de: *Dicionário da Literatura Portuguesa*, vol. III – GED-NOB, Marujo Editora, s/l, s/d.

SPRANGER, Ana Isabel *et al.*: *Antologia de textos - História da Madeira*, Edição Secretaria da Educação, Funchal, 1984.

TALLENAY, Jenny de: *Souvenirs du Venezuela – Notes de voyage*, Librairie Plon, Imprimeurs-Éditeurs, Paris, 1884.

TODOROV, Tzvetan: *As Morais da História*, trad. de Helena Ramos, Mira-Sintra Mem Martins, Publicações Europa-América, Portugal, 1991.

Idem: Nós e os outros- A reflexão francesa sobre a diversidade humana, trad. de Sérgio Goes de Paula, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993.

VASCONCELOS, Cláudia Câmara *et al.*: *Madeira – Reflexões sobre o Desenvolvimento*, 1ª ed., s/ed., s/l, 2005.

VASCONCELOS, Mota de: *Epopéia do Emigrante Insular – Subsídios para a sua história. Movimento para a sua consagração*, Grafitécnica, Lisboa, 1959.

VIEIRA, Alberto (coord.): *História da Madeira*, 1ª ed., Edição Secretaria Regional da Educação, Funchal, 2001.

VIERA, Joaquim: *Portugal Século XX – crónica em imagens 1940-1950, 1950-1960, 1960-1970*, Círculo de Leitores, s/l, 2000.

XAVIER, António de Abreu: *Con Portugal el la maleta – Histórias de vida de los portugueses en Venezuela. Siglo XX*, col. Trópicos 72, Editorial Alfa, Caracas, 2007.

Depoimentos orais

Manuel Luís Mendes Júnior, Seixal, 25-08-2007.

Júlio Luís Mendes, Chão da Ribeira, 25-08-2007.

João Romão Mendes, Chão da Ribeira, 25-08-2007.

Tito Gouveia Pinto, Seixal, 25-08-2007.

João Gil de Lima, Seixal, 20-01-2008.

Anexos